

*Sobre a obediência*



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**  
**(PPGEL)**  
**MESTRADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS (MEL)**

**ILZA CARLA REIS DE OLIVEIRA**

**ANTONIO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO E POR ELE  
MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA (DES)CONSTRUÇÃO DE  
SUA IMAGEM**

Feira de Santana - BA  
2018

**ILZA CARLA REIS DE OLIVEIRA**

**ANTONIO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO E POR ELE  
MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA (DES)CONSTRUÇÃO DE  
SUA IMAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges  
Coorientador: Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral

**ILZA CARLA REIS DE OLIVEIRA**

**ANTONIO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO E POR ELE MESMO: UMA  
ANÁLISE DISCURSIVA DA (DES)CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de mestre em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2018

---

Profa. Dra. Carla Luzia Carneiro Borges  
UEFS (Orientadora)

---

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral  
UNEB (Coorientador)

---

Profa. Dra. Palmira Virgínia Bahia Heine Alvarez  
UEFS (Avaliadora interna)

---

Prof. Dr. André Luiz Gaspari Madureira  
UNEB (Avaliador externo)

À minha família, especialmente meus pequenos Paulo e Pedro,  
por serem a inspiração do meu viver!

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa, por mais simples que seja, não é feito sem apoios e sem manifestações de apreço e estímulo. E agradecer pode não ser uma tarefa fácil. Por isso, agradeço de antemão a todos que de alguma forma passaram pela minha vida e contribuíram para a construção do que sou hoje e por mais essa conquista. E agradeço, de forma particular, às pessoas e instituições que contribuíram diretamente na construção desse trabalho:

A DEUS, que me deu vida e inteligência e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

À minha família: meu amado esposo, Paulo Teomar, por me fazer crer que era possível e pelo amor incondicional nos momentos mais estressantes e nas horas ausentes; e aos meus pequenos, PAULO e PEDRO, por me inspirarem a fazer tudo com ainda mais amor e por me presentear com seus sorrisos diários.

Aos meus pais, em especial minha mãe, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade. Também meus irmãos, Ivan, Gil e Jack que, estando perto ou longe, sempre estão presentes em minhas conquistas.

Aos professores doutores Carla Luzia C. Borges e Gilberto N. Telles Sobral, respectivamente, orientadora e coorientador desta pesquisa, pelo apoio e encorajamento contínuos, pela confiança e generosidade. Ainda que o processo de orientação tenha começo e fim, eu sempre os terei como pessoas admiráveis. Também aos professores Palmira Heine e André Gaspari, que integraram as bancas de qualificação e de defesa do mestrado, pelas leituras cuidadosas e pelas relevantes contribuições dadas.

A todos os que fazem o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) e o Mestrado em Estudos Linguísticos (MEL), em especial aos docentes, personagens fundamentais na trajetória acadêmica, pelo conhecimento compartilhado.

Aos colegas professores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na qual atuo, pelo incentivo, auxílio e sugestões dadas para a realização deste trabalho. De modo particular, aos professores Léa Costa S. Dias, Juciana Cerqueira, Nelson Nascimento, Felipe Serpa, Rosana Ghignatti, Orlando Freire Júnior.

Ao professor Luiz Paulo Neiva, por me enveredar nas pesquisas sobre Canudos ainda no início da minha graduação e, especialmente, minha querida e eterna profa. Suani Vasconcelos, que me orientou nas primeiras pesquisas, na graduação e especialização, aproximando-me mais fortemente dos estudos linguísticos. Obrigada também por sua amizade!

Aos meus colegas, pelo companheirismo e troca de experiências durante os dois anos do mestrado. Com vocês, aprendi e aprendo muito também.

Enfim... A todos os que, com paciência, nutriram a amizade e compreenderam a minha ausência!

**MUITO OBRIGADA!**

Entoando benditos e carregando pedras e tábuas para a construção de oratórios e cemitérios do sertão, jamais adivinharia que tantos doutores da literatura e da ciência viessem, um dia, a preocupar-se com ele. A nenhum, entretanto, o antigo menino do Quixeramobim confiaria seus segredos e sua face. Esta, de bom grado, ele exporia aos bofetões e escárnios dos soldados e doutores. Mas se renderia tão-somente aos mal-aventurados, que o cercavam, que o acompanhavam, que engrossavam as hostes do seu beatério.

(MACEDO, 1978, p. 133)

## RESUMO

A guerra de Canudos é tema de muitos estudos e publicações e da figura de Antonio Conselheiro emergem diversas interpretações. Esse fato histórico ainda configura um vasto campo para estudo, especialmente no âmbito linguístico. Nessa esteira, a presente pesquisa, de caráter bibliográfico, parte dos discursos em torno do personagem central do movimento de Belo Monte e visa realizar um contraponto entre a sua imagem construída pelo olhar do outro e a imagem construída pelo seu próprio olhar. No primeiro caso, para compor os *corpora* da pesquisa, tomam-se como materialidade as primeiras notícias a seu respeito, veiculadas pelos jornais da época: uma do jornal *O Rabudo*, o primeiro a fazer referência à figura de Antonio Conselheiro, em 1874, outra do *Diário da Bahia*, de 27 de junho de 1876, e a última do *Diário de Notícias*, publicada quase duas décadas depois, em 31 de maio de 1893. Além das notícias, também são objeto de análise dois poemas de cordel, intitulados “Defendendo Conselheiro” e “Repousa Peregrino”, escritos pelo poeta e escritor euclidense José Aras cinquenta anos depois de findada a guerra de Canudos. No segundo caso, realiza-se uma análise de seis das prédicas manuscritas pelo Conselheiro, registradas em dois livros encontrados após o fim do conflito: três do livro de 1895 e outras três do livro de 1897. O intuito é analisar como funcionam os discursos que fazem referência ao líder de Belo Monte, uma vez que emergem de sujeitos discursivos e condições de produção específicos. Este trabalho fundamenta-se, desse modo, na Análise de Discurso francesa, proposta por Michel Pêcheux. Para compor o dispositivo teórico-analítico, apoiou-se, principalmente, na noção de Formações Imaginárias. As análises apontam que os diferentes sujeitos discursivos são interpelados por formações ideológicas diferentes e, por conseguinte, filiados a formações discursivas também distintas. Isso porque, conforme preconiza a AD pecheutiana, as formações imaginárias que os protagonistas desses discursos têm do seu lugar e do lugar do seu interlocutor, assim como sobre o que se fala, intervêm diretamente nas condições de produção do discurso, incidindo, portanto, no que é dito, como é dito e, por consequência, nos efeitos de sentido que emergem a partir desses dizeres. Isso explica porque a imagem de Antonio Conselheiro é negativa segundo o ponto de vista dos jornais, enquanto que, para o sujeito cordelista, filiado a uma outra ideologia, ocupando um outro lugar do dizer, ele é um mártir e herói. Noutra ponta, tomadas as prédicas para análise da imagem do Conselheiro sob o seu próprio ponto de vista, o sujeito discursivo, a partir da representação imaginária do lugar social de onde fala, tem de si a imagem de humilde servo e porta-voz da Palavra de Deus e guardião da verdadeira religião do Bom Jesus.

**Palavras-chave:** Antonio Conselheiro. Análise de Discurso. Formações Imaginárias. Efeitos de sentido.

## ABSTRACT

The Canudos war is the subject of many studies and publications and the figure of Antonio Conselheiro emerge diverse interpretations. This historical fact still constitutes a vast material for study, especially in the linguistic scope. In this sense, the present research, of bibliographical character, part of the discourses around the central character of the movement of Belo Monte and aims to realize a counterpoint between its image constructed by the look of the other and the image constructed by its own look. In the first case, in order to compose the corpora of the research, the first news about him, published by newspapers of the time, is taken as materiality: one from the newspaper O Rabudo, the first to refer to the figure of Antonio Conselheiro in 1874, another of the Diário da Bahia, dated June 27, 1876, and the last of the Diário de Notícias, published almost two decades later, on May 31, 1893. In addition to the news, two cordel poems, entitled "Defending Counselor "and" Perez Pillow ", written fifty years after the end of the Canudos war by the Euclidean poet and writer José Aras. In the second case, an analysis is made of six of the Counselor's handwritten preaching, recorded in two books found after the end of the conflict: three from the book of 1895 and three from the book of 1897. The purpose is to analyze how discourses work make reference to the leader of Belo Monte, since they emerge of discursive subjects and specific conditions of production. This work is based, therefore, on the French Discourse Analysis, proposed by Michel Pêcheux. In order to compose the theoretical-analytical device, it was mainly based on the notion of Imaginary Formations. The analyzes point out that the different discursive subjects are interpellated by different ideological formations and, therefore, affiliated to different discursive formations. This is because, as ADP pecheutiana advocates, the imaginary formations that the protagonists of these discourses have of their place and of the place of their interlocutor intervene directly in the conditions of the production of discourse, thus focusing on what is said, how it is said and, consequently, in the effects of meaning that emerge from these sayings. This explains why the image of Antonio Conselheiro is negative for the newspapers, while for the cordelista subject, affiliated with another ideology, occupying a different place of saying, that is, the religious leader is a martyr and hero. At another point, the preachings are taken to analyze the image of the Counselor from his own point of view, the discursive subject, from the imaginary representation of the social place from which he speaks, has the image of humble servant and mouthpiece of the Word of God and guardian of the true religion of the Good Jesus.

**Keywords:** Antonio Conselheiro. Discourse Analysis. Imaginary Formations. Effects of sense.

## LISTA DE FIGURAS E ESQUEMAS

<b>Figura 1</b>	Capa e contracapa do manuscrito de 1895, em <i>fac-símile</i>	33
<b>Figura 2</b>	Folha de rosto do manuscrito de 1895	33
<b>Figura 3</b>	Esquema das Formações Imaginárias	48
<b>Figura 4</b>	O referente como condição de produção do discurso	51
<b>Figura 5</b>	Primeira página do jornal <i>O Rabudo</i> , em <i>fac-símile</i>	58
<b>Esquema 1</b>	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	50
<b>Esquema 2</b>	Imagens projetadas de Antonio Conselheiro nos diferentes discursos	112

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	SDs retiradas do Jornal <i>O Rabudo</i>	60
<b>Quadro 2</b>	SDs retiradas do Jornal <i>Diário da Bahia</i>	62
<b>Quadro 3</b>	SDs retiradas do Jornal <i>Diário de Notícia</i>	63
<b>Quadro 4</b>	SDs retiradas do cordel “Defendendo o Conselheiro”	70
<b>Quadro 5</b>	“Quem sou eu para lhe falar assim?” (PÊCHEUX, 1990, 83)	72
<b>Quadro 6</b>	SDs retiradas do cordel “Repousa peregrino”	82
<b>Quadro 7</b>	Imagem de Antonio Conselheiro construída nos jornais e nos cordéis - “De que lhe falo assim?” (PÊCHEUX, 1990, 83)	85
<b>Quadro 8</b>	SDs retiradas da prédica “Sobre a fé”	92
<b>Quadro 9</b>	SDs retiradas da prédica “Sobre a Paciência nos Trabalhos”	96
<b>Quadro 10</b>	SDs retiradas da prédica “Sobre a Obediência”	97
<b>Quadro 11</b>	SDs retiradas da prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”	100
<b>Quadro 12</b>	Outras SDs retiradas da prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”	101
<b>Quadro 13</b>	SDs retiradas da prédica “Sobre a República”	102
<b>Quadro 14</b>	Outras SDs retiradas da prédica “Sobre a República”	104
<b>Quadro 15</b>	SDs retiradas da prédica “Despedida”	105
<b>Quadro 16</b>	Formação imaginária de Conselheiro acerca do lugar de si e do outro no processo discursivo, com base no esquema pecheutiano	108
<b>Quadro 17</b>	Síntese do percurso teórico-analítico da pesquisa	109

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRIMEIRAS PALAVRAS</b>	<b>13</b>
1.1	DAS QUESTÕES E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.2	DO ESTABELECIMENTO DOS <i>CORPORA</i> DA PESQUISA	16
1.3	DA DISPOSIÇÃO DAS SEÇÕES	20
<b>2</b>	<b>REFAZENDO CAMINHOS: ANTONIO CONSELHEIRO E SUAS ANDANÇAS PELOS SERTÕES</b>	<b>22</b>
2.1	O “APARECIMENTO” DO BEATO: DE ANTONIO MACIEL A ANTONIO CONSELHEIRO	24
2.2	“APONTAMENTOS PARA A SALVAÇÃO DOS HOMENS”: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS MANUSCRITOS	31
2.3	AS LEITURAS DE ANTONIO CONSELHEIRO	35
<b>3</b>	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO</b>	<b>42</b>
3.1	ESTABELECIMENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA	42
3.1.1	As formações imaginárias e seus efeitos de sentido	46
3.1.2	Da superfície linguística ao processo discursivo: considerações sobre as especificidades metodológicas da Análise de Discurso	52
<b>4</b>	<b>HERÓI OU SUBVERSIVO? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA IMAGEM DE ANTONIO CONSELHEIRO CONSTRUÍDA PELO OLHAR DO OUTRO</b>	<b>55</b>
4.1	“QUEM SOU EU PARA LHE FALAR ASSIM?”	57
4.1.1	A imagem do lugar dos jornais acerca deles próprios	57
4.1.2	A imagem do lugar do cordelista José Aras acerca dele próprio	66
4.2	“DE QUE LHE FALO ASSIM?”: A IMAGEM DO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO	73
4.2.1	A imagem de Antonio Conselheiro construída nos jornais da época	73
4.2.2	“Defendendo o Conselheiro”: a imagem do líder conselheirista	

	<b>erigida nos cordéis de José Aras</b>	<b>80</b>
<b>5</b>	<b>ANTONIO CONSELHEIRO POR ELE MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE SUAS PRÉDICAS</b>	<b>86</b>
5.1	O CONSELHEIRO DE 1895: ANÁLISE DE SUA IMAGEM NAS PRÉDICAS DO PRIMEIRO MANUSCRITO	90
5.2	O CONSELHEIRO DE 1897: ANÁLISE DE SUA IMAGEM NAS PRÉDICAS DO SEGUNDO MANUSCRITO	99
<b>6</b>	<b>UM CONTRAPONTO: A IMAGEM DO CONSELHEIRO CONSTRUÍDA PELO OLHAR DO OUTRO E POR ELE MESMO</b>	<b>109</b>
<b>7</b>	<b>ALGUMAS PALAVRAS (NÃO)FINAIS</b>	<b>118</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Há exatamente 120 anos, o Brasil travava uma luta consigo mesmo. Estava em plena efervescência a chamada Guerra de Canudos, na qual dois brasis combatiam entre si: de um lado, o exército republicano, que dizia defender o novo regime, comandado pelos interesses das elites do Brasil litorâneo; de outro lado, quiçá esquecidos e escondidos nos recônditos sertões desse mesmo Brasil, os conselheiristas, como ficaram conhecidos os que integravam o movimento sociorreligioso de Belo Monte, liderado por Antonio Vicente Mendes Maciel.

A Companhia do Bom Jesus, como também era chamada, e os atos que em torno dela sucederam-se, atraíram os olhares de todo o país, tanto por meio da larga cobertura da imprensa, como inspirando diversas obras literárias – como romances, crônicas, poemas, contos etc. – e fílmicas, além de suscitar diversas teses e publicações. O fato de milhares de pessoas terem ouvido e seguido o beato Conselheiro, a ponto de lutarem até a morte em defesa do que acreditavam, é, no mínimo, intrigante. Muito se questiona o que teria levado essas pessoas tal propósito, da mesma forma que se perguntam se as autoridades precisariam ter reagido com tamanha força.

A guerra de Canudos não foi o único conflito ocorrido no Brasil daquele final de século. Nem era Antonio Maciel o único peregrino a exercer a prática de andarilho, pregador e profeta no sertão, arrebanhando fieis. Os chamados “conselheiros” eram até muito comuns nos sertões recônditos. Porém, o movimento liderado por Antonio Conselheiro, como ficou conhecido o peregrino, entrou para a história, em grande medida, pelo fato de ter sido objeto da narrativa de *Os Sertões*, lançada em 1902, que repercutiu nacional e internacionalmente. É consenso que a imagem do Conselheiro, principal personagem do conflito armado e sobre quem ainda emergem diversas interpretações, foi, por muito tempo, bastante influenciada pela imagem estereotipada, difundida principalmente pelo clássico de Euclides da Cunha.

É assim que, depois de 120 anos de pesquisas e publicações, questionamo-nos: haveria algo ainda a ser dito sobre Antonio Conselheiro e a guerra de Canudos? Há ainda algo a ser pesquisado? Estas mesmas perguntas também faz o narrador/personagem do romance *O pêndulo de Euclides*, escrita pelo baiano Aleilton Fonseca, uma das recentes narrativas inspiradas nos fatos em torno de Canudos e Antonio Conselheiro e na figura do próprio Euclides da Cunha:

Mas tudo isso esgota mesmo a história da guerra? Nada mais há além do silêncio? Nada mais ecoa nos campos calcinados da memória que subjazem nas águas? Só nos resta interpretar as marcas do passado? De certa forma, sim. De certa maneira, não. É certo que textos, objetos e documentos falam

por si. E as vozes do sertão? O que elas têm a dizer? Lembrei-me da célebre frase do escritor francês André Gide, que nos ensina: “Tudo já está dito; mas, como ninguém escuta, é preciso sempre recomeçar.” (FONSECA, 2009, p. 14).

Concordamos com o protagonista do romance: Canudos não é um tema exaurido. Voltar o olhar para os acontecimentos de mais de um século atrás é relevante e necessário, tanto para se entender a Canudos daquele tempo, os discursos sedimentados em tantos escritos, os quais ainda ecoam nas vozes do presente, quanto para se pensar a Canudos de hoje, assim como o Brasil atual.

Ademais, o tema Canudos, mais especificamente os discursos em torno da figura de Antonio Conselheiro, bem como as prédicas de autoria atribuída ao peregrino, registradas em dois cadernos manuscritos, tem importante relevância para a pesquisadora deste trabalho, uma vez que nos encontramos geograficamente no centro do contexto histórico da guerra. Nascida e criada na cidade vizinha da famosa Canudos, cujo nome, Euclides da Cunha, foi sugerido pelo escritor José Aras, autor dos cordéis que compõem os *corpora* deste trabalho, desde cedo teve a curiosidade instigada para o histórico tema. Ainda nos anos finais da educação básica, surgiu a oportunidade de aprender a respeito, numa gincana cultural realizada durante o Congresso Cultural Os Sertões, na qual ilustres pesquisadores do tema em torno da guerra de Canudos proferiram palestras.

Anos depois, já na graduação em Letras, no *campus* da Universidade do Estado da Bahia sediado na mesma cidade, novamente o tema Canudos chegou às nossas mãos, ainda nos trabalhos do primeiro semestre. Daí em diante, o olhar da pesquisadora foi sendo provocado, ao mesmo tempo em que foi aumentando o desejo de estudar mais sobre o assunto. Agora, nesta pesquisa de mestrado, temos a oportunidade de discorrer de forma mais madura, podemos assim dizer, sobre o fato histórico que tanto mobilizou escritores e pesquisadores, dentro e fora do Brasil, desde a publicação da emblemática obra *Os Sertões*.

## 1.1 DAS QUESTÕES E DOS OBJETIVOS DA PESQUISA

Todo trabalho de pesquisa é pensado em etapas. Já justificamos o porquê da escolha do tema, em virtude de sua proximidade com a pesquisadora, desde muito antes de iniciado o mestrado. Porém, geralmente, todo interesse por se pesquisar sobre algo começa mesmo com

uma questão que nos inquieta, sobre a qual, depois, lançamos um arcabouço teórico que aponta um caminho/método, a fim de respondê-la.

*A priori*, as questões que nos moveram foram as seguintes: qual imagem de Antonio Conselheiro foi construída a partir das notícias que circularam nos jornais da época em que iniciou suas andanças pelos sertões sergipano e baiano? Seria a mesma imagem erigida por escritores nascidos no entorno da guerra de Canudos, décadas depois? No caso específico do discurso midiático, como as imagens que os jornais atribuíram ao Conselheiro produziram efeitos de sentido capazes de interferir nos fatos transcorridos em torno do movimento de Belo Monte? Em contrapartida, qual seria a imagem do líder religioso, tomando como objeto de análise os manuscritos, de autoria atribuída a ele? Confirmariam a mesma imagem de fanático tecida pela mídia jornalística e sedimentada em *Os Sertões*?

Contudo, todas essas questões partiam, ainda, do senso comum, sem uma ancoragem teórica. Alguns caminhos foram percorridos até se chegar ao que fora definido: tomar como dispositivo teórico analítico o arcabouço teórico da Análise de Discurso francesa, proposta por Michel Pêcheux. Assim, estabelecemos como questões de pesquisa: Que representações imaginárias são construídas sobre Antonio Conselheiro no discurso da imprensa contemporânea ao líder religioso e no discurso literário, tomando como materialidade os cordéis de José Aras? Por outro lado, que imagem do lugar de si é projetada pelo Conselheiro, a partir do que ele deixou escrito? Quais condições de produção permitem construir essas imagens?

Para buscar responder a essas questões, apoiamo-nos nas seguintes noções: i) a noção de Formações Imaginárias, para analisar o jogo de imagens dos sujeitos no discurso e de seu referente, nesse caso a imagem de Antonio Conselheiro a partir do ponto de vista do outro e dele mesmo; ii) as condições de produção desses discursos, considerando que estas envolvem sujeitos discursivos diferentes, em contextos diferentes e interpelados por formações ideológicas diversas. A decisão por compor o dispositivo teórico-analítico deste trabalho a partir da noção de Formações Imaginárias se deu pelo fato de possibilitar refletir sobre como o jogo de imagens, dos sujeitos entre si e do objeto do discurso, incide sobre a forma como se diz sobre o Conselheiro, conseqüentemente, produzindo efeitos de sentido diversos.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa foi compreender como se dá a **construção da imagem de Antonio Conselheiro**, realizando um contraponto entre a sua imagem presente nas primeiras notícias a seu respeito, veiculadas pelos jornais da época e, cinquenta anos depois, pelo poeta e escritor euclidense José Aras, em dois poemas de cordel,

assim como a sua imagem presente nas prédicas manuscritas, de autoria atribuída ao próprio Conselheiro, datadas de 1895 e 1897.

Os objetivos específicos propostos foram os seguintes:

- Identificar as formações imaginárias que emergem dos discursos referentes a Antonio Conselheiro – nos jornais, assim como nos versos de cordel do poeta euclidense José Aras;
- Verificar as marcas lexicais e as estratégias linguísticas que indicam as representações imaginárias construídas no jogo discursivo;
- Analisar as diferentes formações discursivas e ideológicas que interpelam os sujeitos desses discursos;
- Por último, realizar um contraponto entre a imagem do lugar de Antonio Conselheiro construída nesses diferentes discursos, considerando suas diferentes condições de produção – os jornais, a poesia de cordel e as prédicas do próprio Conselheiro.

## 1.2 DO ESTABELECIMENTO DOS *CORPORA* DA PESQUISA

Atualmente, as prédicas manuscritas, de autoria atribuída a Conselheiro, encontradas após o fim da guerra de Canudos, são uma importante fonte para se conhecer acerca da figura do personagem de Belo Monte que atraiu para si milhares de seguidores e ao mesmo tempo despertou a fúria do governo e de parte da Igreja. Durante muito tempo, dedicou-se mais atenção ao que disse a imprensa brasileira, de modo particular a baiana, a qual atendia a interesses conflitantes aos do projeto de Belo Monte.

Os jornais, por sua vez, foram uma importante fonte de Euclides da Cunha, o qual lia, certamente, tudo relacionado ao movimento e para um dos quais trabalhou como correspondente de guerra, já durante as expedições militares enviadas para destruir Canudos. Aliás, não só ele, mas muitos tinham sua opinião acerca do fato influenciada pela mídia, cuja visibilidade e alcance foi maior, diferente do que se produzia oralmente, e até mesmo por escrito, entre os que simpatizavam com o projeto belomontense.

Os jornais, que naquele contexto histórico no Brasil eram os meios de comunicação de massa, publicaram dezenas de textos, entre notícias, crônicas, sátiras etc., responsáveis por criar uma imagem negativa de Antonio Conselheiro que repercutiu nacional e, até, internacionalmente. E, ainda que haja muitos estudos e publicações em torno da influência

dessa mídia sobre o desfecho do movimento de Canudos, principalmente acerca do líder conselheirista, certamente os discursos produzidos a partir desses dizeres ainda são passíveis de estudos, especialmente no que concerne ao modo como se deu a construção discursiva da imagem do peregrino, o Conselheiro, sob o viés dos estudos discursivos, conforme nos propomos.

Além das notícias dos jornais, as quais funcionavam majoritariamente como a voz que defendia os interesses das autoridades políticas, latifundiárias e religiosas, desde os anos finais do Império, e ainda mais fortemente após a implantação do novo regime republicano, também pensamos ser importante analisar a imagem do Conselheiro a partir de outros pontos de vista. Desse modo, optamos por observar o ponto de vista de José Aras, nascido na Vila do Cumbe (hoje Euclides da Cunha) em 1893 – exatamente o ano em que o Conselheiro e seu séquito se fixavam em Canudos – e falecido em 1979.

Em seus 86 anos de vida, José Aras, autodidata e exímio pesquisador dos costumes de sua terra, deixou vários escritos sobre a formação do Cumbe, sobre Antonio Conselheiro e a Guerra de Canudos. Dentre as suas principais obras estão *Sangue de Irmãos - Canudos por dentro* e *No sertão do Conselheiro*, esta última com uma compilação de vários textos do autor e publicada postumamente. Para José Calasans, um renomado pesquisador do tema Canudos, Aras foi o primeiro a considerar a visão dos sertanejos e registrá-la em versos de cordel, uma vez que se dedicou a coleta de depoimentos de sobreviventes e de descendentes de sobreviventes da famigerada guerra, durante suas viagens sertão adentro na busca por veios d'água, trabalho que desenvolvia com grande exatidão.

Após apresentar as principais razões pessoais para a escolha do tema e do material sobre o qual nos debruçaríamos, faltava-nos, agora, definir o que, exatamente, comporia os *corpora* da pesquisa, dentre as notícias dos jornais e os textos de José Aras que tratam de Antonio Conselheiro, assim como dentre as prédicas manuscritas de autoria atribuída ao peregrino. Além disso, era preciso pensar por que e como realizar essa tarefa.

O primeiro desafio enfrentado foi o de quais notícias que fazem referência à pessoa de Antonio Conselheiro selecionar, dentre tantas publicadas pelos jornais, num período que compreende pouco mais de duas décadas. Elegemos, assim, três delas:

- A notícia publicada pela gazeta semanal sergipana *O Rabudo*, em 1874, quando o Conselheiro iniciava suas andanças pelos sertões, por ser a primeira que se tem registro;
- A segunda, publicada pelo jornal *Diário da Bahia*, dois anos depois (1876), também uma das primeiras notícias a seu respeito, quando já peregrinava pelos sertões baianos

e já era acompanhado por um expressivo número de pessoas que ouviam seus conselhos e com ele rezavam, além de o ajudarem nos trabalhos de edificação e reformas de igrejas e cemitérios;

- Por fim, a notícia publicada pelo também jornal baiano *Diário de Notícias*, em 31 de maio de 1893, isto é, quase duas décadas depois, quando já se estabelecia em Canudos.

O critério para a escolha das duas primeiras notícias foi por acreditarmos serem elas fundantes para a construção discursiva da imagem de Antonio Conselheiro, a qual acabou por se tornar recorrente na mídia jornalística e nas impressões da população brasileira, que acompanhava avidamente todos os acontecimentos pelos jornais. Uma leitura breve permite perceber que a imagem do peregrino como “fanático” e “subversivo”, presente nessas primeiras reportagens, foi sendo retomada e ampliada pelas notícias posteriores.

A terceira notícia foi selecionada por fazer referência ao confronto ocorrido dias antes de sua publicação, nas imediações do povoado de Masseté, entre os conselheiristas e as forças policiais, que fugiram em debandada. O jornal *Diário de Notícias* relata também a motivação para o envio das forças policiais, já no contexto do novo regime político. O confronto sucedido em Masseté se deu após os episódios protagonizados pelos seguidores do Conselheiro, quando, revoltosos, resolveram queimar as tábuas nas quais se fixavam os novos editais referentes aos exorbitantes impostos municipais, cobrados nas feiras livres dos vilarejos, atingindo diretamente os mais pobres dos sertões baianos. Após esses acontecidos, o peregrino, que anteviu ameaças mais contundentes por parte das autoridades, resolveu estabelecer-se, juntamente com seus seguidores, numa fazenda abandonada, então chamada Canudos, por ele rebatizada de arraial do Belo Monte.

Em virtude dos limites desta pesquisa, não selecionamos notícias posteriores, que compreendem propriamente o período da Guerra de Canudos (1896-1897). Além disso, acreditamos que as primeiras notícias foram decisivas na construção da imagem de Antonio Conselheiro como um fanático, e não somente, mas também como um criminoso, sendo considerado uma ameaça para a ordem pública.

Em contrapartida, a opção por analisar também textos de autoria de José Aras deveu-se ao fato de ser ele um autor local – como já dissemos, nascido no Cumbe, em 1893, hoje Euclides da Cunha, cidade próxima a Canudos, em pleno período de estabelecimento do arraial de Belo Monte – e um pesquisador e escritor do tema, tendo colhido muitos depoimentos de sobreviventes da guerra, assim como de seus descendentes. Tendo José Aras escrito muita coisa sobre Antonio Conselheiro e Canudos, procedemos, então, à seleção do

que comporia nossos *corpora*. Em sua obra *No sertão do Conselheiro* há dois poemas de cordel – “Defendendo o Conselheiro”, datado de 1947, e “Repousa Peregrino”, de 1950 – nos quais, acreditamos, está registrado o ponto de vista do sertanejo José Aras acerca da figura do líder de Belo Monte e do que este representava para toda a gente que o seguiu e/ou com ele morreu na guerra.

Seus versos são, de modo especial, relevantes para este trabalho. Se, por um lado, há já muitas pesquisas a partir do que circulou nos jornais naquele período, quando se trata de trazer à tona a construção da imagem de Antonio Conselheiro a partir de outro prisma, temos ainda muito a desbravar. Particularmente, os escritos de José Aras merecem atenção, haja vista serem, como defende Calasans, os primeiros a registrarem depoimentos orais de sertanejos que conviveram com descendentes de conselheiristas ou que cresceram ouvindo relatos da guerra, quando muito valor se tem dado a documentos escritos, em detrimento da oralidade em torno do evento de Canudos.

Noutra ponta, dos dois cadernos manuscritos, de autoria atribuída a Antonio Conselheiro, foram selecionadas seis prédicas. Três delas – “Sobre a Obediência”, “Sobre a Fé” e “Sobre a Paciência nos Trabalhos” – estão registradas somente no primeiro caderno manuscrito, datado de 1895, disponível em cópia *fac-símile* no Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia – UFBA. A escolha deveu-se ao fato de constarem no primeiro manuscrito, conforme já dito, para o qual, segundo pesquisadores<sup>1</sup>, pouca atenção foi dispensada.

Somente recentemente, em abril de 2017, tivemos acesso à relevante publicação do professor da Universidade Federal de Alagoas – UFAL –, Pedro Lima Vasconcellos<sup>2</sup>, o qual realizou um trabalho de transcrição das 253 páginas que compõem a segunda parte do caderno de 1895, em cuja folha de rosto se lê *Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Christo, para a salvação dos homens*, até então disponível apenas em *fac-símile*, pela UFBA, conforme já dissemos.

As outras três prédicas – “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”, “Sobre a República” e “Despedida” – foram retiradas do segundo caderno, denominado *Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação*, datado de 12 de janeiro de 1897. Este segundo caderno foi publicado por Nogueira (1997), com o título de *Antônio Conselheiro e Canudos*, em 1974, e não temos

---

<sup>1</sup> Conforme Vasconcellos (2004) e Dobroruka (2005).

<sup>2</sup> Disponível em um dos dois volumes que compõem o box *Antonio Conselheiro por ele mesmo* (VASCONCELLOS, 2017), sobre o qual falaremos mais adiante.

notícias de seus originais, infelizmente. E ainda que seja, em parte, de conteúdo semelhante ao do primeiro, contém diferenças substanciais, principalmente no que se refere às ideias políticas e sociais presentes na prédica que trata da República e da escravidão.

O fato de estas terem sido destacadas justifica-se por terem sido manuscritas já durante o período em que se deu o conflito armado, em 1897. A prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte” trata, visivelmente, do pronunciamento proferido na inauguração da igreja construída no arraial de Belo Monte. A segunda, “Sobre a República”, expressa veementemente a oposição do Conselheiro ao novo regime. Diferente do que se observa em grande parte das prédicas que tratam de temas estritamente religiosos, “Sobre a República” apresenta o ponto de vista de Antonio Conselheiro sobre temas políticos, tais como o casamento civil, a escravidão e a República. E a prédica “Despedida”, por sua vez, presente no final do livro, ao que tudo indica é o último registro escrito do Conselheiro, no qual se dirige aos seus seguidores e à natureza em tom de despedida, quando já consciente de sua morte. Estas, portanto, compõem importante material para análise.

Este estudo, desse modo, mostra-se relevante pela necessidade de se aprofundar a pesquisa em seus manuscritos sob o viés linguístico, haja vista as diversas possibilidades ainda abertas. O fato de haver diversos trabalhos que preconizam o que foi dito a respeito do Conselheiro e muita pesquisa ainda a ser feita nos cadernos encontrados no arraial de Belo Monte, depois de findada a guerra, também convida a voltar o olhar sobre os apontamentos manuscritos por ele mesmo, por acreditarmos serem o registro de suas prédicas dirigidas aos milhares de seguidores. Da mesma forma, mostra-se pertinente realizar um cotejamento da imagem do Conselheiro por ele mesmo com a imagem forjada em informações veiculadas em jornais da época, cujo papel foi o de construir a figura de um fanático, o que pode ter servido para avalizar a divergência entre o projeto de Belo Monte e a República e parte da Igreja. Assim, justifica-se a utilização dos procedimentos da Análise do Discurso francesa, no que tange especialmente à noção de formações imaginárias construídas pelos protagonistas do discurso.

### 1.3 DA DISPOSIÇÃO DAS SEÇÕES

A dissertação está organizada em sete partes. Após essas **Primeiras palavras**, na segunda seção, intitulada **Refazendo caminhos: Antonio Conselheiro e suas andanças pelos sertões**, buscamos apresentar os estudos históricos e biográficos do personagem central

da guerra de Canudos, por ser ele o foco deste trabalho. Nela, discorremos acerca de como/quando Antonio Maciel passou a ser o Antonio Conselheiro, assim como tecemos considerações acerca dos manuscritos, objeto de estudo nesta pesquisa, e das leituras de Antonio Conselheiro, com o propósito de expor a gênese de sua compreensão da religião e da Igreja. Para tanto, recorreremos aos trabalhos de muitos pesquisadores, considerados fundamentais, dentre os quais destacamos Aras (2003, 2009), Calasans (1987; 1997; 2000; 2002), Galvão (1994; 2001; 2002), Nogueira (1997), Bartelt (2009), Hoornaert (1998), Otten (1990) e Vasconcellos (2004; 2008; 2017).

A terceira seção, intitulada **Pressupostos teóricos da pesquisa: a Análise de Discurso e a constituição do dispositivo teórico-analítico**, discorre sobre o estabelecimento da AD, na França, na pessoa de seu principal representante, Michel Pêcheux, contemplando algumas das noções por ele propostas, com ênfase para a de Formações Imaginárias e seus efeitos de sentido, além de tecer considerações sobre as especificidades metodológicas desta corrente teórica.

A quarta seção, a qual denominamos **Herói ou subversivo? Uma análise discursiva da imagem de Antonio Conselheiro construída pelo olhar do outro**, ocupa-se da análise das formações imaginárias dos protagonistas dos discursos que emergem das notícias dos jornais e dos cordéis que compõem nossos *corpora*, com foco para a imagem do Conselheiro, enquanto objeto desses discursos.

Na quinta parte, intitulada **Antonio Conselheiro por ele mesmo: uma análise discursiva de suas prédicas**, o propósito é verificar quais representações imaginárias tem Antonio Conselheiro do lugar discursivo que ele ocupa.

Na sexta seção, como o próprio título aponta, apresentamos **um contraponto entre a imagem do Conselheiro construída pelo olhar do outro e por ele mesmo**.

Na sétima e última parte, apresentamos nossas palavras (não) finais. Reconhecemos, evidentemente, que as possibilidades de análise não foram exauridas e nem foi essa nossa intenção. Ainda que muito já se tenha dito sobre o tema, ainda haverá sempre o que se dizer e a partir de diferentes prismas.

## 2 REFAZENDO CAMINHOS: ANTONIO CONSELHEIRO E SUAS ANDANÇAS PELOS SERTÕES

Uma vez que a construção discursiva da imagem de Antonio, o Conselheiro, como passou a ser chamado pelos que o seguiam, é o foco de nossa pesquisa, apresentaremos brevemente sua historiografia, com o objetivo de contextualizar a construção discursiva de sua imagem, iniciada pelos jornais e tão fortemente propagada pelo livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a partir de sua publicação, em 1902. Dentre os autores que fundamentarão esta seção estão Calasans (1987; 1997; 2002), Aras (2003; 2009), Galvão (1994; 2001; 2002), Macedo (1978), Otten (1990), Nogueira (1997), Hoornaert (1998), Bartelt (2009) e o próprio Euclides da Cunha (2006), o qual dedica mais de 150 páginas de sua célebre obra à descrição, biografia e narração das lendas relacionadas ao líder conselheirista<sup>3</sup>.

Antonio Vicente Mendes Maciel, seu nome de batismo, nasceu aos 13 dias de março de 1830<sup>4</sup>, numa das melhores casas da então pequena, porém promissora, Vila de Quixeramobim, no interior do Ceará, que seria promovida a cidade em 1857. (BARTELT, 2009, p. 31). Seu pai, Vicente Mendes Maciel, era um comerciante exitoso e de família de conceituada tradição de vaqueiros do sertão. Seu pai e sua mãe, Maria Joaquina, viviam numa união ilegítima. Somente quatro anos depois de seu nascimento, em 1834, os pais de Antonio Maciel receberam o matrimônio, quando sua mãe já estava à beira da morte (CALASANS, 1997).

Após dois anos, seu pai arranhou-lhe uma madrasta, com quem Antonio Maciel não se dava bem. Em um dos raros relatos sobre a vida pregressa de Antonio Maciel, Honório Vilanova diz tê-lo ouvido dizer, em depoimento por ocasião de sua prisão em 1876, quando foi acusado de ter matado sua mãe: “Como posso ter matado minha mãe, se fui maltratado pela minha madrasta?” (BARTELT, 2009, p. 30). Tal acusação infundada, após as investigações, foi constatada como fantasiosa, posto que sua mãe morrera quando ele tinha apenas seis anos de idade.

O que se sabe sobre sua formação escolar é que foi acima da média para sua época e seu contexto. Para se ter uma ideia, já no século XX, Aras (2009) relata o escasso acesso que se tinha ao conhecimento formal na conjuntura do sertão, em que as meninas eram proibidas

---

<sup>3</sup> Bartelt (2009, p. 19) reconhece que o “estilo cativante” de *Os Sertões* é capaz de levar qualquer pesquisador do tema Canudos a citá-la como monografia científica, desconsiderando-se, assim, seus aspectos discursivos. Outros denominam essa construção de Euclides como “efeitos de verdade”.

<sup>4</sup> Calasans (1997, p. 25) menciona que o ano de seu nascimento chegou a ser discutido. A dúvida, porém, foi dirimida por um pesquisador cearense, ao apresentar a certidão de nascimento de Antonio Maciel.

de aprender a ler e a escrever, para não escreverem cartas aos namorados. Por sua vez, os meninos que resolviam continuar estudando, após completar o pequeno tempo de escola que se costumava frequentar, eram considerados malandros, por não quererem pegar na enxada. O pai de Antonio Maciel, porém, fez questão de matriculá-lo numa boa escola, com o objetivo de lhe dar a melhor educação possível. Nela, não apenas aprendeu a ler, escrever e contar. Frequentou também as aulas de latim do professor Manoel Antonio Ferreira Nobre.

Por essa razão, afirma Calasans (1997, p. 29): “No sertão, quando o Santo Conselheiro dava seus conselhos, as populações ficavam impressionadas com o seu saber”. O conhecimento do Latim, certamente, tornou-lhe um grande conhecedor dos textos sagrados, numa época em que não se tinha amplo acesso à Bíblia nos sertões brasileiros. Além disso, esse conhecimento também reforçava sua autoridade de representante de Deus perante os sertanejos, católicos fervorosos, uma vez que as orações católicas, em boa parte, eram na língua latina.

Com a morte de seu pai, em 1855, Antonio Maciel assumiu a administração dos negócios da família, já a beira da falência e mergulhados em dívidas. Depois de penhorar e perder os bens que lhe restavam, em 1857, contraiu matrimônio com Brasilina Laurentina de Lima, sua prima. Com a falência, saiu de sua terra e passou a exercer diversas profissões nas circunvizinhanças: desde caixeiro-viajante, professor primário de filhos de comerciantes e fazendeiros de Sobral e rábula, isto é, advogado dos pobres. (CALASANS, 1997). Esses relatos demonstram que Antonio Maciel dispunha de considerável conhecimento, ao contrário do que se lê a seu respeito, por exemplo, em *Os Sertões*. Era, portanto, um “homem das letras” (HOORNAERT, 1998, p. 114).

Outro aspecto que se destaca em sua biografia são suas experiências traumáticas com as mulheres. Primeiro com sua madrasta que, segundo relatos, o maltratava e, depois, pelo fracasso nas duas relações conjugais que teve. O casamento com sua prima Brasilina durou apenas quatro anos. Em 1861, registra-se sua fuga com um policial. Em torno de uma conturbada história de traição com Brasilina, com quem foi de fato casado na Igreja, criaram-se várias versões:

Segundo uma delas, armado de clavinote, Antonio Vicente flagrou o adultério e, sem nenhuma reação, abandonou o lar. Não houve fuga da esposa com o amante e sim o abandono da mulher pelo marido traído. A verdade não ficou esclarecida e quando Antonio Vicente se tornou Antonio Conselheiro, o lendário dominou o triste episódio. (CALASANS, 1997, p. 31)

Contudo, a versão lendária que dominou a respeito desse fato, quando Antonio já era conhecido como o Conselheiro, a que se refere Calasans (1997), é aquela narrada n’*Os Sertões* (CUNHA, 2006, p. 168-169), que Euclides denomina “uma lenda arrepiadora”, segundo a qual Antonio Conselheiro teria sido advertido pela mãe, que não simpatizava com a nora, de que sua esposa o traía. Não acreditando no que ouvia, teria sido aconselhado pela genitora a inventar uma viagem, para surpreendê-la em adultério. Antonio teria ficado na espreita, quando observou um vulto, semelhante a um homem se aproximando e, antes que este entrasse, acertou-lhe um tiro. Em seguida, adentrando a casa, atirou também na esposa infiel. E ao voltar para conferir o homem que havia matado, teria visto que era sua própria mãe disfarçada. Depois disso, saíra como um doido pelos sertões afora.

Euclides faz questão de dizer que tudo era apenas “fruto da imaginação popular” que começava “a romancear-lhe a vida, com um traço vigoroso de originalidade trágica” (CUNHA, 2006, p. 169). No entanto, ao que parece, esta versão, “fruto da imaginação popular”, ganhou tanta força na construção da imagem de Antonio Conselheiro que levou a polícia a prendê-lo em 1876, quando já peregrinava nos sertões baianos, merecendo, inclusive, a menção nos jornais baianos.

Ainda assim, Antonio Maciel tentou mais um relacionamento, dessa vez com Maria Joaquina, uma artesã de imagens, com quem esteve amasiado por apenas dois anos, sendo por ela abandonado. Para Bartelt (2009, p. 30), essas relações desastrosas explicam a rigidez moral de Antonio – quando já peregrinava como beato – revelada nas relações com as mulheres, ao evitar fitá-las nos olhos enquanto falava e ao proibir que se enfeitassem. Na primeira notícia publicada a seu respeito, em 1874, o jornal semanal *O Rabudo* menciona que suas prédicas consistiam na proibição, dentre outras coisas, dos chales de merinó, botinas e pentes.

## 2.1 O “APARECIMENTO” DO BEATO: DE ANTONIO MACIEL A ANTONIO CONSELHEIRO

Apesar de não se saber, precisamente, quando Antonio Maciel teria “aparecido” em trajes de beato, passando a ser chamado Antonio Conselheiro, Calasans (1997, p. 32) considera que sua última aparição como Antonio Vicente Mendes Maciel se deu em 1871, quando ainda tentava viver do trabalho de vaqueirice, em Várzea da Pedra, distante sete léguas de Quixeramobim, depois de mudar várias vezes, tentando manter-se por meio do

exercício das diversas profissões, como já mencionamos anteriormente. Segundo o historiador,

Em 1873, mais ou menos, já é um beato [...]. Era forte como um touro, vestia uma batina, trazia um chapéu de palha. Esmolava para os pobres e anunciava que iria construir vinte e cinco igrejas. No resto de sua vida, tudo praticou para realizar o objetivo anunciado. É o que conta Honório Vilanova. (MACEDO apud CALASANS 1997, p. 32)

Euclides, nas páginas em que apresenta a vida pregressa de Antonio Maciel, refere-se aos fatos que mudariam sua vida como “Primeiros reveses” e inicia seu relato com os seguintes dizeres: “Data daí a sua existência dramática.” Continua o escritor, duas linhas depois: “A partir de 1858 todos os seus atos denotam uma transformação de caráter.” (CUNHA, 2006, p. 163). Nas páginas seguintes, o autor de *Os Sertões* apresenta os fatos que teriam levado à “queda” de Antonio Maciel, ao referir-se à traição de sua esposa que o encheria de vergonha, levando-o a sair pelos sertões, sem destino certo. O escritor termina o trecho dizendo “morrera por assim dizer” (Idem, p. 165), fazendo referência, de certo, à morte do homem Antonio, para, a partir de então, fazer emergir o famoso Conselheiro:

...E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos... (CUNHA, 2006, p. 165).

Euclides antecede tal descrição com os seguintes dizeres: “Como se faz um monstro”. De fato, o Conselheiro “pintado com tintas fortes, como desequilibrado e ignorante!” (VASCONCELLOS, 2008, p. 46) em *Os Sertões* é semelhante ao que se vê registrado nas notícias lidas a seu respeito nos jornais. E foi justamente essa imagem a que perdurou por décadas.

Bartelt (2009, p. 32) se refere à mudança nos rumos da vida do até então Antonio Maciel como uma “mudança de pele, uma troca de personalidade”. Todos os biógrafos se referem à sua aparição já como beato de uma forma literária, teatral ou trágica, o que acaba por estereotipá-lo. Isso se dá a partir da notícia publicada no jornal satírico *O Rabudo*, de Estância, Sergipe, em 1874, o qual lhe dedica, em tom de seriedade, sua primeiríssima página. Nela, apresenta uma categórica descrição física daquele que é denominado Santo Antonio dos Mares, não se sabe ao certo por qual razão. Além de mencionar que ele arrastava o povo aos seus conselhos e destacar sua aparência como a “figura mais degradante do mundo” – aparência suja, sebosa e com piolhos etc. – faz referência também às construções dos templos,

açudes e cemitérios a que se dedicava, informando que o beato se achava na então província de Rainha dos Anjos, na Bahia, onde construía uma igreja.

É de dois anos depois, 1876, o outro registro do peregrino, quando o *Diário da Bahia* noticia sua prisão, em território baiano, acusado de ter matado sua mãe e sua esposa, no Ceará, conforme registra Euclides n’*Os Sertões*, ao referir-se ao fato como uma “lenda arrepiadora” (CUNHA, 2006, p. 168). Segundo Aras (2009), que registrou o relato do Major Rodolfo, nos arredores de Itapicuru, região onde fora preso o Conselheiro, tudo não passou de uma manobra dos políticos da época, “que se preocupavam mais em caluniar o Conselheiro, mandando denúncias ao Governador da Bahia”. Aras narra assim sua conversa com o Major:

[...] Então, supõe-se que os seus desafetos lhe armaram uma cilada na Justiça do Ceará, chegando uma carta-precatória, pedindo a prisão do Conselheiro e sua remessa urgente para Fortaleza, por ser acusado na justiça de Quixadá de ter matado a mãe e a esposa. A notícia se espalhou até nossos dias, prevalecendo essa mentira em todos os recantos’. Perguntei ao Major se isso não era verdade, ao que ele respondeu: ‘Nada. Quem tem a força nas mãos e não tem consciência limpa, pode aplicar toda espécie de infâmia e vingança’. Ainda o inquiri: ‘E o prenderam logo? Onde?’ Ele prosseguiu: ‘Não sei bem onde se deu a prisão, pois estava viajando [...] A polícia deu-lhe voz de prisão e ele, com a fisionomia serena se entregou, proferindo apenas, para que todos ouvissem: ‘Mais sofreu Cristo!’ (ARAS, 2009, p. 25-26).

De fato, foram os interesses dos políticos baianos que mobilizaram forças para afastar a presença ameaçadora do peregrino. No entanto, constatadas como falsas as acusações, logo Conselheiro voltou aos sertões baianos, para continuar sua missão, acercado de um número cada vez maior de simpatizantes. São desse período, inclusive, os primeiros registros de sua nova alcunha, conforme o título da notícia do *Diário da Bahia*, de 27 de junho de 1876: “Antonio Conselheiro”. Aliás, conforme se lê em autores como Calasans (1997), Aras (2009), era comum existirem beatos, chamados conselheiros, naquela região, em virtude da escassez de padres de que padecia a devoção daqueles sertanejos.

O povo que seguia Antonio Conselheiro, como já dissemos, não apenas rezava ou saía em procissão, também trabalhava levantando muros de cemitérios, capelas e igrejas, ou construindo aguadas, tudo sem o retorno material, apenas por esmolas para a subsistência e pela aceitação, por parte das paróquias, da presença daquele numeroso séquito nas localidades a que chegavam em peregrinação, numa espécie de “negociação com o sagrado”, conforme Hoornaert (1998). Ainda segundo este autor, o grupo do Conselheiro não era homogêneo. À sua presença chegavam pessoas de diversas partes e comportamentos, credos e procedências, camponeses e escravos libertos ou fugidos; todos eram acolhidos, desde que aceitassem a forma de vida, a rigidez religiosa e o empenho em construir a “terra prometida” por ele

idealizada. Também não era da mesma forma que colaboravam: os mais privilegiados forneciam suas esmolas, enquanto que os mais pobres contribuía com seus braços, ou seja, colaboravam nos trabalhos de construção e reforma.

O contexto social e econômico do Brasil daquela época, de modo particular aquele no qual está inserido Antonio Conselheiro, é marcado por graves mudanças, tais como a exploração e morte dos indígenas, a escravidão e exploração da mão de obra por parte dos latifundiários – coronéis que ditavam as ordens na região – além das intempéries do clima, como a seca que levava a uma migração que, por sua vez, agravava a crise econômica na região. Porém, para aqueles sertanejos sofredores, existia um outro caminho:

Existia a possibilidade de engajar-se num dos movimentos religiosos de protesto social de “que o caso Antonio Conselheiro foi a expressão maior”. A crise socioeconômica foi uma razão para a eclosão do movimento de Canudos, mas não a única. Há outras como o declínio da religião. (OTTEN, 1990, p. 257)

Nesse contexto, os padres dividiam-se quanto ao modo de proceder do Conselheiro: uns aceitavam-no, permitindo suas pregações, até mesmo no interior dos templos sagrados, servindo-se de seus préstimos para a construção ou reconstrução de capelas, levantamento de muros de cemitérios; outros se demonstravam hostis ante a sua presença. A insegurança de alguns sacerdotes só crescia, devido ao aumento dos seguidores do Conselheiro, já que o povo preferia ouvi-lo, motivo pelo qual muitos padres escreveram ao arcebispo da Bahia pedindo providências.

Com a abolição da escravatura, em 1888, Antonio Conselheiro teve sua popularidade aumentada, somando-se ao seu já numeroso séquito negros libertos, sem destino e sem ocupação. Um ano depois, em 1889, com a proclamação da República, ocorreram profundas mudanças no país, contrariando a visão do Conselheiro e dos que o seguiam. Dentre as razões dessa contrariedade, destacam-se a instituição do casamento civil, que retirava das mãos da Igreja a autoridade do sacramento do matrimônio, e a cobrança exorbitante de impostos.

A esse respeito, Bartelt (2009, p. 41) ressalta que, após a primeira Constituição republicana de 1891, coube aos Estados legislar sobre a estrutura financeira dos municípios que passam a ser mais autônomos, mas, ao mesmo tempo, veem seus encargos aumentados e, por sua vez, criam “novos impostos, taxas e contribuições, além de aumentar os que já existem”. O fato de Estado e Municípios terem a necessidade de arrecadar mais tributos recai exatamente sobre os mais pobres, principalmente feirantes, atividade econômica mais comum nos sertões. E foi justamente por ocasião da fixação das tábuas nas quais se estipulavam os

exorbitantes tributos, nas feiras dos municípios pelos quais passavam Conselheiros e seus seguidores que, revoltados com tamanha injustiça, foram queimadas as tabuletas, aumentando ainda mais a insatisfação das autoridades locais.

Desse modo, os seguidores de Conselheiro passaram a ser considerados elementos desestabilizadores da nova ordem, por não aceitarem submeter-se aos novos tempos da República. A imprensa cumpriu papel decisivo no desenrolar dos fatos, pois foi responsável por espalhar o boato de que os conselheiristas estavam agindo sob orientação dos monarquistas que desejavam destituir o regime republicano (OTTEN, 1990, p. 17). Contudo, para Bartelt (2009, p. 41),

Não se pode precisar o que ocorria na verdade nas feiras e quem participava desses acontecimentos. Os relatos falam de “agressores”, de “séquito de fanáticos” e de “troço de fanáticos” [...]. É de se duvidar que os acontecimentos de Nova Soure (Natuba), Bom Jesus e Amparo tenham sido provocados exclusivamente pelos seguidores de Maciel, e que a população local, como principal atingida, não tenha participado.

O fato é que, prevendo que as autoridades policiais tomariam atitudes mais agressivas, Conselheiro resolveu partir rumo a uma fazenda abandonada, denominada Canudos. Antes de sua chegada, porém, ocorreu o confronto entre os conselheiristas e as forças policiais, próximo ao povoado de Masseté, em maio de 1893. Na ocasião, os policiais pouco preparados acabaram recuando. O acontecido, claro, repercutiu na imprensa baiana e nacional, reforçando a imagem de que o grupo do Conselheiro não passava de uma horda de fanáticos e bandidos. No mesmo ano, pelos dias do mês de junho, Conselheiro fixou-se com seu séquito em Canudos, rebatizada por ele de arraial de Belo Monte. Nas palavras de Otten (1990, p. 169-170):

Ele está rodeado por uma multidão que não quer deixá-lo. Os sequazes não aceitam mais voltar para casa. Querem ficar com ele: seja porque são dependentes dele, sustentados pelas esmolas do Antonio, seja porque querem defendê-lo contra o governo, ou porque querem, na sua fé, seguir o mesmo caminho como o santo. A vida pacífica não lhe era mais possível. Sua visão de República, instituição herege e atéia, inventada pelo Anticristo, não lhe dava mais margem para uma vida pacata. [...] Pelas circunstâncias ele se vê cada vez mais obrigado a tomar conta da gente sertaneja. Desse modo, retira-se para o sertão e organiza uma sociedade *sui generis*. (Grifos do autor)

Ainda segundo Otten (1990, p. 345), a vida em Canudos era organizada em função da religião e os que desejassem integrar a comunidade precisavam não somente ser batizados na “verdadeira Religião”, mas “converter-se e emendar-se”, seguindo o que o santo beato

orientava: jejum, oração, partilha dos bens e colaboração nos trabalhos de construção da Igreja.

Sentindo-se ameaçadas pelo Movimento de Canudos, as autoridades uniram-se ainda mais com o propósito de destruí-lo: os grandes fazendeiros, receosos por perder suas terras e já carentes da mão de obra fácil que existia antes do Conselheiro arrastar consigo um número cada vez maior de seguidores; políticos do novo regime, preocupados com a organização econômica autônoma implantada em Canudos, o que a tornava um verdadeiro estado dentro da recém-inaugurada República; e os religiosos, ao verem se perder seu prestígio perante o povo que preferia ouvir o Conselheiro e segui-lo a escutar as ordens das autoridades da Igreja. (ARAS, 2003, p. 141).

Porém, tal atitude acabou por ampliar ainda mais o prestígio do peregrino entre os sertanejos. Aqueles que se dispunham a seguir Antonio Conselheiro encontravam em sua proposta uma nova perspectiva de vida e se empenhavam no regime do trabalho comunitário. Mesmo com dificuldades, preferiam os rigores disciplinares do líder religioso às humilhações do trabalho servil nas fazendas, conforme relato de Honório Vila Nova<sup>5</sup>:

Grande era a Canudos de meu tempo: quem tinha roça, tratava da roça, na beira do rio; quem tinha gado, tratava do gado; quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos; quem gostava de rezar, ia rezar; de tudo se tratava porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo peregrino (MACEDO, 1983 apud HOORNAERT, 1998, p. 23).

Em treze de maio de 1895, vendo o crescimento que se dava em Belo Monte, em apenas dois anos desde sua fundação, as autoridades resolvem solicitar a colaboração do arcebispo baiano, visto que desde o princípio muitos acreditavam que o “caso Conselheiro” competia à Igreja Católica, que deveria fazer valer sua autoridade. Assim, a Igreja decide enviar uma missão a Canudos, por meio dos italianos Frei João Evangelista de Monte Marciano e Frei Caetano de S. Léo, ambos há apenas um ano no Brasil. O encarregado de acompanhá-los foi o Padre Vicente Sabino dos Santos, vigário do Cumbe, frequentador de Canudos, onde, com alguma frequência, ministrava os sacramentos àquele rebanho.

Segundo Hoornaert (1998, p. 26), os freis, “no fundo, não entendem os brasileiros”, muito menos o mestiço do interior, que de um lado eram intensamente sinceros e humanos e

---

<sup>5</sup> Calasans (1997, p. 43) destaca, contudo, que entre os que seguiam o peregrino estavam também comerciantes, dentre os quais se destacava a família Vila Nova, tendo a frente Antonio Vila Nova, o qual desempanhava o papel de um administrador econômico e político de Belo Monte. Ele e o irmão, Honório Vila Nova, eram considerados homens de confiança do Bom Jesus, como também era chamado Conselheiro.

de outro lado eram desobedientes aos ensinamentos. Além disso, os freis ficavam “aperreados” quando o povo dava vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro. Tal relato demonstra o prestígio religioso do beato perante o povo sertanejo.

Dessa missão “frustrada”, dias depois, resultou o famoso Relatório, elaborado em oito páginas, impresso e amplamente divulgado. Para Calasans (1997), “embora, evidentemente, parcial, apaixonado mesmo em alguns pontos”, forneceu informações mais gerais daquela “comunidade messiânica”, como seu cotidiano e costumes, o “péssimo estado sanitário do povoado, as atitudes agressivas de exaltados seguidores de Antonio Conselheiro. Em resumo, pedia a intervenção do governo do Estado” (CALASANS, 1997, p. 21).

No entanto, apesar de o Relatório ser considerado um documento oficial, com relatos testemunhais sobre a experiência belomontense, é preciso considerar que seu conteúdo apresenta o ponto de vista dos capuchinhos, devido à insatisfação de não terem sido atendidos, não pelo Conselheiro, que os assistia impassível e respeitoso, mas pelos conselheiristas, ao perceberem que se tratava, na verdade, de uma tentativa do governo e da Igreja de dissipar o movimento. Para Hoornaert (1998, p. 26), o relatório contém contradições:

De um lado, pinta o quadro de uma organização autoritária que teria controlado as entradas, mas informa que “a maior parte” dos cerca de quatro mil pessoas que assistem à missão “são gente de fora” [...]. Outra contradição: Canudos seria um aglomerado de miseráveis. Contudo, Frei João Evangelista menciona um comerciante de Bonfim que vem se estabelecer aí, o que denota um certo bem-estar.

O fato é que, na época, o relatório não foi alvo de uma análise mais apurada. Ao contrário, seu conteúdo, aliado à repercussão na imprensa do insucesso da missão capuchinha, cujo objetivo era conter a ação do Conselheiro e extinguir o movimento de Belo Monte de “forma pacífica”, fez com que o governo brasileiro organizasse a primeira das quatro expedições militares enviadas a Canudos. Com a derrota das três primeiras e com a consequente retirada das tropas do campo de batalha, a popularidade do peregrino aumentou ainda mais, o que repercutia negativamente por toda a República, também reforçando a imagem de bandido, fanático e monarquista, propagada pelas notícias publicadas nos jornais de toda parte do país.

Nesse clima, é organizada a quarta investida militar contra Canudos, a que seria a última. Como saldo da guerra, restaram dezenas de milhares de mortos, o massacre e a

destruição completa do arraial e a degola, em 05 de outubro de 1897, de muitos conselheiristas presos, que não se renderam. No entanto, para estes que perderam a vida, “Belo Monte não é o paraíso, não é a terra da promessa, mas o lugar que garante a salvação, é a ‘Arca de Noé’” (OTTEN, 1990, p. 354) e, ainda que tenha sido o desenho de uma sociedade alternativa, o seu “projeto visa a uma meta no outro mundo” (Idem, p. 355). Talvez somente isso explique tamanha força e perseverança dos sertanejos conselheiristas, como o diz o autor de *Os Sertões*: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a História, resistiu até ao esgotamento completo.” (CUNHA, 2006, p. 585).

## 2.2 “APONTAMENTOS PARA A SALVAÇÃO DOS HOMENS”: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS MANUSCRITOS

Depois de findada a guerra e antes de ser o arraial de Belo Monte totalmente destruído pelo fogo, foram encontrados dois livros manuscritos, “assinados” pelo peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel, na casa chamada Santuário, onde ele morava. Atualmente, muitos pesquisadores têm-se dedicado ao estudo dos conteúdos desses livros manuscritos, uma vez que são importante fonte para se compreender a teologia de Antonio, o peregrino, como ele mesmo se declarava. Calasans (1997, p. 22), um dos maiores pesquisadores do tema, reconhece a importância dos dois volumes:

Aquele cristão errante que declarou, certa feita, ir à procura dos mal aventurados, também fixou no papel elementos substanciais para que a história pudesse conhecê-lo e julgá-lo. Deixou dois livros manuscritos onde reuniu preceitos de caráter religioso e considerações de feição política.

O mais conhecido deles é o volume intitulado *Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por Ocasão do Mistério da Anunciação*, datado de 1897, o qual traz uma anotação que atesta a sua autenticidade:

No dia 5 de outubro de 1897, em que as tropas legais sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães assenhorearam-se vitoriosamente do arraial de Canudos dando busca no lugar denominado Santuário em que morou o célebre Antonio Conselheiro, foi este livro encontrado, em uma velha caixa de madeira, por mim, que me achava como médico em comissão do governo estadual e que fiz parte da junta de peritos que no dia 6 exumou e reconheceu a identidade do cadáver do grande fanático. Submetido ao testemunho de muitos conselheiristas, este livro foi reconhecido ser o mesmo que, em vida, acompanhava nos últimos dias a Antonio Conselheiro. Bahia, março de 1898. João de Souza Pondé. (NOGUEIRA, 1997, p. 35)

O volume encadernado de 10 x 14 cm, manuscrito com letra legível e regular, em tinta preta, passou das mãos de João Pondé para as do escritor Afrânio Peixoto que o deu de presente a Euclides da Cunha já depois de concluída a sua obra *Os sertões*. Após a morte de Euclides, a obra foi adquirida num sebo por Aristeu Seixas, bibliófilo e membro da Academia Paulista de Letras e, tempos depois, chegou às mãos do ensaísta Ataliba Nogueira que os publicou em livro em 1974 sob o título *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*.

O manuscrito de 628 páginas está dividido em quatro partes. A primeira parte, que ocupa 223 páginas do caderno, trata dos Mistérios de Maria na vida de Jesus. São 29 mistérios e cada um deles é conteúdo de uma prédica, as quais se encontram subdivididas em três pontos. A segunda parte, que vai da página 224 até a 426, apresenta dez sermões que têm por tema os dez mandamentos da lei de Deus (NOGUEIRA, 1997, p. 37). A terceira parte, que comporta outras 58 páginas, contém uma seleção de textos extraídos das Sagradas Escrituras, principalmente dos Evangelhos, com referências aos textos transcritos registradas entre parênteses, mesclando-se com citações em latim, seguidas de comentários.

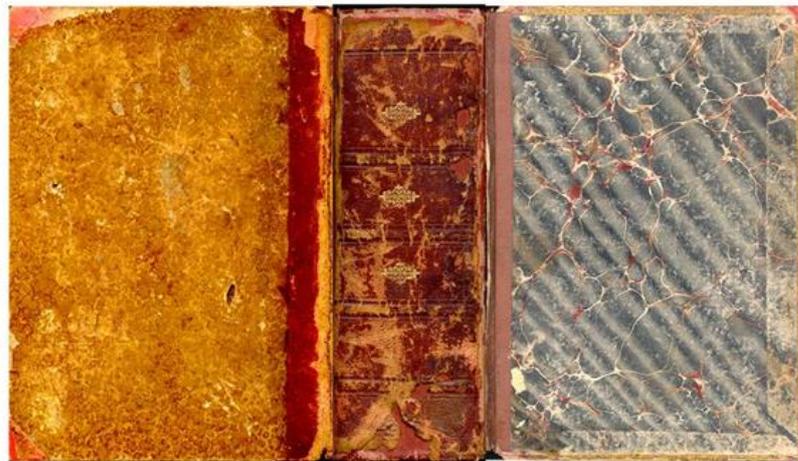
A quarta e última parte exhibe oito prédicas que tratam de assuntos diversos, dispostas e intituladas da seguinte forma: “Sobre a cruz”, “Sobre a missa”, “Sobre a confissão”, “Sobre as maravilhas de Jesus”, “Construção e edificação do templo de Salomão”, “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, padroeiro de Belo Monte”, “A companhia de Jesus – O casamento civil – A família imperial – A libertação dos escravos”, cujo título pelo qual ficou mais conhecida – Sobre a República – foi inserido por Nogueira (1997, p. 185), conforme informa em nota o autor. Finaliza o manuscrito a prédica “Despedida”, à página 624. Optamos por selecionar estas três últimas prédicas, como já mencionamos antes, para compor o *corpus* das prédicas neste trabalho, por fazerem referência ao contexto do conflito entre conselheiristas e republicanos.

Sobre o paradeiro do original desse caderno, não se tem nenhuma informação. Todo trabalho que o tem como fonte utiliza como consulta a edição feita por Ataliba Nogueira. Acerca da edição por ele feita, em nota, o autor informa que o manuscrito foi “fielmente copiado” (NOGUEIRA, 1997, p. 65). Nas páginas 58, 60, 146, 152, 177, 190, 191, 194 e 196 de sua edição, Nogueira (1997) apresenta algumas páginas do manuscrito digitalizadas, ao lado de sua transcrição. Sendo ele um conhecedor da doutrina católica e dos textos bíblicos (GALVÃO, 2002) e, sendo também a caligrafia do manuscrito de considerável legibilidade, considera-se a edição segura e fonte valiosa para se conhecer o conteúdo das prédicas.

O outro manuscrito que, na verdade, é o primeiro a ser escrito, intitulado *Preceitos da*

*Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo para a Salvação dos Homens*, é datado de 24 de maio de 1895. Foi encontrado no mesmo local e trazido de Canudos pelo brigada do 25º batalhão de infantaria Eugênio Carolino Sayão Carvalho que o ofertou ao diretor do Jornal de Notícias da Bahia, Aloísio de Carvalho. Porém, este ficou por muito tempo desconhecido e uma das razões pode ter sido pelo fato de, na época, acreditarem ser, interna e externamente, de aspecto idêntico ao de 1897. No entanto, ainda que ambos sejam semelhantes, possuem diferenças e há neste primeiro livro prédicas que não se encontram no livro manuscrito três anos depois, como veremos adiante.

**Figura 1** – Capa e contracapa do manuscrito de 1895, em *fac-símile*.



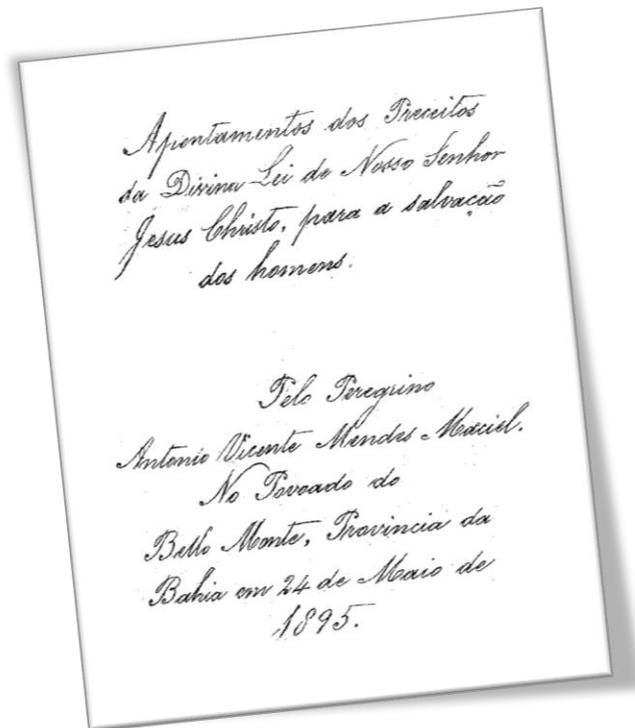
**Fonte:** Maciel (1895)

O manuscrito está dividido em duas partes. A primeira é composta por 554 páginas que trazem a transcrição dos textos bíblicos, com trechos do Antigo e do Novo Testamentos. A segunda parte, de mais 227 páginas ou fólios, encadernados à primeira, contém prédicas com orientações acerca dos preceitos e dos dogmas da fé e é introduzida por uma folha de rosto com os seguintes dizeres<sup>6</sup>:

**Figura 2** – Folha de rosto do manuscrito de 1895

---

<sup>6</sup> *Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Christo, para a salvação dos homens. Pelo Peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel. No povoado de Bello Monte, Província da Bahia em 24 de Maio de 1895.*



**Fonte:** Maciel (1895)

Diferentemente da primeira parte, a segunda traz ao final um índice de três páginas com um breve resumo do que se vê no seu interior (GALVÃO, 2002, p. 13). Mesmo de conteúdo em boa parte diferente, ficou no esquecimento, até ser encontrado, em 1972, entre os livros da biblioteca do então falecido senador Aloísio de Carvalho, professor da Faculdade de Direito da Bahia. A família do senador ofertou o manuscrito a José Calasans, que o doou ao Núcleo Sertão, do Centro de Estudos Baianos da UFBA, em 1983 (CALASANS, 1997, p. 23), o qual se encontra disponível para pesquisa em cópia *fac-símile*.

Em 2002, o Centro de Estudos Baianos e a editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) publicaram o *Breviário de Antonio Conselheiro*, contendo a edição de partes do manuscrito inédito de 1895, em comemoração aos cem anos da publicação de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e em homenagem ao professor José Calasans, falecido em 2001. A obra, em cuja publicação estão apenas fragmentos do manuscrito, devido ao alto custo de uma edição em sua totalidade, conta com a apresentação, descrição e comentários acerca do documento feitas por Walnice Nogueira Galvão e Fernando da Rocha Peres, além da reprodução, também em *fac-símile*, de cartas, nas quais consta a assinatura de Antonio Vicente Mendes Maciel.

Somente recentemente, no ano de 2017, o manuscrito veio a ser publicado em sua totalidade, fruto do relevante trabalho de Pedro Lima Vasconcellos<sup>7</sup>. A obra, intitulada *Antonio Conselheiro por ele mesmo*, consta de dois volumes. No primeiro volume, encontram-se as prédicas, de forma extensa e meticulosamente organizadas, transcritas e comentadas, antecedidas pela apresentação do historiador, a qual oferece relevantes informações históricas de Belo Monte e do manuscrito, além de expor brevemente o conteúdo do caderno e os critérios de edição, que se deu a partir de um duplo trabalho de transcrição: uma na qual se manteve a ortografia e a gramática, “sem nada atualizar para além do que no manuscrito se lê” (VASCONCELLOS, 2017, p. 28) e outra com ortografia atualizada e algumas correções gramaticais, sem, contudo, incorrer na desfiguração do que se encontra no manuscrito, cujo objetivo nada mais é do que possibilitar uma leitura mais célere do total das prédicas.

O segundo volume do *box*, intitulado *Arqueologia de um monumento: os apontamentos de Antonio Conselheiro*, prefaciado por Leandro Karnal, é resultado dos anos de pesquisa do autor e aborda a escrita do Conselheiro tomando seus “apontamentos” como indispensáveis para compreendê-lo enquanto autor. Na obra, o autor procede a um profundo estudo das leituras e filiações espirituais do líder de Belo Monte. Sem sombra de dúvida, o trabalho de edição e publicação realizado pelo pesquisador, no ano em que o conflito de Canudos completa seus 120 anos, é uma enorme contribuição, na atualidade, para os estudos sobre Conselheiro e suas prédicas, possibilitando que o tema não caia no esquecimento. E é com base na leitura desses trabalhos que apresentaremos, a seguir, o Antonio Conselheiro leitor, como o próprio Vasconcellos (2017) o define.

### 2.3 AS LEITURAS DE ANTONIO CONSELHEIRO

Temos frisado ao longo deste trabalho que os manuscritos são uma relevante fonte para estudo, à luz de diversas perspectivas teóricas e a partir de diversas áreas da linguagem. Em se propondo compreender os fatos em torno do movimento de Belo Monte e a figura do seu líder, Antonio Conselheiro, para além do que foi dito a seu respeito, mas a partir de fontes outras, é indispensável dedicar-se ao estudo do que ele deixou escrito. Atualmente, tem sido

---

<sup>7</sup> Doutor em Ciências Sociais e pós-doutor em História, professor do programa de pós-graduação em História, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Pedro Lima Vasconcellos dedicou-se, em sua tese de doutoramento, intitulada *Terra das promessas, Jerusalém maldita: memórias bíblicas sobre Belo Monte (Canudos)*, à pesquisa aprofundada da figura de Antonio Conselheiro e dos personagens de Belo Monte, além de diversas publicações em torno da temática.

esse o caminho percorrido por muitos pesquisadores, como forma de lançar luz sobre os manuscritos e contar os fatos sob outro prisma.

Nessa esteira, adiante, trataremos mais especificamente sobre os conteúdos dos dois livros manuscritos, fundamentados nos recentes estudos – dentre os quais se destaca Vasconcellos (2017) – que buscam evidenciar o caráter autoral das prédicas, ao tomarem, principalmente, a *Bíblia*, *A Missão Abreviada* e *Horas Marianas*, cujos textos o Conselheiro tinha como fonte de suas exortações e sobre os quais se fundamentam suas prédicas manuscritas.

Tanto o primeiro caderno, de 1895, quanto o segundo, de 1897, constam da reprodução dos evangelhos, entre outros textos, nos quais Conselheiro exhibe suas ideias sobre a missa, a confissão, os dez mandamentos, a justiça de Deus, a fé etc., com exceção das críticas sobre a República e a escravidão, presentes somente no caderno de 1897. Sobre isto, Calasans (1997) diz que o manuscrito de 1895 é simplesmente um registro de conceitos religiosos, enquanto a obra de 1897, que em parte é cópia da anterior, consigna ideias políticas e sociais, “de combate à República, à escravidão, aos maçons, aos protestantes, aos judeus” (CALASANS, 1997, p.22).

Essa diferenciação pode ser entendida se tomado o contexto no qual o segundo caderno foi escrito: está em plena efervescência a luta armada entre os republicanos, que consideram Belo Monte um reduto monarquista, por conseguinte, uma ameaça ao novo regime, e os conselheiristas, que acreditam estar lutando em nome da fé (CALASANS, 2002). Na realidade, as datas registradas nos dois manuscritos sugerem indagações. O primeiro livro é datado pelo Conselheiro, na folha de rosto que antecede a segunda parte, de 24 de maio de 1895, três dias depois da partida dos freis capuchinhos, cuja missão era tentar dispersar a multidão que seguia o Conselheiro e que só aumentava no arraial por ele fundado dois anos antes.

As intenções que motivaram a presença dos enviados pela Igreja e a forma como teriam deixado o arraial, sob os gritos de “Viva o Bom Jesus Conselheiro”, pode ter levado Conselheiro a pensar ser desnecessária a presença de outros padres no povoado, como até então era comum, fazendo-o, então, interromper a mera transcrição das Escrituras Sagradas para registrar prédicas contendo conselhos relacionados à prática dos fieis. Já o segundo caderno é datado de janeiro de 1897, em pleno conflito armado, no período em que se dava a segunda expedição militar, que recuou sem obter sucesso. É justamente durante o conflito que Antonio Conselheiro registra as prédicas nesse caderno. Para Calasans (1997),

O Conselheiro talvez houvesse pensado na destruição de sua gente e no seu próprio fim, tanto que o capítulo final é uma despedida comovente. Teria Antonio Conselheiro tido a intenção de deixar naquele volumoso manuscrito uma mensagem aos seus inimigos, onde se apresenta firme sua convicção de servo da Igreja de Cristo e declarado (combatente) da República, por ele considerada obra do demônio? (CALASANS, 1997, p. 22)

Estes e muitos outros questionamentos ainda são alvo de investigações por parte dos pesquisadores que, nas últimas décadas, têm se dedicado à questão da autoria dos manuscritos, assim como à análise de seu conteúdo. O professor José Calasans é talvez um dos primeiros a se dedicar a um estudo, não só bibliográfico, mas também *in loco*, de entrevistas com sobreviventes da guerra de Canudos. Todo e qualquer trabalho referente ao tema passa, certamente, por suas inúmeras publicações. Contudo, deve-se à edição e publicação de grande parte dos manuscritos de 1897, por Ataliba Nogueira (1997), a chancela por proporcionar que outros tivessem interesse pelos escritos deixados pelo peregrino belomontense. Até então, os dizeres do Conselheiro eram analisados tão somente pelo viés do que se escreveu a seu respeito ou com base em depoimentos orais, cuja importância é grande, porém não o bastante para se conhecer o teor de suas prédicas.

A respeito da autoria dos livros manuscritos serem mesmo de Antonio Conselheiro, muitos são os depoimentos que o apontam, sim, como frequente leitor e escritor. O próprio Euclides da Cunha (2006, p. 167) narra que o ainda Antonio Maciel, desde suas andanças pelas terras sergipanas, ainda em 1874, tinha “Às costas um surrão de couro em que trazia papel, pena e tinta, *A Missão Abreviada* e as *Horas Marianas*.” Como resultado das leituras desses dois livros doutrinários, Conselheiro escrevia as suas prédicas no sentido de registrar as suas ideias acerca da religião e do comportamento do homem sertanejo.

Dobroruka (2005) ressalta, contudo, que não há uma unanimidade na questão da autoria nas prédicas, grande parte devido ao fato de os depoimentos de sobreviventes da guerra relatarem que o peregrino dispunha de um secretário, conhecido como Leão de Natuba, para o qual o Conselheiro “ditava” seus ensinamentos (GALVÃO, 2002), mas também pelo que se lê na folha de rosto do manuscrito de 1897: “A presente obra mandou subscrever o peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel no povoado do Belo Monte, província da Bahia em 12 de janeiro de 1897” (NOGUEIRA, 1997, p. 36).

Para Calasans (1997), não se sabe ao certo por que no manuscrito de 1895 a autoria é de responsabilidade de Antonio Vicente Mendes Maciel, conforme se lê em sua folha de rosto, enquanto que no outro, o de 1897, no qual há mais contribuição pessoal, incluindo as prédicas que assinalam ideias sobre a República e a escravidão, por exemplo, encontra-se o

registro de que mandou “subscrever”. De acordo com Nogueira (1997), a expressão “mandou subscrever” seria apenas característica de sua humildade, visto que comparando o documento com duas cartas presentes no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia têm-se as mesmas caligrafia e assinatura. O autor ainda afirma: “a obra manuscrita é autêntica e do punho do Conselheiro” (*Ibidem*, p. 36). Ao tratar também dessa questão, Peres (2002, p. 26) acrescenta:

Não há como duvidar da autenticidade do manuscrito, pois ele “existe” enquanto documento histórico e, até prova em contrário, não foi forjado ou trata-se de uma fraude historiográfica. O que é discutível é se este segundo manuscrito, de 1897, assim como o primeiro, de 1895, são do “punho do Conselheiro”. Dirimida esta dúvida por uma negativa, a afirmação da autoria estaria prejudicada, mas nem por isso o documento perderia o seu interesse.

Também Vasconcellos (2004, p. 216), em sua tese de doutoramento, dedica-se à discussão acerca da originalidade das prédicas. Partindo da hipótese de que estas devem ser atribuídas sim a Antonio Conselheiro, ainda que, à época, a prática de transcrições e/ou traduções, principalmente da Bíblia, à qual poucos tinham acesso, fosse muito comum, é possível identificar sim partes dos manuscritos em que “mais provavelmente estamos diante de textos da pena do Conselheiro” e, mais adiante, diz ainda que essas incertezas não inviabilizam o estudo dos conteúdos das prédicas como a “expressão eloquente da visão do Conselheiro” sobre o arraial por ele liderado, além de suas concepções teológicas e políticas.

A prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, padroeiro de Belo Monte”, por exemplo, diferentemente da maioria dos escritos dos quais esse manuscrito é constituído, que trazem a transcrição ou comentários acerca de textos bíblicos, trata especificamente do contexto do povoado de Belo Monte, conforme marcas textuais observáveis logo nas primeiras linhas, quando Conselheiro se apresenta como “indigno encarregado da construção da Igreja de Santo Antonio, padroeiro deste lugar...” (MACIEL, 1897*apud* NOGUEIRA, 1997, p. 181) e, posteriormente, quando faz referência a tempo: “Quem teria nunca imaginado que no século dezenove, cujo povo foi educado nos santos salutareis princípios da religião cristã...” (Idem, p. 547). Da mesma forma, a sua conclusão nessa prédica:

Praza aos céus que os habitantes de Belo Monte saibam agradecer cordialmente os benefícios que acabam de receber do Bom Jesus, que é uma prova que atesta do modo mais significativo os tesouros da sua infinita bondade e misericórdia (MACIEL, 1897*apud* NOGUEIRA, 1997, p. 184).

Trata-se, portanto, de fortes indícios de que se trata de um texto escrito (ou ditado) pelo líder conselheirista. Vasconcellos (2004, p. 217) assevera ainda que a repetição das

prédicas em ambos os cadernos só “reforça a sensação de que todas elas, mesmo tendo suas fontes, foram pelo Conselheiro efetivamente ‘subscritas’, portanto assumidas conscientemente”. Assim sendo, se o desejo é compreender o que pensava o líder de Belo Monte, como tratava dos temas da Bíblia, da política e da teologia de seu tempo, bem como empreender como funcionava o discurso presente nas prédicas, os dois cadernos manuscritos constituem importante fonte para análise.

Os estudos com base nos documentos se ocupam também de conhecer as leituras de Antonio Conselheiro, com o objetivo de identificar quanto dos conteúdos dos cadernos é mera transcrição e quanto é, de fato, registro das ideias<sup>8</sup> do peregrino. A esse respeito, contribuem sobremaneira os estudos de Vasconcellos (2017), dedicados, sobretudo, aos “Apontamentos” de 1895. Para o pesquisador, do manuscrito “depreendem-se elementos fundamentais para o reposicionamento daquele que, enfim, subscreve seu conteúdo, Antonio Conselheiro.” (VASCONCELLOS, 2017, p. 71).

Como já mencionamos, e com base nos diversos relatos de historiadores, inclusive os registrados n’*Os Sertões* (2006, p. 172), o Conselheiro carregava consigo dois livros, *A missão abreviada* e *Horas marianas*, nos quais certamente fundamentava as suas prédicas. A primeira, um sermônário cujo título completo é bem extenso – *Missão Abreviada para Despertar os Descuidados, Converter os Pecadores e Sustentar o Fruto das Missões* –, de autoria do padre português Manoel José Gonçalves Couto, foi sancionada pela Igreja e teve larga divulgação nos sertões nordestinos, servindo de base para as pregações tanto dos padres quanto dos leigos (GALVÃO, 2002; VASCONCELLOS, 2017), funcionando, portanto, como uma espécie de guia catequético.

Sobre a influência das *Horas Marianas* nas prédicas, pouco se sabe, talvez porque se trate de um devocionário, no qual são encontradas preces e orações variadas (VASCONCELLOS, 2017, p. 77), diferente da *Missão Abreviada*, cujo conteúdo é, em boa parte, de meditações e instruções extraídas dos Evangelhos. Enquanto muitos consideram o conteúdo dos manuscritos como mera adaptação dessas obras, largamente divulgadas no Brasil daquela época como eficiente instrumento para o apostolado leigo, outros estudos, porém, qualificam-no efetivamente como autor. Nas palavras de Vasconcellos (2017, p. 71), “autor, porque leitor”, evidenciando que os dois cadernos apresentam diferenças circunstanciais das *Horas Marianas* e da *Missão Abreviada*, por exemplo.

---

<sup>8</sup> Importa destacar que nosso trabalho não tem a pretensão de discutir acerca dos pensamentos do sujeito empírico Antonio Maciel, o Conselheiro, possibilidade, obviamente, possível. No entanto, como nos ocupamos do trabalho com a teoria da Análise de Discurso pecheutiana, trabalhamos com a perspectiva das representações imaginárias do sujeito no discurso, sobre a qual trataremos mais adiante.

Assim, concordamos com a perspectiva de Otten (1990) e Vasconcellos (2017) de que o Conselheiro não era um mero reproduzidor do que lia, mas um leitor que estabelecia com o que lia uma relação dinâmica, considerando, inclusive, aqueles para os quais dirigia suas exortações, bem como o contexto sócio-histórico no qual estava inserido. Otten (1990) defende que entre a *Missão Abreviada* e as prédicas manuscritas há uma importante diferenciação. Aquela, ainda que fale da bondade e do amor de Deus, ou o faz de maneira muito abstrata ou “instrumentaliza a condescendência de Deus para culpabilizar os pecadores. De onde vem a teologia condescendente do Conselheiro?”, interroga Otten (1990, p. 284).

Na mesma esteira, Vasconcellos (2017), após expor um contraponto entre excertos da *Missão Abreviada* e os manuscritos, observa que até mesmo nas prédicas em que se vê a reprodução de partes do livro do padre português, o fato de haver omissões, substituições e ainda ampliações realizadas pelo peregrino indicam que ele não apenas reproduzia o seu conteúdo, mas realizava, quando assim o desejava, “adaptações”, ou seja, procedia a uma releitura das meditações do sermonário. A esse respeito ainda assevera Otten (1990, p. 286):

Usa ele [Antonio Conselheiro], verdadeiramente, o livro como um manual, extraindo elementos quando lhe são convenientes, mas sabe discordar em pontos essenciais. O fato de ele estar profundamente enraizado no catolicismo popular autêntico o preservou de uma espiritualidade intimista e desencarnada. (OTTEN, 1990, p. 286)

Ademais, tanto Otten (1990) quanto Vasconcellos (2017) apontam que, enquanto a *Missão Abreviada* apresenta a tônica de uma teologia por vezes ameaçadora, com foco no fim último do ser humano – a morte –, os “*Apontamentos...*” apresentam uma mudança de tonalidade, pois seu objetivo maior parece ser a exortação. Eis algumas das conclusões a que chega Vasconcellos (2017, p. 91):

[...] No alterar de construções, no atenuar expressões, no resumir uns trechos e eliminar outros (do que acima foram oferecidos apenas alguns exemplos), vislumbram-se acentos diferenciados, perspectivas próprias, não redutíveis, no todo ou em parte, às pretensões expressas em *Missão Abreviada*.

Assim sendo, não se tem dúvida de que os manuscritos constituem um relevante material de estudo para se compreender a guerra de Canudos, acontecimento marcante na história do Brasil em fins do século XIX, e seu principal personagem, Antonio Conselheiro. No entanto, muito do que se disse sobre esse fato baseia-se tão somente no testemunho de escritores e jornalistas da época, a exemplo de Euclides da Cunha, em *Os sertões*.

Segundo Nogueira (1997, p. 36), é provável que Euclides “nem tenha lido sequer a primeira página do manuscrito”, o que explica o fato de em sua obra ter permanecido uma impressão um tanto distante do que vemos ao examinar os manuscritos:

Pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parelha com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado, eles resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antonio Conselheiro; e, lendo-as põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas, é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas. (CUNHA, 2006, p. 210)

O fato é que, por muitas décadas, pouca atenção foi dispensada às prédicas manuscritas, de autoria atribuída a Antonio Conselheiro. Os poucos comentários a respeito dos manuscritos, particularmente o de 1895, apenas recentemente editado, apresentam-no apenas como transcrições de textos bíblicos ou colocam em dúvida a autoria das prédicas como sendo do próprio Conselheiro. O que, segundo Vasconcellos (2005), deve ser resultado de uma “apologia ao livro maior de Euclides [que] parece exigir que o Conselheiro e sua gente não sejam capazes de produzir textos ou de interpretar sua própria história” (VASCONCELLOS, 2005. p. 46).

Há, certamente, que se considerar as razões históricas para o fato de haver resistência em ver Antonio Conselheiro a partir do que ele deixou escrito: ou por se pensar tratarem de “meros” escritos de conteúdo religioso-dogmático ou por apresentarem oposição à recém-implantada República. Não se tem certeza de que o autor de *Os sertões* tenha, de fato, lido os manuscritos considerados por ele como “pobres papéis”. Não se pode, obviamente, desconsiderar os significativos depoimentos registrados pela pena do escritor. A interpretação do escritor, todavia, não era diferente da opinião dos seus contemporâneos. Grande parte da imprensa da época manifestou-se contra a figura emblemática de Conselheiro, conforme veremos na seção que se ocupa das notícias propagadas pela mídia impressa daquela época. Entretanto, as novas pesquisas objetivam revisar as afirmações feitas a partir das perspectivas da época.

### 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA: A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Nesta seção, traçaremos um breve panorama acerca dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de vertente francesa, a qual nos permitiu construir nosso dispositivo analítico.

Inicialmente, como já dissemos, apresentaremos as bases sobre as quais se fundamentou a teoria do discurso, na pessoa de seu principal expoente, Michel Pêcheux, na década de 60, na França, bem como algumas das noções que ela engendra: sujeito discursivo, formação discursiva, formação ideológica, interdiscurso etc. Em seguida, trataremos especificamente da noção de formações imaginárias, proposta por Pêcheux (1990), segundo o qual todo processo discursivo pressupõe uma antecipação (um imaginário) das representações dos interlocutores, sobre a qual se funda a estratégia do discurso.

#### 3.1 ESTABELECIMENTO DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

A Análise de Discurso (AD) surge na França, no final dos anos de 1960, com o linguista Jean Dubois e o lançamento da revista *Languages*, e o filósofo Michel Pêcheux, em 1969, com a publicação do seu texto *Análise Automática do Discurso*. Pêcheux coloca em cena o discurso como objeto de análise numa perspectiva diferente das práticas vigentes e desenvolve um questionamento crítico em torno da linguística. Diferente de Dubois, Pêcheux não pensa a instituição da AD como um progresso natural permitido pela linguística (HENRY, 1990). Para ele, a AD exige uma ruptura epistemológica que coloca o estudo do discurso em um terreno no qual intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito.

Segundo Henry (1990, p.12), “Pêcheux sempre teve como ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais”. Para tanto, os estudos do filósofo francês partiram inicialmente dos conceitos apresentados por Saussure sobre língua, o qual a concebia enquanto um sistema de signos – Linguística –, ou como um conjunto de normas de bem dizer – Gramática Normativa (ORLANDI, 2002).

Desse modo, surge a AD de linha francesa sob a égide do estruturalismo, estabelecendo uma “tríplice aliança”, numa articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. Rompendo com os postulados da linguística clássica e propondo-se a um estudo linguístico das condições de produção de um enunciado, Pêcheux (1990) apoiou-se em três

campos teóricos: no materialismo histórico, para explicar os fenômenos das formações sociais; na Psicanálise, para tratar da subjetividade e da relação do sujeito com o simbólico; e no estruturalismo linguístico de Saussure, para elucidar os processos de enunciação. Portanto, nas bases que formulam a AD, Pêcheux parte do estruturalismo saussuriano, concordando que a língua é um sistema. Contudo, propõe deslocamentos, refutando, sobretudo, a ideia de Saussure de ser a língua um sistema a-histórico, assim como criticando a dicotomia saussuriana *langue x parole* e a concepção de sujeito livre e autônomo.

Em *Análise Automática do Discurso*, seu texto fundante, Pêcheux (1990), inicialmente, trata das relações de proximidade entre a linguística e a análise de conteúdos e ressalta o importante papel de Saussure e do *Curso de Linguística Geral* ao realizar o deslocamento conceitual para “separar a homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem” (PÊCHEUX, 1990, p. 61). O autor afirma que, antes da perspectiva saussuriana de estudo da língua enquanto sistema, o que se entendia por estudo desta era o mesmo que estudar o texto e critica as motivações para esse estudo, tais como as questões: “o que esse texto quer dizer? Quais as ideias que estão contidas no texto?”.

Conforme Orlandi (1994), para que a Linguística se constituísse enquanto ciência, Saussure optou por excluir tudo o que é exterior à língua, isto é, o sujeito e a situação, ocupando-se tão somente de sua materialidade. Por sua vez, naquele mesmo contexto, as Ciências Sociais compreendiam a linguagem como “mera portadora dos sentidos”, ou seja, a linguagem seria transparente, sendo apenas o instrumento para comunicar.

Do legado do materialismo histórico, a AD postula que há um real da história que age sobre a produção dos sentidos emanados do discurso, ou seja, é da conjugação da língua com as formações sociais e históricas que se apreende o discurso. A língua, portanto, não é mais tomada apenas como estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento em que o sujeito é afetado pela história. Ao tratar das filiações teóricas que serviram de base para a constituição da AD, Orlandi (2002, p.20) afirma:

Desse modo, se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Lingüística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Lingüística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Nesse sentido, ainda segundo Orlandi (1994, p. 53), a AD propõe não somente “juntar o que está necessariamente separado”, aplicando a Linguística sobre as Ciências Sociais ou vice-versa, mas apresenta-se como aquela que produz outra forma de conhecimento, com objeto próprio – o discurso – no qual é possível observar a relação entre linguagem e ideologia. Ainda segundo a linguista, a ideologia, para a AD, “não é conteúdo ‘X’ mas o mecanismo de produzi-lo” (ORLANDI, 1996, p. 65).

É nesse sentido que a Análise de Discurso se constitui como uma disciplina de entremeio, pois não simplesmente toma emprestado ou refuta o instrumento das ciências sobre as quais estabelece suas bases, mas as questiona a partir do que elas rejeitam fundamentalmente: a historicidade, apagada pela Linguística, e a opacidade da linguagem, desconsiderada pelas Ciências Sociais (HENRY, 1990).

Assim sendo, a AD tem por objetivo o estudo da língua no âmbito dos processos da produção dos sentidos que permeiam o discurso, observando o sujeito – concebido não mais como aquele que tem o controle sobre o que diz, mas como sujeito clivado por outros discursos, afetado pelo inconsciente e pela ideologia e sem ter o controle sobre o modo como estes o afetam – e o contexto sócio-histórico no qual está inserido. Orlandi (2002) afirma ainda que AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social e que esta mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade à sua volta.

Ao refletir sobre os processos de significação e as condições sócio-históricas da produção do discurso, a AD compreende-o como efeitos de sentido produzidos na relação entre sujeitos e sua exterioridade. E ao considerar os processos e as condições de produção desses discursos, afirma que os sentidos não estão no ou por trás de um texto, mas seu objetivo é compreender como eles (os discursos) funcionam, por que funcionam de determinada forma e não de outra e como emergem os sentidos a partir desse funcionamento. Dessa maneira, com a finalidade de compreender como funciona o discurso e não simplesmente interpretá-lo, não tirar dele um sentido, mas atribuir-lhe sentidos, a AD estabelece-se não como uma teoria descritiva, nem explicativa, mas como uma teoria crítica que trata dos sentidos condicionados a questões históricas e sociais.

Um dos deslocamentos realizados pelo fundador da AD é na noção de sujeito. Em seu texto de 1975, publicado em parceria com a linguista Catherine Fuchs, o autor propõe realizar uma revisão crítica do texto de 1969, na tentativa de “eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não resolvidas”, a fim de estabelecer uma melhor reflexão na relação entre a linguística e a teoria do discurso (PÊCHEUX; FUCHS,

1990, p. 163). Para tanto, os autores apoiam-se nos estudos de Althusser, o primeiro a formular a noção de interpelação do sujeito.

Na década de 1960, autores como Lacan, Derrida e Foucault propunham modificações também acerca dessa noção. Porém, diferente dos demais, Pêcheux concebe a noção de sujeito como sujeito ideológico e não como sujeito da linguagem. Nessa noção, mesmo o indivíduo acreditando ser a origem do dizer e ter total liberdade sobre o que diz, supondo determinar os sentidos, é ele determinado por sua historicidade e por sua relação com os já-ditos, processo denominado por Pêcheux e Fuchs como “assujeitamento”:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagônicas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p. 165).

A noção de assujeitamento é por muitos criticada por entenderem ser uma afirmação de que o indivíduo não é responsável por aquilo que diz. No entanto, nessa concepção, não está em cena o sujeito empírico, isto é, individualizado, mas a forma-sujeito. Nas palavras de Pêcheux (2014, p. 198), “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. Assim sendo, tem-se um sujeito que se identifica com uma dada formação discursiva, mas que pode desidentificar-se com esta, contudo, terá que identificar-se, necessariamente, com uma outra. Em relação aos modos de subjetivação, Pêcheux ressalta que existem três modalidades:

A *primeira modalidade* consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a “tomada de posição” do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do “*livremente consentido*”: [...] o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos “em plena liberdade” (PÊCHEUX, 2014, p. 199, grifos do autor).

Esse “Sujeito Universal” de que trata Pêcheux são as ideologias nas quais o sujeito enunciador se inscreve. O autor apresenta também uma segunda modalidade de subjetivação, caracterizada pela contra-identificação, denominada “mau-sujeito”, posto que estabelece uma relação de dúvida, questionamento, contestação. Nas palavras do filósofo: “o sujeito, ‘mau-sujeito’, ‘mau-espírito’, se contra-identifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso como determinação exterior de sua interioridade subjetiva, o que produz as

formas filosóficas e políticas do discurso-contra (isto é, contradiscurso)” (PÊCHEUX, 2014, p. 200). A terceira modalidade, por sua vez, corresponde à prática de desidentificação do sujeito com a formação ideológica que o interpelava para identificar-se com uma outra.

É assim que Pêcheux e Fuchs (1990) introduzem outras duas noções fundamentais para a AD: Formação Ideológica e Formação Discursiva. Dentro do que preconiza a AD de linha francesa, o sujeito, ao produzir seus dizeres, o faz numa relação com os discursos que o perpassam. Isso ocorre naturalmente, sem que ele necessariamente tenha consciência dessa relação, já que acontece no nível do inconsciente. Do mesmo modo, por surgir das relações ideológicas entre os sujeitos, os discursos materializam as visões de mundo, ou seja, as ideologias que interpelam esses sujeitos. Logo, as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma dada posição numa conjuntura social. Nas palavras de Pêcheux e Fuchs (1990, p. 167), “toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas”.

Para o autor, portanto, o sujeito é assujeitado à língua e à história, pois é afetado por elas e sob tais condições é que produz sentidos. Dessa forma, não é possível conceber a linguagem na sua literalidade e isolada da ideologia que interpela o sujeito, uma vez que não há um sentido prévio, mas sentidos instituídos historicamente na relação do sujeito com a língua. Consideramos, portanto, que não é no dizer em si mesmo que o “sentido” está constituído, ao contrário, é preciso condicioná-lo às condições em que um discurso é produzido.

Até aqui, propomo-nos a apresentar, mesmo que sucintamente, o contexto de surgimento da Análise de Discurso pecheutiana. Na sequência, trabalharemos sobre as noções de Formações Imaginárias e de Condições de Produção do Discurso, na tentativa de compreender como a imagem de Antonio Conselheiro foi representada sob três perspectivas diferentes: nas notícias publicadas por três jornais da época – o jornal sergipano *O Rabudo*, o primeiro a fazer referência à figura de Antonio Conselheiro, em 1874, o *Diário da Bahia*, na edição publicada em 27 de junho de 1876, e o *Diário de Notícias*, com a notícia publicada quase duas décadas depois, em 31 de maio de 1893; em dois poemas de cordel, do escritor euclidense José Aras; e nas prédicas manuscritas pelo próprio Conselheiro, no período que compreendeu a guerra de Canudos – 1895 a 1897.

### **3.1.1 As formações imaginárias e seus efeitos de sentido**

Partindo da compreensão de que todo discurso emana de condições de produção específicas e é direcionado a um interlocutor, ou a um conjunto de interlocutores, a AD concebe-o como a materialização do ideológico, pois é através da ideologia que o homem se mostra enquanto ser social re-produtor da realidade na qual está inserido. Como já dissemos, para a AD, a noção de formação discursiva, entendida como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito, é basilar para se compreender o processo discursivo, pois permite reconhecer regularidades no funcionamento do discurso. Com base nessa noção é que se estabelece que as palavras não têm sentido nelas mesmas, uma vez que os sentidos mudam de acordo com a posição de quem as emprega, isto é, de acordo com a(s) formação(ões) discursiva(s) nas quais se inscrevem.

Por essa razão, não se pode tomar somente a superfície linguística para se compreender os possíveis sentidos que dela emergem, mas é preciso considerar as condições em que se produz um discurso. Portanto, para se compreender o que seja uma formação discursiva, definido por Pêcheux (1990, p. 74) como “o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas”, em que essas circunstâncias são as condições de produção. Mais adiante, Pêcheux (1990, p. 77) exemplifica:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política (Grifos do autor).

O próprio autor, em seu texto de 1975, reconhece a ambiguidade nesta formulação, especificamente no que se refere ao termo “discurso”, que se aproxima, em seu exemplo acima, do que seja uma sequência verbal oral ou escrita. O filósofo não descarta que o discurso, entendido como efeito de sentidos, perpassa inicialmente pela “superfície linguística”, mas é tomada, em seguida, pelo analista como “objeto discursivo”, ou seja, o resultado da transformação desta superfície em um objeto teórico. Depois desse percurso analítico é que se chega ao “processo discursivo”, caracterizado como o mecanismo que permite compreender o funcionamento da linguagem. (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p. 180).

Em consonância com os autores, Orlandi (2002) expõe que as condições de produção compreendem essencialmente os sujeitos protagonistas do discurso e a situação, as quais em

seu sentido estrito se referem às circunstâncias da enunciação, enquanto que em sentido amplo dizem respeito aos aspectos sociais, históricos e ideológicos. Ao propor o trabalho de análise do discurso considerando-se suas condições de produção, Pêcheux (1990) busca afastar-se totalmente dos pressupostos pragmáticos, segundo os quais o contexto compreende os interlocutores de um texto, bem como sua exterioridade no sentido imediato. Para a AD, por sua vez, apesar de ser importante a situação estrita em que o indivíduo enuncia, são fundamentalmente os aspectos sócio-históricos e ideológicos que importam.

Em seguida, ao enunciar os diferentes elementos estruturais das condições de produção, o autor menciona que elas dizem respeito também ao jogo de imagens entre os sujeitos e do objeto do discurso, as quais resultam em lugares determinados na estrutura de uma formação social (PÊCHEUX, 1990, p. 82). O autor salienta ainda que esses lugares são, na verdade, representações feitas pelos protagonistas do discurso. A esse respeito, ele afirma:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços* objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado* (PÊCHEUX, 1990, p. 82, grifos do autor).

Para o autor, todo processo discursivo possui essas formações imaginárias, ou seja, a imagem que os sujeitos fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, assim como do objeto do discurso. Isto porque, segundo ele, em qualquer formação social existem regras de projeções, “que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” (PÊCHEUX, 1990, p. 82, grifos do autor). Em sua obra, esse jogo de imagens está assim exposto:

**Figura 3** – Esquema das Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_A (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B (B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B (A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux (1990, p. 83)

Sobre essa proposição, Pêcheux (1990) faz questão de frisar que os pontos A e B não designam a presença física da pessoa humana, mas os lugares por eles ocupados numa determinada estrutura social. Ainda segundo o autor, essas relações imaginárias, que representam a posição dos protagonistas no processo discursivo, intervêm nas condições de produção do discurso, visto que essas posições implicam também numa antecipação por parte daquele que enuncia em relação ao seu interlocutor, sobre o qual se fundamenta a estratégia discursiva.

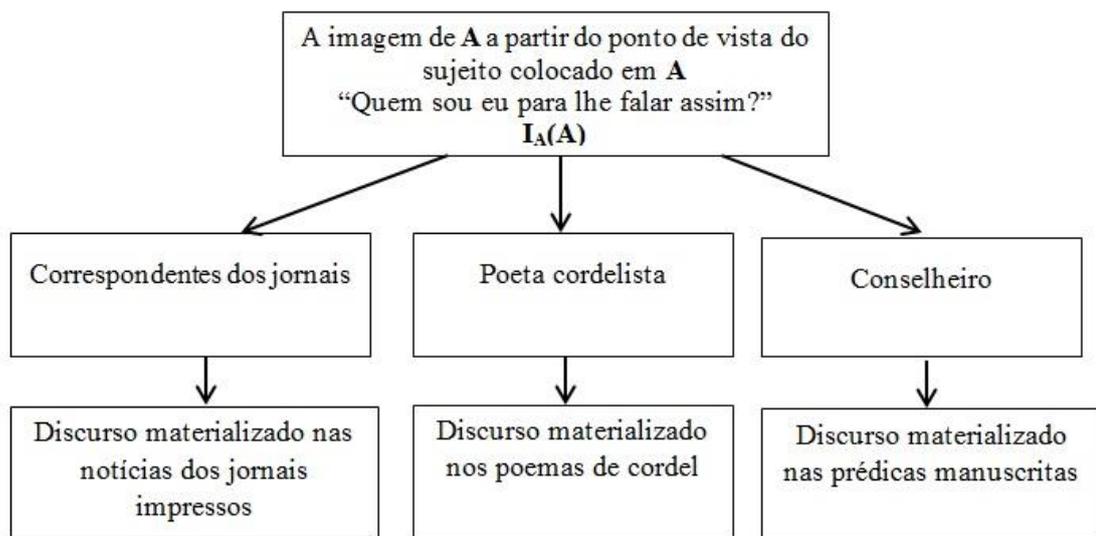
Para Orlandi (2002), além do mecanismo de antecipação, as condições de produção funcionam mediante as relações de sentido e de força. As relações de força dizem respeito ao lugar a partir do qual o indivíduo produz seu dizer, pois este lugar é constitutivo do que ele diz. Por essa razão, também, diz a autora, os sentidos não estão nas palavras em si, mas na sua relação com outros discursos anteriores ou posteriores, assim como têm relação direta também com o lugar que ocupam. Há, assim, o mecanismo de antecipação, segundo o qual

todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor "ouve" suas palavras. Ele antecipa-se, assim, a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. (ORLANDI, 2002, p. 39)

Nessa relação de forças sobre a qual se constituem os discursos, a mídia jornalística, seja ela impressa ou televisiva, ocupa um lugar privilegiado, pois se apresenta como um veículo que cumpre a função de, expondo os “fatos”, informar os cidadãos que, por sua vez, têm o direito de serem informados. No entanto, como preconiza a AD, não existe discurso neutro, uma vez que ele é fruto de ideologias que interpelam o indivíduo em sujeitos de maneiras diferentes impostas pelas relações sociais. Consoante Orlandi (2002), essa capacidade de antecipar-se aos efeitos de sentido resultantes de seus dizeres é fundamental no processo discursivo. As relações imaginárias podem ser, portanto, consideradas como a maneira pela qual a posição dos protagonistas do discurso intervém nas condições de produção do discurso.

Aplicando a proposição pecheutiana aos *corpora* que compõem este estudo, apreendemos que A diz respeito aos correspondentes e editores dos jornais *O Rabudo*, *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias*, ao poeta cordelista e a Antonio Conselheiro, a depender da superfície linguística a ser tomada para análise, conforme exposto no seguinte esquema que elaboramos:

**Esquema 1** – Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A



**Fonte:** Elaborado pela autora

Já  $I_A(B)$ , isto é, a formação imaginária do lugar social de interlocutor empreendida por A, tomando a segunda questão de Pêcheux (1990, p. 83), “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, corresponde aos interlocutores desses dizeres, ou seja, leitores/ouvintes dos jornais e dos cordéis e os conselheiristas, como ficaram conhecidos os seguidores do líder do arraial de Belo Monte. No entanto, a nossa pesquisa, que tem como foco a representação imaginária do

Conselheiro, ora como referente, isto é, pelo ponto de vista do outro, ora por ele mesmo, não se aprofundará na análise de  $I_A(B)$  nos jornais, nos cordéis e nos manuscritos. Ainda assim, estes elementos serão relevantes na compreensão das condições de produção do discurso sobre o Conselheiro.

Além das imagens que os protagonistas do discurso fazem de si e do outro intervirem nas condições de produção do discurso, segundo Pêcheux (1990a, p. 83), também o referente, ou seja, do que se fala, integra do mesmo modo as condições de produção. Mas o autor lembra que se trata, na verdade, de um “*objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física”, assim por ele representado:

**Figura 4** – O referente como condição de produção do discurso

	Expressões que designam as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

**Fonte:** Pêcheux (1990, p. 84).

Em se tratando especificamente das três notícias e dos dois cordéis que elegemos para compor os *corpora* deste trabalho, buscamos perceber a formação imaginária que A tem do referente, neste caso, Antonio Conselheiro, que peregrinou pelos sertões, atraindo para si milhares de seguidores. Ainda conforme Pêcheux (1990), estas representações imaginárias que os sujeitos do discurso fazem de si, do outro e do que é falado provêm de processos discursivos anteriores, advindas também de outras condições de produção de discurso, mas que intervêm diretamente no processo discursivo em foco.

Isto implica em dizer que a representação imaginária construída nos discursos da mídia e da literatura de cordel, acerca do Conselheiro, resulta de pré-construídos, de já ditos em algum tempo e em algum lugar, tomando como premissa a imagem que se tem de homem sertanejo, de religiosidade forte etc., a depender da “tomada de posição” de quem enuncia: para os jornais, filiados à formação ideológica do positivismo, a religião popular era um atraso e o sertanejo do interior, mestiço, era degenerado; para o cordelista, por sua vez, o sertanejo era homem simples, esquecido pelas autoridades e a religião era ao que este se

apegava para suportar os sofrimentos. Pêcheux (1990) menciona ainda que nem sempre todos os elementos que constituem um estado dado das condições de produção de um discurso têm um peso equivalente no jogo discursivo. Nesse sentido, ele afirma:

parece possível adiantar que nem todos os elementos de  $I^n_x$  têm uma eficácia necessariamente igual, mas que, segundo um sistema de regras, a ser definido, um dos elementos pode se tornar *dominante* no interior das condições de um estado dado (PÊCHEUX, 1990, p. 86, grifos do autor).

Numa análise inicial de nosso objeto de estudo, podemos concluir, a partir do que expõe Pêcheux (1990), que a representação que os sujeitos jornalista e cordelista fazem do referente, isto é, Antonio Conselheiro, de que se fala no discurso da mídia impressa e da literatura de cordel, materializados neste trabalho nas notícias dos jornais *O Rabudo*, *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias*, e nos cordéis “Defendendo o Conselheiro” e “Repousa Peregrino”, é dominante no interior das condições de produção desses discursos, ou seja,  $I_A(R)$ .

### **3.1.2 Da superfície linguística ao processo discursivo: considerações sobre as especificidades metodológicas da Análise de Discurso**

Como já vimos frisando, para a AD, o sujeito discursivo é compreendido não como o ser individual, subjetivo e consciente do que diz, ainda que reconheça que ele exista, mas, ao contrário, o que se considera é o sujeito como assujeitado à opacidade da língua que, por sua vez, é materialização da ideologia. Nesse sentido, o arcabouço teórico da AD propõe pensar a formação discursiva, definida como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito, como uma noção basilar para se compreender o processo discursivo, ao mesmo tempo em que possibilita identificar regularidades no funcionamento do discurso.

Com base nessa concepção é que se estabelece que as palavras não têm sentido nelas mesmas, posto que este varia de acordo com a posição de quem as emprega, isto é, de acordo com a formação discursiva nas quais os sujeitos se inscrevem. Por essa razão, não se pode tomar somente a materialidade linguística para se compreender os efeitos de sentido que dela emergem, mas é preciso considerar as condições de produção desse discurso, as quais, no sentido estrito, dizem respeito ao instante da enunciação e aos sujeitos nela envolvidos, e em sentido amplo, estão relacionadas aos aspectos sócio-históricos e ideológicos. Tendo compreendido, até aqui, algumas das principais noções basilares para a AD, cabe-nos pensar

sobre qual deve ser o tratamento a ser dado pelo analista de discurso ao seu objeto de pesquisa, isto é, como constituirá seu dispositivo analítico. Para tanto, expomos as questões de Orlandi (2002, p. 59), quando diz:

Se a linguagem funciona desse modo, como deve proceder o analista? Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?

Ao nos apoiarmos na perspectiva da AD para empreender uma análise, é indispensável que partamos de um dispositivo teórico. Uma vez que não há neutralidade nem na linguagem, nem na posição do analista, é preciso que essa posição seja relativizada, ultrapassando, assim, o “efeito de transparência da linguagem”. Sobre isso, afirma Orlandi (2002, p. 61):

Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

O gesto de interpretação do analista, consoante Orlandi (1996), é determinado pelo dispositivo teórico, o que não supõe que o analista ocupe uma posição de neutralidade em relação aos sentidos, posto que o próprio dispositivo analítico demarca a posição do sujeito-pesquisador. Contudo, reitera a autora, ele (o dispositivo) permite que haja um deslocamento da posição do analista, fazendo-o trabalhar as fronteiras das formações discursivas. Portanto, o que interessa, nessa perspectiva discursiva, não é a organização do texto, mas o que o texto organiza em sua discursividade. “A AD está assim interessada no texto não como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto.” (ORLANDI, 1996, p. 60).

Nesse sentido, o texto é tomado como “uma peça de linguagem de um processo discursivo muito mais abrangente” (ORLANDI, 1996, p. 61). Tendo compreendido a necessidade de o analista do discurso ocupar a posição de sujeito-pesquisador, tomando um dispositivo teórico que lhe permita ultrapassar a opacidade da linguagem e compreender o processo de produção dos sentidos, o analista precisa percorrer três fundamentais etapas, conforme apresentadas por Pêcheux e Fuchs (1990, p. 180): desde a superfície linguística, chegando ao objeto discursivo que, por fim, permitirá ao analista compreender o processo

discursivo. Orlandi (2002), a partir de uma leitura do que expõem os autores supracitados, comenta cada uma delas.

O objetivo da primeira etapa é estabelecer com o texto, material bruto de que dispõe o analista, um primeiro olhar, com vistas a construir um objeto discursivo. Nessa passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, já se considera o chamado esquecimento número 2, da ordem da enunciação, ou seja, “desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira” (ORLANDI, 2002, p. 77). Desse modo, ressalta a autora, desnatura-se a relação palavra-coisa, ou seja, evidencia-se a não transparência da linguagem.

Em seguida, partindo do objeto discursivo, na segunda fase, o analista busca identificar as distintas formações discursivas que podem estar aí relacionadas, de modo a refletir sobre o que é dito e o que não é dito, assim como o que é dito aqui e em outros lugares. O intuito é observar que, a partir agora do esquecimento número 1, o que o indivíduo diz não tem a origem nele, mas em já ditos. Nessa passagem da primeira para segunda etapa, o analista já realizou um trabalho de interpretação, permitindo-lhe compreender o modo de funcionar do discurso, isto é, o processo discursivo.

Tendo em vista que para se chegar ao processo discursivo é preciso tomar o texto, posto que este é uma “peça” desse jogo, o analista precisa definir o seu *corpus*, estabelecendo os recortes, os quais, segundo Orlandi (2001, p. 139), são “uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação” e não simplesmente uma segmentação da língua, no nível da sintaxe por exemplo. Para a linguista, é possível, na perspectiva da AD, trabalhar com os diferentes níveis da linguagem – palavras, sentenças ou períodos. Porém, essas unidades são consideradas não no nível de sua essência, mas de seu modo de funcionamento.

Dito isto e tendo em mente que o trabalho de delimitação e de recortes da materialidade linguística que constituirá o objeto de análise já é, em si, um primeiro trabalho de análise, buscamos uma melhor forma de organizá-la, considerando a superfície linguística selecionada. Assim, neste trabalho, no primeiro momento de análise, optamos por apresentar os textos das notícias e dos poemas de cordel – seção quarta deste trabalho – e as prédicas – na seção quinta – integralmente, de modo que o leitor tenha uma percepção mais abrangente dos textos, pois, como assevera Orlandi (2001, p. 117):

[...] do ponto de vista analítico, na perspectiva da análise do discurso, o texto visto, pois, como unidade de significação, é o lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem. Porque parto da totalidade e não das partes segmentadas, isto é, procedo analiticamente.

Em seguida, logo depois de cada um desses textos, apresentaremos um quadro contendo recortes, agrupados em sequências discursivas, representadas pelas iniciais SD, enumeradas de acordo com a sequência em que aparecem nos referidos textos. À medida que formos empreendendo a análise, reportar-nos-emos às sequências que demonstram o que apontamos, a fim de chegarmos ao que Pêcheux (1990, p. 180) denomina “objeto discursivo”. Posteriormente, nosso trabalho será o de apreendermos o processo discursivo, ou seja, o modo de funcionamento dos discursos, com vistas a compreender como as imagens construídas a partir do lugar social dos sujeitos intervêm nas condições de produção desses discursos, materializados nas notícias, nos poemas de cordel e nas prédicas manuscritas. Desse modo, os recortes feitos nos *corpora* buscam responder aos objetivos da análise, de acordo, também, com a questão formulada inicialmente neste trabalho.

#### **4 HERÓI OU SUBVERSIVO? UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA IMAGEM DE ANTONIO CONSELHEIRO CONSTRUÍDA PELO OLHAR DO OUTRO**

Nesta seção, empreenderemos uma análise da imagem de Antonio Conselheiro construída/representada sob dois pontos de vista distintos: pela imprensa nacional, de modo particular a imprensa baiana, contemporânea ao movimento sócio religioso de Belo Monte, e pelos cordéis do escritor e poeta euclidense José Aras, escritos cinco décadas depois de findada a guerra.

O intuito é o de observar como funcionam esses discursos, uma vez que emergem de sujeitos discursivos e condições de produção específicos, portanto, de formações ideológicas diferentes: de um lado, os jornais que defendiam os interesses, inicialmente, dos latifundiários e autoridades políticas e religiosas, depois do novo regime, a República; de outro lado, um homem, autodidata, nascido em pleno conflito, em 1893, na região onde ocorreu a guerra, e que cresceu ouvindo relatos de sobreviventes e seus descendentes, os quais, em sua maioria, descreviam Conselheiro como um homem extremamente religioso, desapegado dos bens materiais e sempre pronto a acolher todos quantos a ele chegavam, sertanejos esquecidos pelas autoridades num “Brasil” até então desconhecido pelo resto do país.

Assim, almejamos refletir sobre como o jogo de imagens dos sujeitos protagonistas do discurso e do objeto discursivo ao qual fazem referência – nesse caso, Antonio Conselheiro – funcionou no processo discursivo, considerando-se as condições de produção que constituem esses discursos, de modo que foram construídas duas imagens distintas do Conselheiro: uma

positiva, como mártir, outra negativa, como fanático e criminoso. Há que se considerar ainda que esta última foi a que mais repercutiu no país, devido o alcance que tinham os jornais naquela época, os quais eram, naquele contexto, os meios de comunicação de massa.

Em virtude de serem muitos os jornais que fizeram referência ao líder conselheirista, desde suas primeiras andanças pelo sertão, realizando suas prédicas e construindo e reformando igrejas e cemitérios, até a guerra ocorrida entre novembro de 1896 e outubro de 1897, foi preciso definir quais notícias seriam objeto de análise. Reiteramos, a seguir, as notícias selecionadas, bem como a justificativa para a escolha:

- a primeira a fazer menção a Antonio Maciel, antes mesmo de ser conhecido pela alcunha de Conselheiro, publicada em 22 de novembro de 1874, pelo jornal sergipano *O Rabudo*;
- a segunda notícia, publicada dois anos depois pelo jornal *Diário da Bahia*, em 27 de junho de 1876, a qual, como já dissemos, foi uma das primeiras a tratar do beato quando já peregrinava pelos sertões baianos;
- e a terceira, publicada pelo Jornal *Diário de Notícias*, também baiano, em 31 de maio de 1893, ocasião em que Conselheiro já peregrinava pelos sertões baianos, período, inclusive, em que ocorreram os primeiros confrontos entre as forças policiais e os conselheiristas, como ficaram conhecidos aqueles que seguiam o líder religioso, e o momento também em que decidem se fixar em Canudos, rebatizado pelo Conselheiro como arraial de Belo Monte.

Mesmo se tratando somente de três das muitas notícias publicadas na imprensa nacional, num período de mais de duas décadas, desde a primeira vez que se fez menção a Antonio Conselheiro, quando ainda nem era conhecido por essa alcunha, até o período do combate entre conselheiristas e republicanos, em 1897, as pesquisas engendradas a esse respeito corroboram que essa imagem foi bastante recorrente. Portanto, o *corpus* das notícias que compõe este trabalho é ilustrativo do que era falado nos jornais a respeito do líder religioso. Imagem esta que foi se constituindo numa regularidade no funcionamento do discurso acerca do conflito e dos conselheiristas, considerados por muitos como subversivos e criminosos, assim como o seu líder.

Noutra ponta, compõem os *corpora* para a análise nesta seção dois poemas de cordel de autoria do euclidense José Aras, grande estudioso da guerra de Canudos, o qual, por ter nascido na região do conflito, em 1893, e tendo realizado o censo nessa localidade, em 1920, teve a curiosidade e a oportunidade de ouvir relatos de sobreviventes da guerra, assim como de muitos de seus descendentes. Os dois poemas, “Defendendo o Conselheiro”, datado de

1947, e “Repousa peregrino”, de 1950, publicados em sua obra *No sertão do Conselheiro*, foram selecionados por fazerem referência direta à figura do peregrino.

#### 4.1 “QUEM SOU EU PARA LHE FALAR ASSIM?”

Nesta subseção, nosso foco é efetuar uma análise da imagem do lugar dos jornais e do poeta cordelista acerca deles próprios, a partir do esquema proposto por Pêcheux (1990), segundo o qual, no jogo discursivo, tanto a imagem que o sujeito discursivo faz de si quanto a imagem que faz do seu interlocutor e do referente compõem as condições de produção do discurso, pois remetem também à exterioridade, que a AD considera fundamental para se compreender o processo discursivo. Assim, é relevante considerar a imagem que os jornais tinham do lugar deles, ao tomarem a posição de informar, assim como a imagem que cordelista apresenta do lugar de onde enuncia, a qual permite dizer o que diz acerca do Conselheiro.

##### 4.1.1 A imagem do lugar dos jornais acerca deles próprios

Dentre os principais pesquisadores que se debruçaram para pesquisar sobre os jornais que noticiaram a Guerra de Canudos e Antonio Conselheiro, à época, estão Calasans (1997; 2000), Galvão (1994) e Alves (1997). José Calasans é considerado um dos maiores estudiosos de Canudos, com publicações de diversos artigos, sendo uma fonte de consulta obrigatória para os que se interessam pelo tema. Walnice Galvão também é, no Brasil, uma das grandes estudiosas do tema e tem publicado, dentre outras obras que versam sobre o evento, o livro *No calor da hora*. Nesta sua publicação, além da pesquisa e análise dos diferentes tipos de notícias e as formas como o tema foi tratado, a autora apresenta a edição integral das reportagens feitas durante a cobertura da guerra.

Na primeira parte, Galvão (1994) discorre sobre como eram esses jornais, afirmando serem eles, naquela conjuntura, o mais eficiente veículo de comunicação de massa no Brasil, o que demonstra “o relevo extraordinário que o jornal pôde ter nesse contexto” (GALVÃO, 1994, p. 15). Também Lizir Arcanjo Alves publicou o livro *Humor e sátira na guerra de Canudos*, fruto de sua pesquisa, cujo objetivo foi o de disponibilizar as matérias de jornais e revistas, publicadas entre 1893 e 1897, assim como discutir acerca das formas como a mídia impressa tratou o tema. Dessa obra, inclusive, é que tomamos uma das notícias analisadas nesta pesquisa.

Como já expusemos, para a AD, as condições de produção dizem respeito ao contexto imediato – neste caso, as circunstâncias nas quais os jornais publicaram as notícias – e o contexto amplo – ou seja, o contexto sócio-histórico-ideológico, relacionado às formações discursivas nas quais se inscrevem esses discursos da mídia impressa da época, assim como ao interdiscurso. Por essa razão, para se ultrapassar a superfície linguística das notícias, a fim de se chegar ao objeto discursivo, buscando, além do que está dito, também o que não está dito ali, foi preciso realizar leituras e pesquisas, principalmente sobre os fatos e personagens que envolvem o fato discursivo Canudos.

Procederemos, então, à análise do *corpus* retirado dos jornais que, como já dissemos, é constituído de três notícias: uma publicada pelo jornal sergipano *O Rabudo*<sup>9</sup>, em 1874, outra pelo jornal *Diário da Bahia*<sup>10</sup>, em 1876, e uma terceira, publicada pelo *Diário de Notícias*<sup>11</sup>, também baiano, em 31 de maio de 1893. Com o intuito de evidenciar como as Formações Imaginárias funcionam nos discursos que ora consideramos, iniciaremos analisando a imagem do lugar desses jornais acerca deles próprios – I<sub>A</sub>(A) –, ou, nas palavras de Pêcheux, (1990, p. 83) “Quem sou eu para lhe falar assim?”.

Sobre *O Rabudo* não sabemos muita coisa, uma vez que deixou de ser editado há algum tempo. Sabemos apenas ser de Estância, Sergipe, e o primeiro a fazer menção a Antonio Maciel, antes mesmo de ser conhecido pela alcunha de Conselheiro. Sabemos também que se tratava de um semanário satírico, “periódico crítico, chistoso, anecdótico e noticioso”, conforme se apresenta em sua primeira página:

**Figura 5** – Primeira página do Jornal *O Rabudo*, em *fac-símile*.

---

<sup>9</sup> As leituras de Calasans (1997) indicaram o possível caminho para encontrar os originais dessa notícia. Segundo o historiador, o jornal estaria arquivado na biblioteca da capital sergipana. Coube-nos a missão de descobrir em qual delas e em que condições se encontrava. Felizmente, encontramos a edição de 1874, publicada pelo *O Rabudo*, já digitalizada em *fac-símile*, na Biblioteca Pública Epifânio Dória, em Aracaju, a qual nos disponibilizou o arquivo, assim como outras edições do mesmo jornal.

<sup>10</sup> Calasans (2002), em seu artigo *Notícias de Antonio Conselheiro*, publica várias notícias acerca de Conselheiro, entre as quais se encontra a do Jornal *Diário da Bahia*, escolhida para compor os *corpora* desta pesquisa.

<sup>11</sup> Bartelt (2009, p. 23) denuncia o estado deplorável em que se encontram algumas das mais relevantes fontes primárias de estudo do tema, consequência do descuido na conservação dessas fontes por parte dos centros de documentação da capital baiana, a ponto de “já não existir sequer um exemplar intato e completo do *Diário de Notícias*, um dos jornais baianos mais importantes da época”. Por essa razão, recorreremos à publicação em anexo da obra de Alves (1997), no qual constam, dentre outras notícias, a do *Diário de Notícias* que analisamos neste trabalho.

ANNO I. ESTANCIA, DOMINGO 22 DE NOVEMBRO DE 1874. Nº 7.

Publicação  
Provincia de Sergipe.  
PERIODICO CRITICO,  
CHRISTOSO. ANECDOTICO  
E NOTICIOSO.

Publicações particula-  
res, 40 reis por linha.

nos Domingos,  
ASSIGNATURA,  
POR SEIHE DE  
QUATRO NUMEROS  
240 REIS.

Publicações de interesse  
publico, gratis.



# O RABUDO

EDICTOR, Manoel Lopes de Sousa Silva.

O RABUDO

O nome dos beneficeiros da huma-  
nidade é esquecido e conservado fatal-  
mente a memoria dos que afligellarto,  
se não ignoramos o nome dos que des-  
cobrimo e popularisaram os venenos  
mais subtile, nem avidos dos que inven-  
tarno as armas mais mortiferas em  
compensação não sabemos o d'aquiel-  
les que creando um instrumento ou  
esboçando uma idéa abstrito à intelli-  
gencia humana o campo incommen-  
suravel do trabalho, ou que encami-  
nharno por suas maneiras prejudiciais  
à um profundo abyssmo, o pobre povo  
inexperiente.

Aquelle que por suas acções appa-  
rentemente de verdadeira philantropia  
procura fazer-se saliente por meio de  
um regime qualquer, não lhe impor-  
tando ser ou não contrario aos nossos  
principios religiosos; que, com a infame  
capa da hypocrisia abusando do  
espírito pacifico dos encarregados do  
poder; ainda mais da simplicidade,

ou para melhor dizer da tacanhesa de  
espírito da plebe, toma-se inacces-  
sivel, cedo ou tarde será afeccionado  
pelo dedo da justiça, e d'então cahirá  
em completa degradação.

A bons seis meses que por todo o cen-  
tro desta e da Provincia da Bahia, che-  
gado, (diz elle,) da do Ceará infesta um  
aventureiro santarrão que se apellida  
por Antonio dos Mares: o que, avista  
dos appareates e mentirosos milagres  
que dizem ter elle feito, tem dado lu-  
gar a que o povo o trate por S. Anto-  
nio dos Mares.

Esse mysterioso personagem, tra-  
jando uma enorme camisa azul que  
lhe serve de habito a forma do sa-  
cerdote, pessimamente suja, cabellos  
mui espessos e sebosos entre os quaes  
se vê claramente uma espantosa  
multidão de bixos (piolhos).

Distingue-se elle pelo ar mysteri-  
oso, olhos baços, tez desbotada e de  
pés nús; o que tudo concorre para  
o tornar a figura mais degradante do  
mundo.

Fonte: Biblioteca Pública Epifânio Dória – Aracaju (SE)

Também na primeira página, encontramos a informação do editor responsável pelo jornal, Manoel Lopes de Sousa Silva, que, segundo Silva (2001, p. 51), “alguns estudiosos afirmam ser, na verdade, o escritor Sílvio Romero – nessa época, promotor público em Estância”. O semanário dedicou quase metade de suas quatro páginas da edição de 22 de novembro de 1874 para noticiar a suspeita de crime cometido pelo peregrino. Vejamos parte do texto da notícia:

A bons seis meses que por todo o centro desta e da Província da Bahia, chegado, (diz elle), da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Antonio dos Mares: o que, avista dos aparentes e mentirosos milagres que dizem ter ele feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares.

Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul, que lhe serve de habito a forma de sacerdote, pessimamente suja, cabelos mui espessos e sebosos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bichos (piolhos). Distingue-se ele pelo ar mysterioso, olhos baços, tez desbotada, e de pés nús; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo.

Anda no caráter missionário, pregoando ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas prédicas consistem na prohibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas doces nas sextas e sábados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido. [...] Algumas pessoas de juiso são accordes que esse homem commetteo um grande crime, e procura espíal-o ou encobril-o por

esta forma: não aceita esmolas, e a sua allimentação é a mais resumida possível. [...] Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela autoridade da palavra do FR. S Antonio dos Mares moderno.

Dizem que elle não teme a nada e que estará a frente de suas ovelhas.

Que Audácia!

O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o.

Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em numero fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Província da Bahia, erigindo um templo. (*O Rabudo*, 22 nov. 1874).

#### Quadro 1 – SDs retiradas do Jornal *O Rabudo*

SD 1	A bons seis meses que por todo o centro desta e da Província da Bahia, chegado, (diz elle), da do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apelida por Antonio dos Mares: o que, avista dos aparentes e mentirosos milagres que disem ter ele feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares.
SD 2	Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul, que lhe serve de habito a forma de sacerdote, pessimamente suja, cabelos mui espessos e sebosos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bichos (piolhos). Distingue-se ele pelo ar mysterioso, olhos baços, tez desbotada, e de pés nús; o que tudo concorre para o tornar a figura mais degradante do mundo.
SD 3	Pedimos providências a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial, a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela autoridade da palavra do FR. S Antonio dos Mares moderno.
SD 4	Dizem que elle não teme a nada e que estará a frente de suas ovelhas. Que Audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão; já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o.

**Fonte:** Elaborado pela autora

O jornal faz referência a Antonio Conselheiro ainda como Antonio dos Mares, um missionário que prega a doutrina de Jesus Cristo. Porém, adiante, assume a posição de quem pede a intervenção das autoridades para a captura do beato, pois já era seguido pelo “povo em tropel”, ou seja, de forma desordenada e em “número fabuloso”. Podemos inferir, então, que a imagem do lugar do jornal *O Rabudo* para si próprio é a de quem tem a autoridade para dizer o que diz, emitindo um juízo de valor acerca de Antonio Maciel, ao classificá-lo como um indivíduo perigoso, e não somente noticiando o fato. Com o tom de autoridade, o jornal solicita providências e, inclusive, punições, mesmo não havendo provas de nenhum ato criminoso, mas somente boatos, como se observa na SD 3.

O sujeito discursivo, como preconiza a AD, não diz respeito ao indivíduo que escreve a notícia, mas da interpelação desse indivíduo, que se dá pela identificação com uma forma-sujeito e interpelado por uma formação ideológica. Assim, as imagens que os sujeitos têm de si são resultantes de suas projeções no discurso, as quais os permitem passar da

situação empírica para as posições de sujeitos no discurso, isto é, a posição de quem é responsável por informar o cidadão acerca dos “fatos”, nesse caso, a ameaça causada pelo séquito do “Antonio dos Mares”. Assim, é possível perceber que a imagem do lugar do jornalista para o sujeito que ocupa esse lugar na enunciação é de quem se preocupa com a ordem pública, ao reivindicar que “esse homem” seja “capturado”, a fim de se evitar os males que o “Antonio dos Mares moderno” e o “povo fanático” que o segue podem causar ao ainda governo Imperial (SD 3).

Apesar de ser caracteristicamente um jornal satírico, nesta edição, há, pelo jornal, um possível rompimento do tom satírico para instaurar o tom de seriedade, de modo a conferir autoridade à notícia, o que se observa na SD 3, na qual se exige que providências sejam tomadas pelas autoridades para a captura do Antonio dos Mares. Tal aspecto acaba por conferir a si uma imagem de veículo que cumpre seu papel de informar sobre algo sério. No entanto, seu caráter “chistoso”, isto é, espirituoso, parece esconder um humor mordaz.

Tratemos, agora, do outro periódico, o *Diário da Bahia*, o qual era, assim como os jornais de sua época, caracteristicamente opinativo. Aliás, a maioria dos jornais baianos, nesse período, pertencia a grupos políticos e funcionava como porta-voz de grupos oligárquicos, o que explica apresentarem em seus discursos Antonio Conselheiro como fanático e subversivo, visto que ele arrebanhava muitos seguidores, muitos deles trabalhadores dos grandes latifúndios, pertencentes aos coronéis da região, o que preocupava as autoridades políticas e religiosas. Por essa razão, ao analisarmos as notícias dessa época (GALVÃO, 1994), percebemos, em sua maioria, uma regularidade discursiva, uma vez que representavam interesses comuns, ao menos no que se refere ao tema Canudos. Vejamos a notícia publicada pelo referido jornal, em 27 de junho de 1876, momento em que os periódicos baianos começavam a se ocupar do assunto:

#### Antonio Conselheiro

Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um individuo que se diz chamar-se Antônio Maciel e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponeses. Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aciada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões que reúne onde lhe permitem os párocos e movendo sentimentos religiosos vai arrebanhando o povo e guiando a seu gosto. Revela-se homem inteligente mas sem cultura. Com estas armas, se tem conduzido o auditório a atos de selvageria, obrigando as mulheres a cortarem seus cabelos, queimando os chales e até as

botinas, como objetos de luxo condenados pela religião, também há reedificado templos como aconteceu com a capela da Rainha dos Anjos no Itapicuru e construção de cemitérios. Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo<sup>12</sup>. Teve do delegado de polícia ordem de prisão em nome do chefe de polícia e donde se achava veio por si acompanhado do povo, que o ouve e atende, recolher-se à prisão e se achará na cadeia de Itapicuru, onde pelo delegado foi posto incomunicável. Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura. (*Diário da Bahia*, 27 jun. 1876).

**Quadro 2** – SDs retiradas do Jornal *Diário da Bahia*

SD 5	Conhecido com este nome, apareceu em nosso sertão do norte, há cerca de dois anos, um individuo que se diz chamar-se Antônio Maciel...
SD 6	... e que nos lugares onde se tem apresentado há exercido grande influência no espírito das classes populares, servindo-se para isto do seu exterior misterioso costumes ascéticos com que impõe à ignorância e simplicidade de nossos camponêses.
SD 7	Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma múmia.
SD 8	Acompanhado de duas mulheres, que diz serem professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e dar conselhos às multidões...
SD 9	Revela-se homem inteligente mas sem cultura.
SD 10	Esse misterioso, que dizem viera do Ceará e tem percorrido nosso centro, acaba de ser preso pelo delegado de polícia de Itapicuru e é aqui esperado nestes dias, pois foi uma escolta para conduzi-lo.
SD 11	Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura.

**Fonte:** Elaborado pela autora

As SD(s) 5, 8 e 10, nas quais o jornal utiliza as expressões “diz chamar-se”, “diz serem professoras” e “que dizem viera do Ceará”, parecem supor que o jornal tem de si uma imagem de imparcialidade, como sendo apenas porta-voz do “que se diz” acerca de Antonio Conselheiro, eximindo-se da responsabilidade do que é dito. Da mesma forma que o jornal sergipano, que dois anos antes já se ocupava em divulgar o perigo que representava Conselheiro, o jornal baiano reforça esse discurso, inclusive mencionando a prisão do líder religioso, o que também faz crer que o jornal tinha uma imagem de si como um veículo de informação que cumpre a função de zelar pela manutenção da ordem pública e pela segurança dos “camponeses ignorantes e simples”, sobre os quais o Conselheiro se impunha com seus “costumes ascéticos” (SD 6).

<sup>12</sup> Segundo Calasans (2002, p. 14), o Conselheiro foi preso no dia 06 de junho, em território baiano, e levado à justiça do Ceará.

De maneira semelhante, o jornal baiano *Diário de Notícias*, criado em 1875, um ano depois da chegada de Antonio Maciel nos sertões baianos, dedica-se a noticiar os acontecimentos em torno do líder religioso. Já em 1875, noticiava a prisão do peregrino. “É nas suas colunas que deparamos, a partir de 1892, a maior soma de informes sobre a evolução do fenômeno” (CALASANS, 1987, p. 5). O jornal recebia, frequentemente, cartas enviadas por um correspondente diretamente de Monte Santo, cidade bem próxima a Canudos. Ainda segundo o historiador,

Depois que, em junho de 1893, Antonio Conselheiro surgiu na Fazenda Canudos, à margem esquerda do rio Vaza-Barris, em território do município de Monte Santo, o correspondente anônimo passou a incluir, quase que obrigatoriamente, a gente do Conselheiro nas suas comunicações para a gazeta metropolitana. (CALASANS, 1987, p. 5)

Dentre as muitas notícias publicadas pelo jornal baiano, destacamos a publicada em 31 de maio de 1893, a qual faz referência aos protestos dos sertanejos com a queima das tábuas, nas quais se fixavam os exorbitantes impostos cobrados pelas autoridades municipais e estaduais:

O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por Conselheiro, tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, inculcando no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias. Rodeado de grande massa popular, vai aquele indivíduo se constituindo o terror das autoridades, que não dispõem de meios para o cumprimento da lei. Dizem-nos que há poucos dias deu-se nas imediações do Bom Conselho um encontro entre cerca de 50 soldados de polícia e mil e tantos adeptos do Conselheiro, sendo os soldados completamente derrotados. Para que se avalie a gravidade desse acontecimento, basta-nos observar que seguem brevemente para o lugar do conflito 100 praças de linha. Ao que ouvimos, o Sr. Dr. governador entendeu-se a tal respeito com o governo federal, que autorizou o Sr. general comandante do distrito a por à disposição de S. Ex. a tropa que fosse necessária para restabelecer a ordem. Se as informações que temos são efetivamente exatas, urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem cenas de maior gravidade. O Conselheiro é um indivíduo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio, entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas. Além disto, dizem-nos que encontra o apoio de pessoas importantes, que dele tiram partido para fins políticos, uma vez que dispõe das massas populares. Cumpre que o governo não esqueça a lição que nos ministra a situação do Rio Grande. Se no princípio, quando anunciaram a invasão, o governo federal tivesse tomado as providências, que o caso por sua gravidade exige, com certeza não estaríamos a braço com a guerra civil naquele heroico estado. (*Diário de Notícias*, 31 mai. 1893)

### Quadro 3 – SDs retiradas do Jornal *Diário de Notícias*

	O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por Conselheiro,
--	---

SD 12	tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, incutindo no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias.
SD 13	Rodeado de grande massa popular, vai aquele indivíduo se constituindo o terror das autoridades, que não dispõem de meios para o cumprimento da lei.
SD 14	Dizem-nos que há poucos dias deu-se nas imediações do Bom Conselho um encontro entre cerca de 50 soldados de polícia e mil e tantos adeptos do Conselheiro, sendo os soldados completamente derrotados.
SD 15	Ao que ouvimos, o Sr. Dr. governador entendeu-se a tal respeito com o governo federal, que autorizou o Sr. general comandante do distrito a por à disposição de S. Ex. a tropa que fosse necessária para restabelecer a ordem.
SD 16	Se as informações que temos são efetivamente exatas, urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem cenas de maior gravidade.
SD 17	O Conselheiro é um indivíduo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio, entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Podemos dizer que a imagem que os jornais têm de si mesmos, nesse processo discursivo, é bastante semelhante. Endossam a imagem que têm de si próprios como a de quem cumpre a função de informar os fatos, como apontam as marcas linguísticas que indicam a presença da voz do outro na notícia: “dizem-nos” (SD 14), “Ao que ouvimos” (SD 15). Ainda que considere a necessidade de se averiguar “Se as informações são efetivamente exatas” (SD 16), o jornal reforça a obrigação das autoridades em envidar esforços para frear a ação do “indivíduo perigoso”, como é classificado o Conselheiro.

Os jornais, na verdade, pelos estudos que já mencionamos (BARTELT, 2009; GALVÃO, 1994; ALVES, 1997), não se propunham a apresentar a opinião dos dois – ou mais – lados envolvidos nos fatos em torno de Canudos, uma vez que se posicionavam – ainda que não explicitamente – ora tratando o Conselheiro como criminoso e causa de desordem política ora como fanático religioso. Tanto é que outros jornais – a exemplo de um outro periódico baiano, o *Jornal de Notícias* – chegaram a publicar cartas de moradores do sertão, contestando as notícias publicadas pelo *Diário de Notícias*<sup>13</sup>. No entanto, este “outro

<sup>13</sup> Só a título de exemplo do que dizemos, tomemos dois excertos da carta de um desses moradores, publicada em 10 de junho de 1893, pelo *Jornal de Notícias*: “Estas linhas eu as escrevo em parte como retificação e em parte como aditamento a um artigo ultimamente publicado pela ilustrada redação do DN [Diário de Notícias] acerca dos tristes acontecimentos que estão se desdobrando em diversas localidades do norte do estado. [...] Não impele aos romeiros nenhum pensamento político, como impatrioticamente informaram; domina-os, sim, o fanatismo religioso, o pior de todos os fanatismos. Pelo que me têm informado a respeito do Conselheiro, estou compenetrado de que ele não é um perverso, um homem de maus instintos. [...] Tem sido ultimamente causa indireta de grandes males, é verdade; mas suas intenções são boas. Traz iludida grande parte do povo, porém, ele próprio é o primeiro *dupe*.” (ALVES, 1997, p. 183-184). Os trechos da carta sinalizam para o fato de que nem todos viam o Conselheiro como monarquista, como muitos o quiseram apresentar. E nem se trata, necessariamente, da opinião dos que com ele conviviam, mas, ao que parece, de alguém que acompanhava os fatos.

ponto de vista” acerca dos fatos era menos expressivo, tanto em número quanto em alcance de circulação, como afirma Alves (1997, p. 25):

Esses primeiros relatos publicados no ano da instalação dos conselheiristas em Belo Monte apontam desde já para duas direções que tomaria a opinião pública, quando orientada pela imprensa. Para uns, seria um homem bom, um salvador de almas; para outros, apenas um fanático subversivo e perigoso, versão esta preferida pela maioria dos jornalistas da época.

Nessa esteira, é possível perceber que as três notícias que tomamos para análise nesta pesquisa não demonstram imparcialidade, uma vez que optam por apresentar os fatos apenas sob uma das perspectivas, a de que Conselheiro era um subversivo e que, portanto, necessitava ser preso. Isto implica em dizer que ambas se inscrevem numa mesma formação ideológica que considera o sertanejo e sua religiosidade difusa e incongruente, longe do que se desejava para o ideal de nação daquela época, quando no Brasil vigoravam as ideias positivistas.

Para endossar essa perspectiva, trazemos um trecho de um extenso tributo, em homenagem à vitória do exército, publicado por oito órgãos da imprensa baiana em 25 de outubro de 1897, quando já havia terminado o conflito. Entre os que assinam o tributo, estão os jornais *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias* – objeto de nossa análise. Nas primeiras linhas do texto, destacadas a seguir, observa-se a autoimagem apresentada pelos jornais baianos: “É a imprensa, a cooperadora indefessa de todas as conquistas modernas, a agitadora insubstituível nas grandes reivindicações do direito, da liberdade e da lei...” (NOVAIS FILHO, 2012, p. 95). Mais adiante, assinala o texto:

é a imprensa quem hoje vem, numa dessas antecipações de justiça que a historia sanciona, sagrar a espada victoriosa que defendeu e vingou, não só os foraes da Republica, mas ainda as leis da Civilisação. A imprensa bahiana foi durante essa renhida peleja contra o minotauro de Canudos mais do que um aparelho organico, vivo e palpitante por onde corria o plasma da opinião; foi a alma collectiva, o coração da Bahia, o músculo vibrátil e sensível em cujas fibras vinham repercutir, dia por dia, as esperanças e os soffrimentos, as alegrias e as dores, os entusiasmos e os revezes da legião patriótica. (NOVAIS FILHO, 2012, p. 95)

Conforme o esquema proposto por Pêcheux (1990), acerca dos lugares representados nos processos discursivos a partir das imagens que designam os lugares que os sujeitos (A e B) se atribuem mutuamente, temos, ainda, a imagem do lugar dos leitores pelo ponto de vista dos jornais, IA(B), ou, conforme a questão apresentada pelo filósofo, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” (PÊCHEUX, 1990, p. 83).

Considerando-se que, naquele contexto, o número dos que tinham acesso à mídia impressa era reduzido e restrito a uma elite letrada, supomos que os jornais tinham a imagem de que o grupo de seus leitores era constituído por aqueles que viam em Antonio Conselheiro uma ameaça aos seus interesses, ou seja, os moradores do litoral: fazendeiros, autoridades políticas e religiosas etc., os quais viam seus trabalhadores seguirem o peregrino, em busca de melhores condições de vida, assim como também parte da Igreja Católica que se sentia ameaçada pelo carismático beato que arrebanhava fiéis por onde passava. No entanto, não dispondo de fontes que nos permitam conhecer esse contexto e não sendo esse o foco de nosso trabalho – haja vista que nossa questão de pesquisa centra-se na busca pela análise da imagem de Antonio Conselheiro, o objeto do discurso, sobre o qual se fala nos jornais –, não nos aprofundaremos nela.

#### **4.1.2 A imagem do lugar do cordelista José Aras acerca dele próprio**

Ainda na seara na Análise de Discurso francesa, sob o enfoque da noção de formações imaginárias, a exemplo do que apresentamos acima, aqui, nosso escopo será empreender uma análise de como a imagem de Antonio Conselheiro é construída pelo escritor, poeta e pesquisador euclidense José Aras, em dois de seus cordéis: “Defendendo Conselheiro” e “Repousa peregrino”. Antes, conheçamos um pouco mais o autor dos cordéis.

José Soares Ferreira Aras, conhecido como José Aras, nasceu em 28 de julho de 1893, na Fazenda Lagoa da Ilha, localizada na Vila do Cumbe, e faleceu em 1979. Como autodidata, uma vez que frequentou apenas dois meses e meio as aulas de um mestre-escola, tornou-se poeta e cordelista, pesquisador e escritor sobre a Guerra de Canudos e sobre a formação da Vila do Cumbe, a qual, por seu intermédio, recebeu o nome de Euclides da Cunha, em homenagem ao escritor de *Os Sertões*. Foi Aras também o criador do hino municipal da cidade, assim como do Museu da Guerra de Canudos, no povoado de Bendegó, também por ele fundado, que hoje pertence ao município de Canudos. Também tinha uma habilidade/profissão que o fez peregrinar pelos sertões adentro: previa com facilidade um veio de água, sua profundidade e a qualidade da água.

Mesmo tendo frequentado tão pouco tempo os “bancos escolares”, José Aras se tornou uma personalidade singular na região e deixou escrita uma vasta obra, indo desde um meticuloso registro histórico-crítico dos costumes da região e da Guerra de Canudos, até o lirismo de um poeta envolto pelos ares sertanejos. Cercado, inevitavelmente, pelos resquícios

e pelas memórias da destruição de Belo Monte, conviveu com sobreviventes da guerra, assim como com muitos de seus descendentes. Tendo, desde menino, ouvido de seus próprios pais relatos da famigerada guerra, tornou-se um dos principais pesquisadores e escritores sobre o tema.

Leitor de tudo o que se reportava ao fato ocorrido bem próximo a ele, assim como um estudioso da célebre obra *Os Sertões*, na qual Euclides da Cunha descreve o sertão, sua gente e o líder do movimento sociorreligioso de Belo Monte sob a ótica do Brasil do litoral, Aras se difere do escritor fluminense por ser ele próprio um sertanejo, cujos pés pisaram o chão castigado pelos períodos de seca, chão de onde, ao mesmo tempo, brotam a força e a esperança. Nas palavras do próprio Aras (2009, p. 9), “É aí, nesse termo de terra seca, onde se encontra o homem mais resistente do Brasil, mesmo, durante anos, desprovido de qualquer assistência social, mal alimentado e sem instrução [...]”.

Uma das várias obras deixadas por Aras<sup>14</sup>, *Sangue de Irmãos – Canudos por dentro*, é prefaciada por José Calasans, o qual reconhece a enorme contribuição do escritor euclidense para sua pesquisa sobre o tema Canudos. O livro apresenta o olhar de José Aras pesquisador do fato histórico que marcou as suas memórias, fruto da curiosidade instigada por tudo o que leu sobre o tema, mas muito também pelo que ouviu, uma vez que teve a oportunidade, poucas décadas depois de findada a fratricida guerra, de ouvir os depoimentos de sobreviventes e de seus descendentes, quando os depoimentos orais não eram ainda muito valorizados e se dava mais ênfase ao que já se tinha escrito sobre o fato.

Em *Meu folclore*, um livreto de cordel, o autor sertanejo consegue narrar em versos, em mais de setenta páginas, os principais fatos em torno da guerra e de Antonio Conselheiro. Já *No sertão do Conselheiro*, obra organizada e publicada postumamente por seu filho, Roque Aras, encontram-se reunidos vários escritos de autoria de José Aras, que vão desde textos de caráter historiográfico, até os diversos poemas que versam sobre os costumes típicos do sertão, personalidades importantes na trajetória de construção e habitação da região, assim como a flora e a fauna sertanejas. É da obra, inclusive, que extraímos os dois poemas de cordel, nos quais analisaremos o ponto de vista do poeta sertanejo acerca do peregrino Antonio Conselheiro.

---

<sup>14</sup> Atualmente, encontram-se sob os cuidados da Universidade do Estado da Bahia, no campus de Euclides da Cunha e no campus avançado em Canudos, o acervo do autor, incluindo-se os originais das obras já publicadas, bem como manuscritos de obras ainda inéditas. Já há egressos do curso de Letras do campus XXII realizando um trabalho de edição crítica de parte desses manuscritos, mas há ainda muito o que se fazer no sentido de preservar esse material de enorme importância para os estudos históricos e literários acerca de Canudos.

Antes, porém, de nos ocuparmos da análise discursiva dos cordéis, com o objetivo de identificar as formações imaginárias do discurso que deles emergem, vejamos o depoimento do próprio José Aras (2009, p. 14) sobre como a figura de Antonio Conselheiro lhe foi apresentada, de formas distintas, ao longo de sua trajetória, nos sertões nordestinos:

Desde criança, desejava eu conhecer sua vida, pois as histórias que ouvia despertavam mais a minha curiosidade. Andei por todas as estradas que o Conselheiro andou e por todos os lugares onde construiu, porque ouvi e vi a guerra, e na minha escola achavam que ele era o anti-Cristo. Recolhi alguns documentos para comprovar a veracidade de alguns pormenores de sua vida. Comecei a ler tudo que se referia àqueles acontecimentos. Era sempre o mesmo: o Conselheiro fanático, impostor, louco, assassino, perturbador ou lunático. Todos os escritores diziam a mesma coisa. Imaginei, então, que eles deviam ter procurado informações nas mesmas fontes, isto é, com os inimigos da pobreza, ou da Monarquia. É que, ainda jovem, iniciando minhas conversas com os sertanejos incultos e humildes das vizinhanças, ouvia de todos sempre o contrário: o Conselheiro era bondoso, caridoso, “dava bons conselhos”, etc.

O depoimento acima revela o quanto as imagens acerca do Conselheiro a que teve acesso José Aras, construídas ao longo dos anos em que peregrinou pelos sertões, orbitavam, predominantemente, em torno das mesmas imagens que pudemos ver representadas nos jornais anteriormente analisados, assim como na literatura, a exemplo do que vemos na reconhecida e estudada obra *Os Sertões*, mas também nos cordéis, paródias e anedotas que se produziam sobre o tema Canudos, na época do conflito.

Apesar de sempre ter existido a voz dissonante desse discurso, isto é, os que viam em Antonio Conselheiro um homem “bondoso, caridoso” e que apenas “dava conselhos”, a imagem de louco, fanático e assassino parece ter tido um peso maior. Isto se deve, em parte, em razão de os fatos terem sido, inicialmente, contados enviezadamente, isto é, apenas pelo ponto de vista do vencedor, que nesse caso era o poder instituído, a República, e propagada pelos jornais – mídia de massa – e pela literatura canônica.

Como já exposto na seção em que discorreremos sobre a teoria pecheutiana, a constituição do sujeito do discurso se dá pela sua identificação com a formação discursiva que o interpela. Assim, não é o sujeito físico nem o lugar empírico que funcionam no discurso. Assim sendo, reiteramos que nossa análise considera não o sujeito empírico José Aras, mas a posição-sujeito-cordelista, que, ao ocupar um determinado lugar discursivo, assume uma posição-sujeito divergente da posição-sujeito dos jornais.

Uma vez que é interpelado por uma outra formação discursiva a partir de condições de produção específicas, ou seja, a partir de um determinado lugar social, inscrito na história, o sujeito cordelista manifesta sua posição ideológica, apresentando nos cordéis uma imagem

diferente acerca do Conselheiro. Em se tratando, nesse caso, de dois poemas de cordel, partimos da premissa de que “num texto literário há a materialização de um discurso que, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social” (SANTANA NETO, 2013, 50). Assim sendo, o indivíduo que escreve os cordéis exerce a função-autor, interpelado pela ideologia e assujeitado à língua e à história, filiando-se a uma formação discursiva.

Sobre isto, Orlandi (2002) explicita que, enquanto o discurso não é transparente e o sujeito que o produz é disperso e opaco, é na função-autor – mais afetada pelos procedimentos de interdição e de coerção da sociedade – que o texto deve ganhar coerência e unidade e seu autor deve ser visível. O sujeito do discurso assume, assim, o lugar de autor quando seus dizeres são estruturados sobre os princípios organizadores de produção da escrita, controlando o que dizer, o modo de dizer e imprimindo suas marcas de acordo com as circunstâncias dadas. A autoria, desse modo, deixa de ter sentido restrito à ideia de posse ou propriedade do que é dito ou escrito e passa a ser entendida como procedimento de produção do discurso.

Destarte, tem-se aqui a ideia de autor não somente como um ser social, um indivíduo que fala ou escreve um texto, mas como uma instância discursiva, um sujeito materializado no e por meio do discurso. O procedimento de autoria pressupõe, então, as formas de atuação desse discurso em contextos diferenciados, em função do lugar que o sujeito ocupa ou da formação discursiva a que se filia. Logo, a constituição do sujeito do discurso, compreendido como procedimento de autoria, tem sua fundação na formação discursiva a que pertence e está submetida às regras de condição de produção desse discurso.

Considerando-se o lugar do qual fala o cordelista, conforme já vimos em sua breve biografia exposta acima – sertanejo, nascido no entorno da Guerra de Canudos, o qual vivenciou realidade semelhante pela qual passaram muitos dos conselheiristas –, pode-se dizer que ele é interpelado por formações discursivas divergentes daquelas assumidas pelos discursos que projetam uma imagem negativa do Conselheiro, assumindo, portanto, uma posição-sujeito diferente.

Isto se observa já nos títulos dos dois poemas de cordel, “Defendendo Conselheiro” e “Repousa peregrino”, os quais já manifestam a filiação ideológica do sujeito cordelista que se dá, conforme Pêcheux (1990), a partir das formações imaginárias dos sujeitos envolvidos nesse processo discursivo: o sujeito-autor e os sujeitos-leitores dos cordéis, assim como do referente, sobre quem se fala, nesse caso, Antonio Conselheiro.

A partir de agora, empreenderemos uma análise da imagem do lugar do sujeito cordelista para si próprio. E, da mesma forma que fizemos na análise das notícias,

apresentaremos o texto dos cordéis na íntegra, seguido das SDs destacadas, tanto para a análise neste tópico quanto para a que trata da imagem do lugar de Antonio Conselheiro para esse mesmo sujeito. Vejamos, a seguir, o cordel “Defendendo Conselheiro” (ARAS, 2003, p. 142):

Amargaste os lábios, na peregrina terra  
 Abandonaste a pátria, não sonhaste a guerra  
 Teosofista quiseste sem compor a liça  
 Marchar seguido pelos filhos das pelejas,  
 Aconselhando, pregando e construindo igrejas  
 Consolidando a fé e lutando por justiça.

Nos campos maninhos e várzeas ressequidas  
 Consolavas e alegravas fieis nas suas vidas  
 O nome de Jesus lembrando sem cessar  
 Como apóstolo, ergueste templos, cemitérios  
 Sem poder ninguém penetrar nesses mistérios  
 Que, no futuro, talvez possam desvendar.

Depois de peregrinar pelo sertão baiano  
 Atravessaste o fértil solo sergipano  
 E naquele estado fizeste a tua história  
 Suportando a fome e sede, pesado teste,  
 Entre os cactos e as pedras do nordeste agreste,  
 Porém foi em Canudos que alcançaste a tua glória.

Herói ou tresloucado da terra de Iracema,  
 Resolveste escrever neste sertão o teu poema.  
 Eu te admiro, mártir! Que importam tuas loucuras?  
 Não foste covarde. Abraçaste o fanatismo?  
 Teu ideal era libertar teu povo do abismo  
 Tua palavra era consolo para as criaturas.

Em romarias, os sertanejos pela estrada,  
 Impelidos pela crença em nova cruzada  
 E alheios a menoscabos das magistraturas  
 Iam te seguindo na edificação dos templos  
 E tu próprio ofereceste o melhor empenho  
 Mesmo suportando humilhações e amarguras.

Cresce teu vulto; além, espalha-se a tua fama,  
 Congregada, a plebe apoia e empolgada clama  
 Em ti ela encontra compreensão, paz e alívio  
 Viveste a pedir, dando amor e caridade,  
 Ensinaste a confiar em Deus e ter piedade  
 Mas, a resposta das elites foi teu martírio.

**Quadro 4** – SDs retiradas do cordel “Defendendo o Conselheiro”

SD 18	Amargaste os lábios, na peregrina terra/Abandonaste a pátria, não sonhaste a guerra/Teosofista quiseste sem compor a liça/Marchar seguido pelos filhos das pelejas,/Aconselhando, pregando e construindo igrejas/Consolidando a fé e lutando
-------	--

	por justiça.
SD 19	Nos campos maninhos e várzeas ressequidas/Consolavas e alegravas fieis nas suas vidas/O nome de Jesus lembrando sem cessar/Como apóstolo, ergueste templos, cemitérios/Sem poder ninguém penetrar nesses mistérios/Que, no futuro, talvez possam desvendar.
SD 20	Depois de peregrinar pelo sertão baiano/Atravessaste o fértil solo sergipano/E naquele estado fizeste a tua história/Suportando a fome e sede, pesado teste,/Entre os cactos e as pedras do nordeste agreste,/Porém foi em Canudos que alcançaste a tua glória.
SD 21	Herói ou tresloucado da terra de Iracema,/Resolveste escrever neste sertão o teu poema./Eu te admiro, mártir! Que importam tuas loucuras?/Não foste covarde. Abraçaste o fanatismo?/Teu ideal era libertar teu povo do abismo/Tua palavra era consolo para as criaturas.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Observemos, então,  $I_A(A)$ , isto é, a imagem do lugar do sujeito cordelista para si mesmo, a qual lhe permite falar em defesa do Conselheiro. Observa-se, nos cordéis, a imagem de um sujeito discursivo que comunga dos mesmos ideais do sertanejo fundador do arraial belomontense, imagem expressa claramente no verso “Eu te admiro, mártir! Que importam suas loucuras?” (SD 21). Levantando questionamentos, o sujeito cordelista, na quarta estrofe do cordel “Defendendo Conselheiro” (SD 21), mostra que o ponto de vista pelo qual retrata o personagem de Belo Monte é o de um sujeito que se identifica com a luta dos conselheiristas e, ao mesmo tempo, desidentifica-se com os “já-ditos” presentes nas fontes a que já tivera acesso ao longo de sua vida, que os qualificam como fanáticos e subversivos.

E é retomando esses já ditos e assumindo uma posição-sujeito divergente que o sujeito cordelista apresenta a imagem do Conselheiro como herói, corajoso, desapegado dos bens materiais e bondoso, disposto a lutar pela justiça em favor de seus pares (SD 21). Também podemos inferir que a imagem que o cordelista tem do lugar do qual enuncia é a de quem conhece os fatos em torno do tema, assim como sobre o Conselheiro, uma vez que faz referência à trajetória feita pelo líder conselheirista, desde o início de suas andanças pelo “fértil solo sergipano” até continuar sua peregrinação pelo “sertão baiano”, onde, segundo o cordelista, o peregrino fez sua história (SD 20). Além disso, faz referência à sua larga obra em benefício dos moradores dos lugarejos por onde passava, construindo igrejas e cemitérios, consolando os fieis e lutando por justiça (SD 19).

Ainda que de forma breve, empreendamos, na sequência, uma análise no sentido de identificar  $I_A(B)$ , isto é, a imagem do lugar dos interlocutores (leitores e/ou ouvintes) dos cordéis para o sujeito cordelista, ou ainda, nas palavras de Pêcheux (1990a), “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, posto que essa representação imaginária também é decisiva na construção do discurso. José Aras, ao escrever sobre o sertão e a Guerra de Canudos, como já

dissemos, o fez a partir de uma determinada posição social. No jogo de imagens de que trata Pêcheux (1990), esse lugar projeta imagens dos sujeitos envolvidos no processo discursivo. Assim, podemos afirmar que o cordelista escreve, a princípio, para os que lhe são próximos e que comungam dos mesmos valores e, muito provavelmente, com pontos de vista semelhantes acerca do Conselheiro.

Da mesma forma, conforme as antecipações que todo sujeito enunciador faz ao produzir seu discurso, podemos dizer que o sujeito discursivo enuncia também para aqueles que não necessariamente veem o líder religioso sob o mesmo prisma. Podemos inferir isso pelo fato de o cordelista retomar a imagem que já se tem “pré-estabelecida” acerca dos fatos ocorridos em Canudos para, a partir deles, dizer o que diz. Nesse sentido, mesmo que inconscientemente, o sujeito discursivo constrói uma imagem do seu interlocutor também como alguém que sempre ouviu/leu sobre Antonio Conselheiro como um “tresloucado” e “fanático”, como o próprio cordelista escreve em suas obras. Em vista disso, o enunciador parte desse discurso pré-existente para expor seu ponto de vista divergente acerca do líder religioso de Canudos.

Portanto, a partir do esquema proposto por Pêcheux (1990), levando-se em conta a imagem do lugar dos sujeitos jornalistas, bem como do sujeito cordelista, apresentamos, a seguir, um resumo, de modo a oferecer uma visão geral da análise empreendida até então, a qual será relevante para se compreender a imagem que estes mesmos sujeitos constroem do seu referente, o Conselheiro:

**Quadro 5** – “Quem sou eu para lhe falar assim?” (PÊCHEUX, 1990, p. 83)

EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA RESPOSTA SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
SJ { I <sub>SJ</sub> (SJ)	Imagem do lugar de <b>sujeito jornalista</b> para o sujeito colocado em SJ	“Eu sou responsável por informar sobre o perigo que representa o fanático Conselheiro.”  “Eu sou a voz que defende a república da ameaça dos monarquistas.”
SC { I <sub>SC</sub> (SC)	Imagem do lugar de <b>sujeito cordelista</b> para o sujeito colocado em SC	“Eu sou alguém que pesquisou e que ouviu o outro lado da história.”  “Eu sou sertanejo como ele, conhecedor da gente que o seguiu.”

**Fonte:** Elaborado pela autora

## 4.2 “DE QUE LHE FALO ASSIM?”: A IMAGEM DO CONSELHEIRO PELO OLHAR DO OUTRO

Nas próximas linhas, o objetivo é empreender uma análise da imagem que os jornais e o cordelista José Aras tinham de Antonio Conselheiro, com base nas questões de pesquisa que nos movem. Assim, retomaremos as SDs dispostas nos quadros 1, 2, 3 e 4, assim como as que estão no quadro 6, a seguir. Reiteramos que as SDs são o resultado de um primeiro trabalho de interpretação nos *corpora* de nossa pesquisa, resultando nos recortes – cuja noção é entendida, na AD, não como pedaços isolados, mas como unidades discursivas (ORLANDI, 2001) –, nos quais se busca o modo de funcionar dos discursos, a fim de evidenciar as representações imaginárias que os sujeitos jornalista e cordelista apresentam do Conselheiro.

### 4.2.1 A imagem de Antonio Conselheiro construída nos jornais da época

Conforme já vimos, no tópico em que expusemos o esquema das formações imaginárias em Pêcheux (1990), consideramos que a representação que os sujeitos jornalistas fazem do referente, isto é, Antonio Conselheiro, de que se fala no discurso da mídia impressa, é dominante no interior das condições de produção desse discurso. Assim sendo, procederemos à análise de  $I_A(R)$ , ou seja, o ponto de vista de A sobre R, o referente. Como já dissemos, Pêcheux (1990) afirma ser o referente do discurso apenas um objeto imaginário, isto é, o ponto de vista de quem enuncia. As primeiras análises que fizemos até o momento permitem-nos dizer que as três notícias apresentam pontos de vista semelhantes acerca do personagem de Belo Monte, isto é, apresentam-no como fanático e perigoso.

Retomemos a notícia de *O Rabudo*, na qual Antonio Conselheiro é qualificado como um indivíduo assustador. Ela produz efeitos de sentidos que remetem a duas categorias de representação do referente: uma que está relacionada à aparência física e outra que diz respeito aos aspectos morais do líder religioso. O jornal define-o como um falso beato, um “aventureiro santarrão”, isto é, aquele que simula uma falsa santidade, além de mentiroso, ao insinuar que os supostos milagres narrados tinham o intuito de ludibriar as pessoas, conforme se observa nos trechos destacados na SD 1 que retomamos a seguir:

SD 1	A bons seis meses que por todo o centro desta e da Província da Bahia, chegado, (diz elle), da do Ceará infesta um <b>aventureiro santarrão</b> que se apelida por Antonio dos Mares: o que, <b>avista dos aparentes e mentirosos milagres que disem ter ele feito</b> , tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares.
------	--

A notícia apresenta-o ainda como “o ser mais degradante do mundo” e utiliza de diversas expressões que fazem referência à sua aparência física – “camisa azul pessimamente suja”, “cabellos sebosos”, nos quais se vê uma “espantosa multidão de bichos (piolhos) etc., como se lê na SD 2.

SD 2	Esse misterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul, que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, <b>pessimamente suja, cabelos mui espessos e sebosos</b> entre os quaes se vê claramente uma espantosa <b>multidão de bichos</b> (piolhos). Distingue-se ele pelo ar misterioso, <b>olhos baços, tez desbotada</b> , e de <b>pés nús</b> ; o que tudo concorre para o tornar a figura mais <b>degradante</b> do mundo.
------	--

Ainda na SD 2, a notícia utiliza as expressões “misterioso”, em quem não se pode confiar, e “degradante”, isto é, desprezível, as quais reforçam a descrição física e moral do Conselheiro.

Na sequência, o periódico apresenta-o como um “missionário, pregoando e ensinando a doutrina de Jesus Christo”, que “Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos”. No entanto, não o reconhece como tal, ao afirmar que é o próprio Conselheiro que se reveste dessa autoridade e não como enviado pela Igreja – “sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido”. Mais adiante, a notícia adjetiva-o como audacioso e que nada teme (SD 4) e pede providências às autoridades, sugerindo que ele seja “capturado e levado a presença do Governo Imperial” (SD 3).

Buscando ultrapassar a superfície linguística, o que se observa é que o sujeito jornalista filia-se a uma dada formação discursiva que, por sua vez, enquadra-se numa formação ideológica, segundo a qual a aparência física é um elemento definidor do caráter de uma pessoa. Com base nas descrições dos traços físicos, o sujeito jornalista projeta uma imagem de um indivíduo que não merece crédito, pelo contrário, levantando suspeitas sobre sua índole. Observa-se, ainda, que a imagem projetada do Conselheiro é a de quem usa a religiosidade das pessoas para exercer autoridade sobre elas. Essa criteriosa descrição parece ter sido decisiva para a construção da imagem do Conselheiro, tendo se tornado uma espécie de regularidade discursiva em torno do beato.

Tomemos O *Diário da Bahia*, o qual, apenas dois anos depois, também é muito enfático na imagem que faz do Conselheiro, tanto no que se refere à aparência quanto à sua moral. Inicialmente, exhibi-o apenas como “indivíduo” (SD 5), termo que pouco diz sobre ele. No entanto, outras expressões posteriores, tais como “exterior misterioso” e “costumes ascéticos”, presentes da SD 6, fazem erigir a imagem de um sujeito fora dos padrões

esperados para aquela sociedade, imagem reforçada pela descrição de traços físicos do Conselheiro, apresentadas mais adiante no texto da notícia:

SD 7	Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma <b>múmia</b> .
------	--

As expressões empregadas pelo jornal afastam-no da linguagem objetiva que teoricamente é esperada e aproxima-o de uma linguagem mais carregada de subjetividade, a exemplo do uso do vocábulo “múmia”, conferindo aos dizeres uma carga semântica que produz efeitos de sentido. Ao mesmo tempo em que parece indicar uma mera descrição da aparência física do peregrino, o jornalista, ao enunciar dessa forma, mais ou menos inconscientemente, tem a ilusão de que essa seria a forma ideal de dizer o que diz.

Esse “efeito de ocultação” é o que Pêcheux e Fuchs (1990, p. 176) denominam esquecimento nº 2. Desse modo, “diremos que os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o ‘dito’ e em consequência rejeitar o ‘não-dito’” (PÊCHEUX & FUCHS, 1990, p. 175). Nesse sentido, o termo “múmia” funciona discursivamente e aponta a posição discursiva do sujeito jornalista, pois poderia ter enunciado de muitas outras formas, se quera qualificá-lo como homem magro, por exemplo.

Esse trecho da notícia demonstra o quanto o ponto de vista do sujeito jornalista tinha acerca da aparência física do Conselheiro retoma “já-ditos”, isto é, integra o interdiscurso em torno do peregrino e que, por sua vez, são retomados em outros discursos constituídos a partir de outras notícias e artigos publicados a seu respeito, assim como na literatura, nos quais geralmente se via o peregrino como um tresloucado, que iludia os crentes ignorantes.

Em um outro trecho da notícia, o líder religioso é caracterizado como aquele que não merece crédito e que exerce “grande influência no espírito das classes populares”, impondo-se “à ignorância e simplicidade de nossos camponeses” (SD 6). A notícia apresenta-o ainda como inteligente, mas sem cultura (SD 9), o que parece paradoxal. Os possíveis efeitos de sentido desses dizeres podem ser de que a inteligência do líder a que se refere a notícia está no fato de ter consciência do alto grau de religiosidade do povo sertanejo, por meio do qual consegue reunir em torno de si uma multidão de seguidores. Porém, tais enunciados funcionam para geração de sentidos, pois sublinham o ponto de vista do sujeito jornalista. Nesse sentido, notamos que, ao afirmar ser o Conselheiro um indivíduo sem cultura, o sujeito discursivo o faz interpelado por uma ideologia, segundo a qual é considerada cultura apenas o

que está dentro dos parâmetros europeus, ou seja, entre o que é valorizado pelas elites brasileiras, radicadas no litoral do país. Consideremos, agora, a SD 11, retomada a seguir:

SD 11	Se Antônio Conselheiro não é um grande hipócrita, que sob suas humildes aparências, oculta algum tártufo de nova espécie, não passa de um fanático. Será um criminoso? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura.
-------	---

Temos em mente que, consoante Pêcheux e Fuchs (1990, p. 188), “do ponto de vista da análise de discurso, a prática linguística aparece como uma primeira fase absolutamente indispensável”, porém insuficiente, posto que o resultado incida sobre o objeto sócio-histórico, sobre o qual a superfície linguística “intervém como pressuposto”.

Se tomarmos a conjunção condicional SE, presente na SD acima, percebemos que ela funciona discursivamente como elemento construtor da imagem do Conselheiro, pois condiciona-o ora como um “hipócrita”, um “tártufo” isto é, um beato enganador que aproveita-se da boa fé das pessoas, ora como fanático, que age irracionalmente e, que, portanto, precisa ser contido, ora, ainda, como criminoso, uma vez que encontrava-se em poder da polícia. De uma forma ou de outra, a imagem projetada pelo sujeito jornalista é a de que as autoridades precisam tomar as providências necessárias. Destacamos, desse modo, que as marcas linguísticas funcionam como geradoras de sentidos e indicam a posição discursiva do jornal.

A notícia publicada pelo jornal *Diário de Notícias*, já de quase duas décadas depois, é um exemplo disso, pois não apresenta senão a mesma imagem do peregrino. Como já vimos enfatizando, para o trabalho de análise na perspectiva da AD é essencial considerarmos as condições de produção em que as representações imaginárias do referente se constituem, a fim de verificar o modo como o indivíduo jornalista se constitui em sujeito, assim como para se empreender que imagem o sujeito faz do Conselheiro, possibilitando-o dizer o que diz de uma forma e não de outra.

Logo, se tomarmos as condições de produção do discurso midiático, em sentido restrito, temos o fato de que os jornais eram o principal veículo de massa responsável por informar a população acerca dos acontecimentos em torno do peregrino e de seu séquito, formado por ex-escravos, trabalhadores das fazendas dos coronéis da região, de uma religiosidade fervorosa, que aumentava a cada dia e que viam em Antonio Conselheiro um enviado de Deus para ajudá-los a suportar o sofrimento. A notícia de 31 de maio de 1893 faz referência explícita ao episódio ocorrido na localidade Masseté, onde o povo, revoltado com

os novos e exorbitantes impostos do novo governo, queima as tábuas que fixavam os valores nas feiras.

Em sentido amplo, considerando-se os aspectos sócio-históricos, os jornais eram a voz das autoridades e da elite litorânea da Bahia e bradavam em defesa da recente República, ainda sob alvo de vários grupos revoltosos que queriam restaurar a Monarquia no Brasil. Desse modo, constatamos uma formação discursiva que interpela esses sujeitos como aqueles que estão em defesa da nação e contra as ameaças do “célebre fanático” que estava incutindo “teorias subversivas” na mente dos que o ouviam (SD 12). Retomemos o quadro 3, já exposto anteriormente:

**Quadro 3** – SDs retiradas do Jornal *Diário de Notícias*

SD 12	O célebre fanático, conhecido, entre as turbas que o acompanham, por Conselheiro, tem levantado uma cruzada contra o pagamento de impostos, incutindo no ânimo dos seus ouvintes as mais subversivas teorias.
SD 13	Rodeado de grande massa popular, vai aquele indivíduo se constituindo o terror das autoridades, que não dispõem de meios para o cumprimento da lei.
SD 14	Dizem-nos que há poucos dias deu-se nas imediações do Bom Conselho um encontro entre cerca de 50 soldados de polícia e mil e tantos adeptos do Conselheiro, sendo os soldados completamente derrotados.
SD 15	Ao que ouvimos, o Sr. Dr. governador entendeu-se a tal respeito com o governo federal, que autorizou o Sr. general comandante do distrito a por à disposição de S. Ex. a tropa que fosse necessária para restabelecer a ordem.
SD 16	Se as informações que temos são efetivamente exatas, urge que o governo empregue toda a energia, a fim de evitarem cenas de maior gravidade.
SD 17	O Conselheiro é um indivíduo perigoso, é um elemento de desordem, desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio, entre as populações, às quais ilude com práticas religiosas.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Iniciemos nossa análise considerando a superfície linguística da notícia, de modo a observar o que ela diz, o modo como diz, mas também o que não está dito, mas que repercute na produção de sentidos. Nela, o sujeito jornalista, além de retomar os já-ditos que apresentavam o Conselheiro como fanático, acrescenta-lhe a imagem de um “subversivo”, que incita as multidões contra a República nascente. O jornal ainda tem a imagem do líder como um “indivíduo” que vai se constituindo “o terror das autoridades” (SD 13). Mais adiante, trata-o mais uma vez por “indivíduo perigoso” (SD 17). Nessa mesma sequência discursiva, o sujeito jornalista afirma ser o Conselheiro “elemento de desordem, desde o tempo do império”.

O que é dito nesse trecho da notícia permite inferir, implicitamente, que o jornalista parece dizer que o julgamento do jornal acerca da periculosidade do líder da gente sertaneja

não estava somente no fato de este bradar contra a república, uma vez que já era tido como perigoso antes mesmo de implantado o novo regime, conforme vimos nas notícias anteriormente analisadas. Contudo, é filiado a uma formação discursiva em defesa dos interesses republicanos que o sujeito jornalista projeta a imagem do Conselheiro, a qual é regida por uma formação ideológica com base na ciência positivista, proposta por Auguste Comte, em início do séc. XIX, segundo a qual o conhecimento científico era a única forma de conhecimento a ser considerada. Na mesma esteira, a ideologia do determinismo biológico, para a qual o mestiço era um povo degenerado.

Eram exatamente essas concepções que regiam os intelectuais brasileiros no período em que se instituía o regime republicano no Brasil. Nessa perspectiva, os moradores do interior do nordeste do Brasil, com sua extrema religiosidade difusa e incongruente, formados basicamente de mestiços, diferentemente dos do litoral, eram vistos como um atraso para a nova nação que se pretendia construir. Conforme Bartelt (2009, p. 13), “A conjunção desses fatores facilita extremamente a criminalização a que Conselheiro e Canudos são associados”.

Foi essa imagem, aliás, ao lado da representação de um bandido e monarquista, que perdurou na imprensa baiana e nacional nos anos que se seguem, à medida que Antonio Conselheiro ganhava mais popularidade e mais seguidores. Na década de 1880, com o crescimento de seu prestígio, agravaram-se suas relações com os padres, os proprietários rurais e as autoridades policiais. Isto porque o Conselheiro, por onde passava, arrebanhava numeroso séquito, já que o povo preferia ouvi-lo aos sacerdotes, causando nestes a insegurança, motivo pelo qual muitos escreveram ao arcebispo da Bahia pedindo providências (NOGUEIRA, 1997, p.23).

O governo, por sua vez, via em Canudos uma ameaça ao regime recém-instaurado em que o Conselheiro configurava-se como mais um revoltoso contrário à ideologia republicana, que intentava criar um outro estado dentro do estado. O massacre se fazia necessário para conter a ação do peregrino, “cortando o mal pela raiz”. Eis aí o peso que tinham os discursos produzidos pela imprensa. Nesse sentido, os jornais desempenharam papel importante, alardeando notícias falaciosas sobre o Conselheiro e sua gente na intenção de justificar o massacre iminente. Além disso, as pessoas já envoltas na imagem do Conselheiro, construída pela maior parte dos jornais, aguardavam sempre as novas edições. Sobre isso, destaca Alves (1997, p. 21):

A curiosidade em torno do Conselheiro transformou-se, pois, num fenômeno nacional. Jornais de diversos estados passaram a publicar seu retrato ou a fazer dele exposição nas sedes das redações, para onde se dirigia uma

multidão movida pela curiosidade de ver de perto que aparência tinha o célebre fanático que aterroriza o exército brasileiro.

Assim, preocupados com essa repercussão nacional da figura do Conselheiro, houve um “esforço nacional a fim de combater esse sentimento por meio de uma construção de imagem totalmente contrária àquela que se formara espontaneamente no coração do povo” (ALVES, 1997, p. 22). Dadas as investidas frustradas das forças policiais, o estado se viu na obrigação de investir pesado contra Canudos. E, para justificar tal ato, a imprensa cumpriu um papel decisivo. No Rio de Janeiro, e dali para todo Brasil, os jornais excitavam os republicanos com notícias do tipo: “os fanáticos do Conselheiro, com armamento moderníssimo e abundante munição, comandados pelo conde d’Eu, pretendiam restaurar a monarquia” (GALVÃO, 1994, p33).

O jogo de imagens construído nesse processo discursivo é o que Orlandi (2002) define como processo parafrástico no discurso, em que a paráfrase é o processo pelo qual em todo dizer há algo que se mantém, o dizível e a memória, produzindo diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. O que se observa na maior parte das notícias publicadas sobre Conselheiro e seus seguidores nas duas décadas seguintes, até o final do combate em Canudos, segundo Galvão (1994) e Alves (1997), é que esse discurso se mantém, compondo a imagem que a população tinha do fato, uma vez que não podia ver com seus próprios olhos o que ocorria no sertão baiano. Como o jornal era o meio de comunicação de massa da época, a opinião pública por ele era forjada, pois até as pessoas que não sabiam ler ouviam as notícias na Rua do Ouvidor, onde ficavam as sedes dos maiores jornais do Rio de Janeiro.

Como se vê nos trabalhos de Calasans (1997), Alves (1997), Galvão (1994) e Novais Filho (2012), a maior parte dos jornais, nos anos seguintes, acabou por reproduzir o discurso com base nos já-ditos acerca do Conselheiro e seus seguidores, considerados fanáticos alienados, subversivos e altamente perigosos. Posteriormente, como forma de justificar o uso das forças militares, também foi sendo construída a imagem de Belo Monte como um reduto de monarquistas que ameaçavam o recente governo republicano. Ainda que alguns jornais tenham optado por apresentar uma visão ponderada do conflito<sup>15</sup>, publicando cartas enviadas por aqueles que haviam estado com o próprio Conselheiro, é o ponto de vista sensacionalista, como denomina Galvão (1994), que predomina no imaginário discursivo dos brasileiros. Conforme Pêcheux (1990, p. 85):

---

<sup>15</sup> Sobre isso, Galvão (1994) expõe que muitos jornais que publicavam notícias, cartas e crônicas, desmentindo os jornais que afirmavam ser o movimento de Belo Monte político, arquitetado para destruir a República, tiveram suas portas fechadas e até jornalistas perseguidos e mortos.

[...] as diversas formações resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram o processo discursivo em foco. Por oposição à tese “fenomenológica” que colocaria a *apreensão perceptiva* do referente, do outro e de si mesmo como *condição pré-discursiva do discurso*, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já ouvido” e o “já dito”, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas. (Grifos do autor).

É assim que se observa a repetição de dizeres no que se refere à imagem de Antonio Conselheiro presente nas reportagens, e até mesmo no que se escreveu daí em diante, a exemplo da própria narrativa de Euclides da Cunha, assim como em milhares de artigos e livros publicados logo depois da guerra, nos quais se observa os “já ditos”, baseados, em grande medida, num “acontecimento discursivo” (BARTELT, 2009) arquitetado ao longo de pouco mais de duas décadas, regularmente, pela mídia impressa.

#### 4.2.2 “Defendendo o Conselheiro”: a imagem do líder conselheirista erigida nos cordéis de José Aras

Passemos, agora, a uma análise da imagem do lugar de Antonio Conselheiro pelo viés do sujeito cordelista, ou seja, conforme denomina Pêcheux (1990, p. 83),  $I_A(R)$  – a imagem que se tem do referente, a qual é fundamental no processo de construção do discurso. Retomemos, aqui, o que propõe o filósofo francês, ao tratar do objeto do discurso, o referente, isto é, do qual se fala/escreve. Para o autor, trata-se de um “objeto imaginário” e não da realidade física propriamente dita, ou seja, trata-se do ponto de vista do sujeito discursivo.

Inicialmente, tomaremos a superfície linguística, isto é, os textos do poeta cordelista, a fim de se alcançar o processo discursivo que emerge dos cordéis. Em seguida, buscaremos perceber como o sujeito enunciatador dos cordéis constitui-se sujeito do discurso. A partir dos versos do cordel “Defendendo o Conselheiro”, cujo quadro com as SDs retomamos a seguir, destacamos que o ponto de vista que o sujeito cordelista tem de Antonio Conselheiro contrapõe-se ao do sujeito jornalista, conforme a análise empreendida nos jornais.

#### Quadro 4 – SDs retiradas do cordel “Defendendo o Conselheiro”

SD 18	Amargaste os lábios, na peregrina terra/Abandonaste a pátria, não sonhaste a guerra/Teosofista quiseste sem compor a liça/Marchar seguido pelos filhos das pelejas,/Aconselhando, pregando e construindo igrejas/Consolidando a fé e lutando por justiça.
	Nos campos maninhos e várzeas ressequidas/Consolavas e alegravas fieis nas suas

SD 19	vidas/O nome de Jesus lembrando sem cessar/Como apóstolo, ergueste templos, cemitérios/Sem poder ninguém penetrar nesses mistérios/Que, no futuro, talvez possam desvendar.
SD 20	Depois de peregrinar pelo sertão baiano/Atravessaste o fértil solo sergipano/E naquele estado fizeste a tua história/Suportando a fome e sede, pesado teste./Entre os cactos e as pedras do nordeste agreste./Porém foi em Canudos que alcançaste a tua glória.
SD 21	Herói ou tresloucado da terra de Iracema./Resolveste escrever neste sertão o teu poema./Eu te admiro, mártir! Que importam tuas loucuras?/Não foste covarde. Abraçaste o fanatismo?/Teu ideal era libertar teu povo do abismo/Tua palavra era consolo para as criaturas.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Para o sujeito cordelista, o Conselheiro é “herói”, “mártir”, um homem que tinha como propósito “libertar o povo do abismo” (SD 21), “apóstolo” (SD 19), cuja missão era levar palavras de consolo para os sertanejos que o seguiam e que, assim como ele, eram “filhos das pelejas” (SD 18), vítimas das agruras e intempéries dos “campos maninhos e das várzeas ressequidas” (SD 19), além de esquecidos pelos seus governantes, nas palavras do poeta, “alheios a menoscabos dos magistrados”.

Nota-se que a imagem de Antonio Conselheiro para esse sujeito não diz respeito apenas a de um homem religioso, cuja missão era aconselhar e consolar os fiéis. Nos cordéis, o sujeito cordelista também faz erigir do Conselheiro uma imagem de líder que conhecia os sofrimentos dos que o seguiam, de um homem que lutava por justiça social em prol dos seus pares, que gritava contra os descasos das autoridades, indo de encontro aos interesses da elite.

Dentro do conceito de formações imaginárias, cunhado por Pêcheux (1990), as imagens que os protagonistas do discurso conferem a si e ao outro são determinadas pelos lugares sociais. Desse modo, é preciso considerar que o cordelista, ao enunciar nos cordéis, o faz a partir de um tempo, de um lugar e de uma determinada conjuntura social e cultural. Além disso, devem ser levadas em conta as condições de produção do discurso. Assim, para se chegar ao funcionamento discursivo é imprescindível refletir sobre o jogo de imagens dos protagonistas e do objeto discursivo, pois, a cada vez que o indivíduo enuncia, ele ativa um modo de funcionar do discurso que é representado pelas formações imaginárias.

Como o propósito, numa análise discursiva, é ultrapassar a superfície linguística, ou seja, o que está dito, em busca do que ali não está dito explicitamente, mas que significa, devemos, fundamentalmente, considerar os aspectos exteriores ao texto, como já salientamos anteriormente. Nesse sentido, tendo-se em mente que a noção de sujeito, na perspectiva pecheutiana, considera o sócio-histórico e o ideológico como elementos constitutivos desse sujeito, é o lugar que o sujeito ocupa na sociedade que determina o seu dizer. E como

destacamos na subseção 3.1.2 deste trabalho, a imagem que o sujeito cordelista projeta do lugar do qual enuncia é a de quem, semelhante ao Conselheiro que vivenciava as mesmas agruras daqueles que o seguiam, comunga dos mesmos ideais e, portanto, também se indigna com os descasos dos governantes.

Desse modo, observamos que, interpelado pela formação ideológica do político e filiado a uma formação discursiva de quem enxerga em Belo Monte um exemplo de luta por justiça, o sujeito discursivo, ao fazer referência às ações do líder conselheirista, delineia a imagem de um homem que tinha por ideal libertar seu povo do abismo (SD 21), um povo oprimido pelos coronéis e governantes. Para o sujeito do discurso, portanto, a “loucura” a ele conferida por anos representava nada mais nada menos que um sinal de sua extrema coragem (SD 21). Consideremos, neste momento, os versos do segundo cordel, “Repousa peregrino” (ARAS, 2003, p. 151):

Dorme Conselheiro, no solo calcinado de Canudos,  
As águas de Cocorobó virão cobrindo tudo,  
Morreste tal e qual o Frei Caneca, ao badalar do sino,  
Mistério, crença e doação, serão registrados na tua glória,  
Pois “Canudos não foi vencido”, como conta nossa história,  
E pelos oprimidos serás reconhecido no teu hino.

Tu sucumbiste como visionário, fiel à ideologia.  
Disse alhures o poeta, que a ideia que mata o homem ou o asfixia  
Pode ser mais tarde acolhida, santa, gigantesca e nobre.  
Tua missão foi profunda como teu livro, mas muito breve,  
Sofrendo com teu povo chegaste ao fim de espírito leve,  
Redimindo o devoto, e o injustiçado e o sertanejo pobre.

Teus restos mortais estão a repousar no ressequido solo  
Depositados na caatinga agreste que o envolveu no colo  
Que mesmo causticante dá a semente, a vida e o doce fruto.  
A tua revolta e a tua crença tremularão por sobre as ondas  
Teus irmãos que vivem sem terra e sem justiça, farão rondas  
Libertando este nordeste da opressão e de um passado bruto.

Imortalizado ficará Canudos – o Belo Monte,  
Mesmo sepultado pelas águas do açude, a grande fonte,  
Seu baluarte será coberto, mas será reescrita a história  
Do crente resoluto, desprendido, manso e revoltado.  
A bravura do jagunço se igualou à fúria do soldado  
E será em futuro registrada nos bronzes da memória.

Repousas sob a água desse mar, Peregrino, o sono eterno  
Dos justos que povoaram o passado e surgem no moderno  
No solo que o acolheu bem longe de seu Quixeramobim.  
Ao mirar este mar e olhar no firmamento cada estrela,  
Cremos enxergar um inocente brilhando na centelha  
Ainda sem entender a velha história de Abel e Caim.

**Quadro 6 - SDs retiradas do cordel “Repousa peregrino”**

SD 22	Dorme Conselheiro, no solo calcinado de Canudos,/As águas de Cocorobó virão cobrindo tudo,/Morreste tal e qual o Frei Caneca, ao badalar do sino,/Mistério, crença e doação, serão registrados na tua glória,/Pois “Canudos não foi vencido”, como conta
-------	--

	nossa história,/E pelos oprimidos serás reconhecido no teu hino.
SD 23	Tu sucumbiste como visionário, fiel à ideologia./Disse alhures o poeta, que a ideia que mata o homem ou o asfixia/Pode ser mais tarde acolhida, santa, gigantesca e nobre./Tua missão foi profunda como teu livro, mas muito breve,/Sofrendo com teu povo chegaste ao fim de espírito leve,/Redimindo o devoto, e o injustiçado e o sertanejo pobre.
SD 24	A tua revolta e a tua crença tremularão por sobre as ondas/Teus irmãos que vivem sem terra e sem justiça, farão rondas/Libertando este nordeste da opressão e de um passado bruto.
SD 25	Imortalizado ficará Canudos – o Belo Monte,/Mesmo sepultado pelas águas do açude, a grande fonte,/Seu baluarte será coberto, mas será reescrita a história/Do crente resoluto, desprendido, manso e revoltado./A bravura do jagunço se igualou à fúria do soldado/E será em futuro registrada nos bronzes da memória.
SD 26	Repousas sob a água desse mar, Peregrino, o sono eterno/Dos justos que povoaram o passado e surgem no moderno/No solo que o acolheu bem longe de seu Quixeramobim./Ao mirar este mar e olhar no firmamento cada estrela,/Cremos enxergar um inocente brilhando na centelha/Ainda sem entender a velha história de Abel e Caim.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Aqui, o sujeito cordelista trata especificamente não dos fatos históricos relacionados à vida do Conselheiro, nem da sua trajetória frente ao arraial de Belo Monte, como vimos no cordel “Defendendo o Conselheiro”, mas da imagem que ficará por herança após sua morte, da história que será contada. Para o cordelista, a visão negativa do peregrino de Belo Monte difundida pelos “vencedores” sucumbirá à glória que sua imagem alcançará. Vejamos as condições de produção, no sentido estrito, em que se dá esse discurso.

O cordel “Repousa Peregrino” é datado de 1950, ano em que se iniciam as obras do açude de Cocorobó, famoso por encobrir com suas águas os escombros da primeira Canudos, construída por Conselheiro e seu séquito e destruída pelo fogo lançado pelos soldados republicados, em 1897, assim como as casas do vilarejo que se formaram em volta, após o fim da guerra. Nos versos, o cordelista parece maldizer a construção do açude, mas, ao mesmo tempo, reafirma que, sob as águas, “Imortalizado ficará Canudos – o Belo Monte, / Mesmo sepultado pelas águas do açude, a grande fonte” (SD 25).

Dois excertos do poema tratam especificamente da imagem que ficará de Antonio Conselheiro na história que será reescrita, conforme assinala o verso “Seu baluarte será coberto, mas será reescrita a história” (SD 25). Um pouco antes, faz referência à história já contada, cuja versão é dada pelos “vencedores” (SD 22). Para o cordelista, “Canudos não foi vencido”, pois, ainda que tenha sido destruído, sua história será recontada e imortalizada.

Na segunda estrofe do poema (SD 23), Conselheiro é descrito como um visionário que morreu “fiel à sua ideologia”, a qual, segundo o cordelista, era redimir o devoto, o injustiçado

e o sertanejo pobre. Observamos, dessa maneira, que, da mesma forma que no cordel anteriormente analisado, o sujeito discursivo é filiado à formação ideológica de quem fala de um lugar de sertanejo politizado, ou seja, que anseia por dias melhores para sua terra e, portanto, reivindica justiça para seu povo. Essa posição é reforçada ao afirmar que a luta do passado – ocorrida no final do século XIX em Belo Monte – perpetua-se no presente, como se lê nos versos “Teus irmãos que vivem sem terra e sem justiça farão rondas, libertando esse nordeste da opressão e de um passado bruto” (SD 24).

Mais adiante, o poeta adjectiva Conselheiro como “crente resoluto, desprendido, manso e revoltado” (SD 25), o que parece ser paradoxal, a princípio. No entanto, parece esboçar a imagem de um homem manso, como a qualidade daquele que é bondoso, calmo, sereno, mas que também é revoltado – qualidade daquele que é rebelde, insubordinado às leis – isto é, um Conselheiro que se não submetia ao regime que vigorava e que, para ele, oprimia o povo.

Nesse sentido, subentende-se que, para o sujeito cordelista, Conselheiro era manso para aqueles que comungavam de seus ideais, que escutavam seus conselhos, porém, revoltado com aqueles que o perseguiram e o tinham por louco e fanático e, especialmente, com o novo regime instalado que ia de encontro aos seus preceitos religiosos e havia tirado da Igreja a autoridade de escolher quem devia reger o país.

Na análise empreendida, contata-se a presença dos já-ditos acerca do Conselheiro, mas que, ao serem retomados pelo sujeito cordelista, são ressignificados, o que ocorre por meio do que Orlandi (2002) define como processo polissêmico no discurso. Ao mesmo tempo em que o cordel reitera a imagem do líder de Belo Monte construída pela mídia jornalística, subverte-a completamente, uma vez que assume outra posição do dizer, isto é, filia-se a uma outra Formação Ideológica. Isso não se dá explicitamente, e sim pelo que não é dito, mas significa ali, como se observa, por exemplo, no trecho da SD 26 – “Cremos enxergar um inocente brilhando na centelha/Ainda sem entender a velha história de Abel e Caim” –, a qual faz alusão à imagem de criminoso erigida por décadas pelos jornais e pela literatura.

Da mesma forma se dá a representação de  $I_B(R)$ , isto é, o ponto de vista do interlocutor do discurso acerca do referente. Nesse caso, a representação da visão dos leitores/ouvintes dos poemas de cordel sobre o objeto do discurso – Antonio Conselheiro –, na verdade, não é a visão real daqueles, mas uma projeção do cordelista, resultado do mecanismo de antecipação por parte do enunciador acerca dos seus interlocutores.

A fim de sintetizarmos o percurso analítico realizado até aqui, nesta seção, apresentamos, a seguir, um quadro síntese, baseado no esquema pecheutiano que trata do

referente do discurso, no qual podemos observar os diferentes pontos de vista acerca da figura do líder religioso de Canudos, materializados nos jornais e nos cordéis.

Uma vez que o nosso foco, neste trabalho, é justamente o ponto de vista dos sujeitos colocados em A (jornalistas e cordelista) sobre R (Conselheiro), destacamos que  $I_{A1}(R)$  diz respeito ao ponto de vista do sujeito jornalista e  $I_{A2}(R)$  está relacionado ao ponto de vista do sujeito cordelista. Posteriormente, na seção 6, retomaremos o quadro síntese seguinte, a fim de fazermos um contraponto entre a imagem do Conselheiro pelo ponto de vista do outro e dele mesmo. Então, vejamos:

**Quadro 7** – Imagem de Antonio Conselheiro construída nos jornais e nos cordéis - “De que lhe falo assim?” (PÊCHEUX, 1990, p. 83).

EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA RESPOSTA SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
$I_{A1}(R)$	Ponto de vista de $A_1$ (sujeito jornalista) sobre R (Conselheiro)	<b>Aspectos físicos:</b> indivíduo sujo, de aparência degradante, que não inspira confiança; <b>Aspectos morais:</b> misterioso, mentiroso, falso beato que se aproveita da boa fé das pessoas e da religiosidade dos sertanejos que acreditam que ele faz milagres; monarquista, criminoso que incita as multidões contra a recém-implantada república, ameaça às autoridades políticas e religiosas.
$I_{A2}(R)$	Ponto de vista de $A_2$ (sujeito cordelista) sobre R (Conselheiro)	Apóstolo, enviado de Deus para libertar o povo sertanejo; Líder que conhece o sofrimento dos que o seguem; Libertador dos oprimidos; Herói, mártir, justo e inocente.

**Fonte:** Elaborado pela autora

## 5 ANTONIO CONSELHEIRO POR ELE MESMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE SUAS PRÉDICAS

*É que a palavra do Conselheiro de Belo Monte, eventualmente registrada por escrito, não deriva só daqueles livros que pôde ler, dos sermões e catequeses que terá podido escutar. Ela resulta de muito mais leituras, aquelas feitas em sessenta e mais anos de vida, das tantas experiências que lhe cruzaram o caminho, dos conflitos, dissabores e misérias vividos por ele e tanta gente [...]. A palavra do Conselheiro é dele, mas não resulta de uma torre de marfim em que ele estivesse retirado, absorto, imune à tessitura cotidiana que fazia a vida e as esperanças do vilarejo que ia constituindo-se em sua obra-prima e numa alternativa tão atraente para alguns milhares de homens e mulheres do sertão. (VASCONCELLOS, 2017, p. 21)*

De certo que Antonio Conselheiro, o autor das prédicas em questão, não foi um homem comum como os milhares de sertanejos que o seguiram, conforme vimos na seção em que discorreremos sobre sua trajetória, especialmente no que tange ao acesso à escola, restrito a poucos naquele contexto. Não por acaso, conseguiu reunir em torno de si dezenas de milhares de seguidores que, além de ouvirem seus conselhos, foram capazes de lutar até o fim numa guerra da qual não desejavam participar. Corroborando com as palavras de Vasconcellos (2017), tomadas para epígrafe desta seção, as prédicas manuscritas nos permitem melhor conhecer a figura mística do Conselheiro.

Ademais, a escolha por estudar as prédicas do Conselheiro se deu, ainda, pela necessidade de se aprofundar a pesquisa nos manuscritos, os quais compõem um vasto campo para análise discursiva, ainda muito pouco explorado. Além disso, o fato de haver diversos trabalhos que preconizam o que foi dito a respeito do líder conselheirista também convida a voltar o olhar sobre o que ele mesmo diz em suas prédicas, sendo capaz de mobilizar milhares de seguidores. Segundo Vasconcellos (2004, p. 42), a figura de Antonio Conselheiro e os manuscritos de autoria atribuída a ele merecem um lugar de evidência: “Este caminho, embora pouco frequentado, parece-nos mais seguro do que reconstruir as convicções do Conselheiro apenas a partir do que disseram dele, procedimento que, obviamente, não deve ser de todo descartado”.

Durante pouco mais de sete décadas, após a destruição do arraial de Belo Monte pelas forças republicanas, os dois livros manuscritos, nos quais Antonio Conselheiro registrou suas prédicas, passaram de mão em mão sem que se dedicasse atenção aos seus conteúdos. Apenas em 1974, Nogueira editou e publicou o conteúdo de um dos cadernos e somente em

2017 as prédicas do outro caderno vieram a público, editadas em sua totalidade<sup>16</sup> por Vasconcellos (2017).

A pouca atenção dedicada às prédicas atribuídas ao pregador sertanejo pode ser justificada, dentre outros motivos, pelo fato de estas se distanciarem, em boa medida, do seu retrato mais famoso, “pintado com tintas fortes por Euclides da Cunha, apresentando-o como desequilibrado e ignorante!” (VASCONCELLOS, 2008, p, 46). Essa é uma das razões que nos levou a, nesta pesquisa de mestrado, verificar como se dá a construção da imagem de Antonio Conselheiro, tanto sob o ponto de vista de outrem – as notícias a seu respeito nos jornais da época e o registro na literatura de cordel de José Aras –, mas também (e principalmente) a partir do que ele mesmo deixou escrito em dois livros, nos quais se registra o seu posicionamento acerca da religião e das mudanças políticas que ocorriam no Brasil daquela época.

Na seção anterior, ocupamo-nos da análise da representação imaginária de Antonio Conselheiro enquanto objeto do discurso, ou seja, sobre o que se fala nas notícias e nos versos dos cordéis. Nesta seção, o objetivo é verificar quais representações imaginárias têm o sujeito Antonio Conselheiro do lugar discursivo que ele ocupa, isto é, a sua imagem a partir do ponto de vista dele mesmo, tendo por base as suas prédicas manuscritas em dois livros, encontrados após o fim do épico conflito ocorrido entre 1895 e 1897, nos sertões baianos, conforme já exposto nas primeiras seções deste trabalho.

A análise seguirá o mesmo percurso de até então, amparada pelo dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso pecheutiana, principalmente pela noção de formações imaginárias, que pressupõe que as imagens que os sujeitos fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro, assim como do objeto do discurso, intervêm diretamente no processo discursivo. Para tanto, tivemos de proceder a uma eleição das prédicas que comporiam nossos *corpora*, uma vez que a análise da totalidade do manuscrito seria inexecutável.

Segundo o Dicionário de Análise do Discurso, é “o ponto de vista que constrói um *corpus*, que não é um conjunto pronto para ser transcrito” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 138). Quando se trata de analisar *corpora* na perspectiva da AD, Orlandi (2002, p. 61) destaca um outro aspecto a se considerar, que é o fato de que o analista busca descrever os gestos de interpretação do sujeito do discurso analisado. Por sua vez, como

---

<sup>16</sup> A totalidade a que nos referimos diz respeito à segunda parte do caderno manuscrito, datado de 1895, na qual se encontram prédicas com temas diversos, sequências bíblicas comentadas e reflexões. A transcrição feita por Vasconcellos, assim como a de Nogueira (1974), não se ocupa da primeira parte, por esta se tratar apenas de uma transcrição do Novo Testamento, o que “deve ter ocorrido pelo fato de Antonio Conselheiro não possuir uma Bíblia, mas tê-la tomado emprestado de padres ou outras pessoas que eventualmente a possuíssem.” (VASCONCELLOS, 2017, p. 24).

já vimos enfatizando, o próprio analista, nesse processo, também está envolvido na interpretação. Assim, uma vez que não há neutralidade nem na linguagem, nem na posição do analista, é preciso que essa posição seja relativizada, ultrapassando, assim, o “efeito de transparência da linguagem”.

Ainda que essa não seja uma tarefa fácil, necessário se faz que o analista de discurso compreenda suas limitações, a fim de não incorrer no risco de contradizer o que a própria teoria que lhe fundamenta pressupõe, afinal, a sua análise constitui, ela própria, um discurso. Ainda segundo Orlandi (2002), o trabalho de análise inicia-se a partir da definição do *corpus*, pois o trabalho de delimitação e de recortes da materialidade linguística que constituirá o objeto de análise já é, em si, um primeiro trabalho de análise.

É preciso salientar ainda, ao optarmos pela perspectiva metodológica da AD, que, embora seja tomado o linguístico como ponto de partida para empreender a análise, é o modo de funcionamento da linguagem que nos interessa. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 117):

A noção fundamental é a de *funcionamento*. Quer dizer, do ponto de vista da análise de discurso, o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, sem esquecer que esse funcionamento não é integralmente linguístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso (Grifos da autora).

Portanto, ao tomar as prédicas para análise, buscaremos evidenciar o funcionamento do discurso, isto é, os possíveis efeitos de sentido que delas emergem, considerando quem as escreveu, ou seja, Antonio Conselheiro, como este se constitui sujeito do discurso, ao ser interpelado por uma determinada ideologia e filiado a uma ou mais formações discursivas, o que implicará na imagem que ele faz do lugar do qual enuncia, assim como do lugar de interlocutor para o qual enuncia. Assim sendo, apresentamos, a seguir, as prédicas que foram selecionadas para esta pesquisa, bem como a justificativa para a essa escolha.

No livro de 1895, disponibilizado em cópia *fac-símile*<sup>17</sup> pelo Centro de Estudos Baianos, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), encontram-se sete prédicas que não estão no livro de 1897: “Sobre a Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo”, “Sobre a Justiça de Deus”, “Sobre a Fé”, “Sobre a Paciência nos Trabalhos”, “Sobre a Religião”, “Sobre a Obediência”. E apenas três prédicas que se repetem: “Sobre a Cruz”, “Sobre a Missa” e “Sobre a Confissão”. Nelas, o Conselheiro trata de diferentes temas que versam,

---

<sup>17</sup> As prédicas foram transcritas e recentemente publicadas, como já dissemos, pelo professor Pedro Lima Vasconcellos. No entanto, desde o início de nossa pesquisa, nossa fonte foi o documento digitalizado em *fac-símile*, agora, com consulta também à edição publicada em 2017, uma vez que nosso propósito não é o de realizar um trabalho meticuloso de transcrição.

necessariamente, sobre a vivência da fé, sempre embasadas na vida de Jesus, assim como nos mandamentos e dogmas da Igreja Católica. Esses temas também são encontrados no segundo manuscrito. No entanto, nem todos se repetem.

Assim, optamos por selecionar três prédicas: “Sobre a Obediência”, “Sobre a Fé” e “Sobre a Paciência nos Trabalhos”, cujo critério para a escolha reside no fato de estas tratarem de temas muito recorrentes no contexto de Belo Monte, mas, principalmente, por elas não estarem no segundo livro. Assim, acreditamos que as prédicas acima elencadas podem ser muito relevantes no sentido de perceber qual imagem Antonio Conselheiro faz do lugar do qual enuncia e como essa representação o faz falar de uma forma e não de outra.

Do manuscrito de 1897, editado e publicado em 1974 por Nogueira (1997), selecionamos outras três prédicas: “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”, “Sobre a República” e “Despedida”. Nesse caso, a escolha se deve ao fato de que tratam de contextos peculiares, respectivamente, a saber: a inauguração da Igreja construída no próprio povoado de Belo Monte, a posição do Conselheiro frente o novo regime instaurado, que para ele não tinha legitimidade por ter-se desvinculado da Igreja e, por último, mas muito relevante para a análise a qual nos propomos, a pregação em que o Conselheiro, já consciente de sua morte, despede-se de todos e pede perdão por eventuais palavras duras a eles dirigidas.

A análise empreendida nesta seção servirá, portanto, para, ao final do percurso, realizarmos um contraponto entre a imagem de Antonio Conselheiro erigida pelos jornais, pelos cordéis e por ele mesmo. Tal proposta justifica-se, assim, por intentar voltar um olhar para o que disse o próprio Conselheiro, buscando contribuir para uma revisão da imagem de retrógrado, louco e fanático, erigida pelos escritos de Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, e pelos jornais da época.

A seguir, organizamos a seção em dois momentos, correspondendo à análise das prédicas de cada um dos manuscritos, por considerarmos que as condições de produção, em sentido estrito, em que foram escritos ambos os cadernos são determinantes no modo de funcionar do discurso que emerge das prédicas: os apontamentos do primeiro caderno são datados de 1895, logo depois da visita dos freis, enviados pela Igreja com o intuito de dispersar Canudos; já o segundo caderno foi escrito pelo Conselheiro exatamente no momento em que se dava a investida das expedições militares sobre o arraial, em Canudos.

## 5.1 O CONSELHEIRO DE 1895<sup>18</sup>: ANÁLISE DE SUA IMAGEM NAS PRÉDICAS DO PRIMEIRO MANUSCRITO

Com vistas a alcançar o objetivo proposto, iniciaremos nossa análise pelas três prédicas retiradas do livro de 1895: “Sobre a Fé”, “Sobre a Paciência nos Trabalhos” e “Sobre a Obediência”. A ordem em que as apresentamos nas análises segue a mesma em que aparecem no manuscrito, ainda que possam ser tomadas independentemente.

Antes, porém, é preciso reiterar as condições de produção em que o discurso que ora analisamos, tomando por materialidade as prédicas, foi produzido. Considerando-se as condições de produção em sentido estrito, as prédicas do manuscrito do qual nos ocuparemos agora dizem respeito exatamente ao período em que a missão composta pelos freis capuchinhos foi enviada pela Igreja à Belo Monte com o propósito de dissipar aquela comunidade alternativa.

Somente dois anos após o estabelecimento de Antonio Conselheiro no arraial, seu séquito já crescia em número vertiginosamente, o que assustava as autoridades, principalmente o novo regime político, pois “Canudos não pagava impostos. A entrada de instituições e de representantes do Estado não era admitida em Canudos. Negava-se o acesso a policiais, juízes e fiscais da receita” (BARTELT, 2009, p. 77). As correspondências enviadas aos jornais baianos, como vimos na análise que fizemos na seção anterior, noticiavam os “abusos cometidos pelos jagunços”, assim como o “perigo que existia no crescimento daquele lugarejo” (CALASANS, 1997, p. 34) e pediam constantemente que as autoridades tomassem as devidas providências.

Também os coronéis, que a princípio acolhiam o peregrino em suas fazendas, justamente pela influência que este tinha sobre as massas, agora, sentiam-se ameaçados pelo projeto de Canudos, pois para lá dispndia-se sua mão de obra, em sua maioria, trabalhadores cansados da exploração nas fazendas. Até então, o Conselheiro ocupava-se apenas da transcrição dos textos bíblicos, prática comum, já que o acesso à Bíblia naquele contexto era limitado. Embora o ato do governo provisório que separava Igreja e Estado estivesse em curso, o Governador do Estado preferiu recorrer, antes, ao prestígio da Igreja na tentativa de dissipar o arraial de Canudos que crescia a cada dia.

---

<sup>18</sup> Como já dissemos, o manuscrito foi-nos disponibilizado pelo Centro de Estudos Baianos da UFBA, em *fac-símile*. Apesar de ter sido recentemente editado e publicado por Vasconcellos (2017), neste trabalho, procedemos a um trabalho de transcrição, posto que esta pesquisa já tivesse se iniciado antes da referida publicação. Nossa transcrição buscou reproduzir maximamente a forma como está no manuscrito digitalizado, incluindo-se a ortografia, diferente da vigente no país. Reiteramos, contudo, que a transcrição feita por Vasconcellos (2017) também serviu como fonte de consulta.

No entanto, a missão não foi bem sucedida e os freis capuchinhos tiveram de deixar o arraial. É justamente após a saída dos representantes da Igreja que o beato interrompe as transcrições da Bíblia para registrar seus apontamentos, os quais contêm conselhos dirigidos à prática dos fieis, sinalizando, portanto, a postura do Conselheiro frente àquela gente que cada vez mais se achegava ao arraial, assim como seus valores, suas ideias e seus projetos para a vivência daquela comunidade.

Um ligeiro exame das prédicas permite-nos inferir que seu conteúdo é essencialmente de cunho religioso e recorre a passagens da Bíblia para embasá-lo. Nesse sentido, acreditamos ser relevante considerar as especificidades desse “tipo” de discurso. O interesse de se situar primeiramente a leitura de um texto em relação aos tipos discursivos tratados e classificados por Orlandi (2001) envolve a configuração e a estruturação de um modelo de discurso, fruto da cristalização de um funcionamento – que se fixa e se define como tal na medida em que há interação entre indivíduos.

Para a linguista, “é no texto, na sua materialidade específica (seus traços) que se constitui a sua discursividade.” (ORLANDI, 2001, p. 230). Um dos muitos critérios utilizados para constituição dessas tipologias na análise de discurso é a que reflete as normas e distinções institucionais, as quais constituem também as condições de produção de um dado discurso. No entanto, a análise de um discurso não deve somente considerar a tipologia do texto que o materializa, porque, antes de tudo, o que o caracteriza não é o seu tipo, mas o seu modo de funcionamento. Por exemplo, quando discursos que não são tidos como políticos funcionam como tal (ORLANDI, 2002).

A partir da observação do modo de funcionamento dos tipos discursivos, Orlandi (2002) chega a uma classificação, considerando o modo de produção de sentidos, bem como seus efeitos: a) o discurso autoritário – em que se enquadram o religioso e o didático – o qual tende à monosemia e à paráfrase e “o objeto do discurso fica dominado pelo próprio dizer”; b) o discurso polêmico, por sua vez, vive a tensão equilibrada ou controlada entre a polissemia e a paráfrase; c) o discurso lúdico, em que a polissemia está aberta, possibilitando a inauguração de outras formas de dizer e atribuir significado (ORLANDI, 2002, p. 86).

Orlandi (2002) considera, contudo, ser importante fazer algumas observações, uma vez que essa proposta tipológica considera, primordialmente, os aspectos internos ao funcionamento discursivo, tais como as relações entre os sujeitos, a relação com os sentidos e com o próprio referente discursivo. A autora ainda chama atenção para o fato de se compreender as denominações por ela propostas para as tipologias: lúdico, polêmico e autoritário:

Não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Não se deve assim tomar, por exemplo, o lúdico no sentido do brinqueado, mas do jogo de linguagem (polissemia) e não se deve tampouco tomar pejorativamente o autoritário como um traço de caráter do locutor, uma questão moralista, mas uma questão do fato simbólico (a injunção à paráfrase) (ORLANDI, 2002, p. 87).

Tomemos as prédicas constantes nos cadernos de autoria dedicada a Antonio Conselheiro, particularmente as que compõem o *corpus* de análise deste trabalho: elas veiculam, essencialmente, conselhos voltados para o comportamento humano com vistas a adquirir a salvação da alma. O discurso apresenta-se como religioso desde a inscrição que abre a segunda parte de um dos manuscritos (de 1895) – *Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Christo para a Salvação dos Homens*, – até o seu conteúdo, que consiste tanto na reprodução de partes do Antigo e Novo Testamento quanto de orientações acerca dos dogmas da fé cristã. Vejamos, na íntegra, a prédica “Sobre a Fé”<sup>19</sup>:

Arelição Santifica tudo, não destroi cousa alguma, excepto o peccado, não prohibe as affeições naturaes; pelo contrário algumas ha que ella ordena expressamente, e o preceito mutuo é um daquelles que o Evangelho enculca com mais cuidado. Amai-vos uns aos outros, repete continuamente o Apostolo São João. Aquelle que não ama está morto, não conhece a Deus, por que Deus é amor. E na noite da Cêa, não vemos nós descansar sobre o peito de Jesús o discipulo que Elle amava? Porem para serem puras, nossas affeições, hão de ter o seu principio em Deus, e sua regra na vontade divina. Disconfia de toda afeição que perturba a paz do coração. Nenhuma creatura deve ser amada se não com uma submissão perfeita as ordens da Providência. Sempre devemos esta prompts a supportar sem queixa o que afflige mais a natureza, a ausencia, o apartamento, até a morte, lembrando-nos do que diz o Aposotolo: Não queremos, meus irmão que estejais na ignorancia pelo que toca aos fallecidos. Para que não vos entrestejais como os outros homens, que não tem esperança. Porque se acreditamos que Jesus Christo morreu e resussitou também Deus resussitará com Jesus os que nelle tiverem fallecido. Digo-vos isto segundo a palavra do Senhor. Nós que vivemos seremos também elevados com Elle nas nuvens, ao encontro de Christo no meios dos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor. Consollai-vos pois uns aos outros nestas palavras. (MACIEL, 1895, p. 146-147)

**Quadro 8** - SDs retiradas da prédica “Sobre a fé”

SD 27	Sempre devemos esta prompts a supportar sem queixa o que afflige mais a natureza, a ausencia, o apartamento, até a morte, lembrando-nos do que diz o Aposotolo: Não queremos, meus irmão que estejais na ignorancia pelo que toca aos fallecidos.
	Porque se acreditamos que Jesus Christo morreu e resussitou também Deus resussitará

<sup>19</sup> Nesta prédica, especificamente, o Conselheiro toma a passagem de I Tessalonicenses 4, 13-18 para finalizar sua reflexão, na qual o Apóstolo Paulo fala da esperança na ressurreição como forma de suportar as aflições terrenas, em especial a morte (VASCONCELLOS, 2017, p. 42).

SD 28	com Jesus os que nelle tiverem fallecido. <b>Digo-vos isto segundo a palavra do Senhor.</b>
SD 29	Nós que vivemos seremos também elevados com Elle nas nuvens, ao encontro de Christo no meios dos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Assumimos, portanto, a perspectiva teórica segundo a qual os traços constitutivos do discurso religioso integram fundamentalmente as condições de sua produção. A exemplo do que observamos na prédica “Sobre a fé”, uma das principais características desse tipo de discurso é o de ser comumente embasado e legitimado pelas escrituras sagradas, conforme o trecho destacado da SD 28, no qual o enunciador apresenta-se apenas como porta-voz da palavra divina. Por isso mesmo, o discurso religioso tende ao discurso autoritário, segundo os diferentes modos de funcionamento do discurso delimitados por Orlandi (2002). No entanto, para compreendê-lo enquanto discurso autoritário é necessário atentar para o que seja reversibilidade no discurso.

Entende-se por reversibilidade a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui. A reversibilidade é a condição do discurso, ou seja, é a interação entre locutor e ouvinte que define o espaço da discursividade e todas as formas de discurso têm como parâmetro essa interação. Porém, no discurso autoritário, embora não haja essa reversibilidade de fato, é a impressão de havê-la que o sustenta.

Como se pode constatar, a linguagem religiosa está revestida de um sentido de autoridade daquele que representa Deus, que fala em seu lugar, mas que não é Ele. Na verdade, o discurso é estruturado por meio de uma interação ilusória entre Deus e seu representante aqui na terra. O representante de Deus fala em nome de, e seu interlocutor ouve/lê/dialoga com Quem ele representa, ou seja, com a Sua representação. No caso específico do discurso religioso nas prédicas, portanto, trata-se de uma dupla representação (o que reforça a ilusão). Por isso, é muito comum que nele o sujeito discursivo faça sempre referência acerca do que é dito como “palavra de Deus” e não de homens.

Uma vez que o principal objetivo de nosso trabalho é evidenciar as representações imaginárias do sujeito discursivo nas prédicas, nossa atenção será dispensada a verificar as formações imaginárias de A no processo discursivo, tomando, sobretudo, as duas primeiras questões presentes no esquema proposto por Pêcheux (1990, p. 83): “Quem sou eu para lhe falar assim?”, questão que implica na imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A –  $I_A(A)$  – neste caso, Antonio Conselheiro, e “Quem é ele para que eu lhe fale assim?” –  $I_A(B)$  – ou seja, imagem do lugar dos interlocutores para os quais o sujeito discursivo enuncia. Isso

se justifica pelo fato de que o nosso foco é empreender a análise dos lugares atribuídos pelo sujeito discursivo conselheiro<sup>20</sup> acerca dele próprio, assim como do lugar de seus interlocutores, pois essa representação imaginária é constitutiva do lugar de onde fala.

Antonio Maciel, ou Antonio Conselheiro, como começou a ser chamado, uma vez que dispensava conselhos acerca da moral cristã, iniciou suas andanças pelo sertão após sofrer grandes decepções em seu casamento e também devido às enormes dívidas que contraía, depois de perder os bens que possuía. Encontrou no nordeste da Bahia campo fértil para as suas pregações de cunho religioso em meio a sertanejos isolados dos grandes centros urbanos, castigados pelas secas, descrentes das autoridades e sedentos de orientação religiosa, haja vista que o número de padres na região era muito pequeno para atender a tantos cristãos fervorosos. Revestido de uma postura de representante de Deus, começou a peregrinar pelo sertão construindo igrejas, açudes, canais de irrigação e muros de cemitério:

Seu modo simples de viver e sua prática mística granjearam a admiração de lavradores humildes, imbuídos do forte sentimento cristão que se cristalizara em três séculos de fé, mas sedentos de compreensão, de terra e de justiça não encontrados no seio das elites rurais ou dos missionários que apareciam esporadicamente. Depois de peregrinar sozinho por fazendas e povoados, sempre dependendo da hospitalidade do sertanejo, dormindo pouco e mal se alimentando, conseguiu ganhar o respeito e a veneração das pessoas. Passou a construir e reconstruir capelas e cemitérios por onde passava. (ARAS, 2003, p. 139)

Com a sua postura de profeta, com barba e cabelos compridos, sua vestimenta característica – o roupão azul – e seu cajado, o Conselheiro compunha a imagem de um religioso em meio a um povo de religiosidade muito forte, como se um novo Moisés estivesse a peregrinar pelo sertão para, mais uma vez, guiar o povo rumo à terra prometida. É a partir desse estereótipo de beato que se constitui a imagem do peregrino:

Trajava chambre azulão, chapéu de abas largas, e alpercatas. Uma vara forte lhe servia de bengala. Embaixo do braço um livro volumoso que lia nas fazendas. Não carregava matalotagem. Onde chegava dava “bons conselhos”. Os cristãos davam-lhe algum alimento, pois comia muito pouco, principalmente carne. (ARAS, 2009, p. 16)

De acordo com o que vimos enfatizando, o esquema pecheutiano compreende que o que há na estrutura social são lugares instituídos, os quais, por sua vez, incidem nas representações imaginárias dos sujeitos do discurso, determinando o que pode e deve ser dito,

---

<sup>20</sup> Ao fazermos referência ao Conselheiro, salientamos que o faremos considerando o lugar socialmente instituído daquele que é visto pelos fieis como conselheiro. Desse modo, reportamo-nos não ao sujeito empírico Antonio Conselheiro, mas à representação imaginária do lugar por ele ocupado no processo discursivo.

conforme as formações discursivas que os interpelam. No que se refere ao funcionamento do discurso religioso, precisamos considerar que as imagens, tanto do peregrino/conselheiro quanto do fiel, já estão dadas, isto é, já foram construídas a partir do lugar social que cada um dos sujeitos envolvidos na constituição desse discurso ocupa. Então, podemos afirmar, a partir do preconiza Pêcheux (1990), que as formações imaginárias estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior da formação social que o ideológico se estabelece, determinando, a partir da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo as imagens que representam tais lugares.

Além disso, o discurso religioso reproduz um saber já “conhecido” e esperado pelo interlocutor. Os lugares sociais representativos acabam por estabelecer padrões de conduta – humanas e linguísticas. Quem fala ou escreve o faz de um lugar para alguém previamente situado; quem ouve ou lê, também o faz de um lugar já delimitado. O séquito daqueles a quem o Conselheiro dirigia suas prédicas, convém lembrar, era composto por ex-escravos, escravos fugidos, sertanejos explorados pelos coronéis, andarilhos, ex-agricultores etc. Muitos com um alto grau de religiosidade e temor a Deus, como é comum ao homem do sertão, especialmente naquele contexto de predominância do catolicismo popular tradicional.

Desse modo, temos que o lugar de beato, de peregrino que prega a Palavra de Deus é social e historicamente construído, especialmente no contexto dos sertões baianos onde a figura de beato dispunha de prestígio tanto quanto os padres. Por essa razão, ao analisarmos as características macro-estruturais do texto das prédicas, tomando sua superfície linguística, intentamos, muito mais que considerar apenas sua textualidade, observar o modo de funcionar do discurso que delas emergem, assinalando como o jogo de imagens dos protagonistas intervém nas condições de produção do discurso, nesse caso, especificamente, a imagem que o Conselheiro, ao se constituir sujeito do discurso, tem do lugar social do qual enuncia, assim como do lugar do outro, isto é, daqueles que compunham seu séquito.

Vejamos, a seguir, o texto da prédica “Sobre a Paciência nos Trabalhos”, da qual também selecionamos algumas SDs que nos permitirão visualizar o processo discursivo nas prédicas:

Permita Deus que nossa alma seja algumas vezes como abandonada. Nenhuma consolação, nenhuma luz, más de todas as partes provações, trabalhos, tentações, angustias: parece-lhe que vai sucumbir porque não sente já o braço que assustentava. Que faremos então? Diremos como Jesus: Meu Deus, meu Deus, por que me desamparastes? E contudo ficaremos em paz no sofrimento, e nas trevas, até que declinem as sombras e descubramos a aurora de um novo dia. Este estado é o maior exercício da fé [...]. Oh! Quantas graças são o fructo desta agonia supportada com humilde

paciência! Oh! quantos peccados resgata este padecimento!! Então se completa em nós o mysterio da salvação e vimos a ser verdadeiramente conformes a Jesus, contanto que não cescemos derepeti, com uma fé sincera, estas palavras de resignação: sim, pai meu, aceito o Calix, quero bebê-lo até as fezes; Sim, Pai Santo, porque essa é vossa vontade. Por que não aprendo de vós, meu Divino Mestre, aonde hei de ir buscar o remédio consollação quando me vejo tentado e afligido? Por que busco fora de vós consollação alegria de minha alma? Quem me a póde dar senão vós? Adoro-te, divina e amorosa mão que castigando conso-las, atribulando animas, afligindo alegras, derribando alevantas e matando dás vida. (MACIEL, 1895, p. 148-149)

**Quadro 9** – SDs retiradas da prédica “Sobre a Paciência nos Trabalhos”

SD 30	Que faremos então? Diremos como Jesus: Meu Deus, meu Deus, por que me desamparastes?
SD 31	Então se completa em nós o mysterio da salvação e vimos a ser verdadeiramente conformes a Jesus, contanto que não cescemos derepeti, com uma fé sincera, estas palavras de resignação: sim, pai meu, aceito o Calix, quero bebê-lo até as fezes; Sim, Pai Santo, porque essa é vossa vontade.
SD 32	Por que não aprendo de vós, meu Divino Mestre, aonde hei de ir buscar o remédio consollação quando me vejo tentado e afligido? Por que busco fora de vós consollação alegria de minha alma? Quem me a póde dar senão vós?

**Fonte:** Elaborado pela autora

Diferentemente do que sugere o título da prédica, o Conselheiro trata não especificamente dos trabalhos diários, mas sobre ser necessário manter-se firme e em paz, mesmo diante de toda sorte de provação e sofrimento que a vida terrena impõe à alma humana. Podemos observar, mais uma vez, que o sujeito discursivo, filiado à ideologia da religiosidade cristã, projeta a imagem daquele que fala em nome de Deus, cujo propósito é assemelhar-se ao Cristo, conforme observamos nas expressões “Diremos como Jesus” (SD 30) e “conformes a Jesus” (SD 31).

Nas sequências que destacamos, assim como em toda esta prédica e nas demais, observamos um sujeito discursivo que expressa a formação imaginária do lugar de quem busca viver ardentemente os pressupostos cristãos – a fé, a paciência, a resignação e a obediência –, marcados, sobretudo, pelo uso recorrente das expressões “mysterio da salvação”, “fé sincera”, “vossa vontade”, “peccado”, “aflição”, as quais remetem ao universo de significado próprio do cristianismo, segundo o qual é preciso suportar, durante a vida terrena, as dores, assim como Jesus suportou, para, ao fim da vida neste plano terreno, alcançar o prêmio, a glória eterna.

Nesse sentido, o sujeito discursivo assume a posição de quem aceita as provações como algo necessário ao fiel que deseja alcançar a salvação. Assim, é possível empreender a imagem que o sujeito tem do lugar que ele ocupa: aquele que fala em nome de Deus, que

busca incessantemente viver o que viveu Jesus – conforme textualizado na SD 32, por exemplo, (“Por que não aprendo de vós...”). Mas também podemos constatar a imagem que o sujeito discursivo tem do lugar de seus interlocutores, isto é, I<sub>A</sub> (B): homens e mulheres sofredores, mas que não sucumbem às tentações, porque exercitam a fé.

Da mesma forma, a prédica intitulada “sobre a Obediência” evoca essa mesma formação imaginária:

A criatura deve estar sempre prompta a obedecer, nunca afrouxá nem desanimá. Na tristeza, e na alegria, na consolação e no soffrimento, louva e bem diz igualmente aquillo que fere e cura segundo os divinos conselhos em penetráveis a humana criatura. Se attentação vem prova-lo peleja, resiste com animo soccegado, por que não conta sobre suas próprias forças, e espera a Victoria do auxillio que vem do alto. [...] Desapegado da terra e de suas vaidades, que chamam bens, que quer elle? O que Deus quizer, não tem outra vontade nem outro desejo. Se o filho de Deus se fez obediente até a morte, e morte da cruz, que homem há que recuse obedecer-lo? No mundo não há ordem nem vida senão pela obediencia: ella é o laço dos homens entre si e com seu autor o fundamento da paz, eo principio da harmonia universal. A familia, a cidade, a igreja não subsistem se não pela obediencia, a mais alta perfeição nas criaturas não é mais que uma perfeita obediência: ella só nos preserva do erro do peccado. Quando obedecemos a um homem revistido de autoridade, obedecemos a Deus; elle é o único Monarcha, e todo o poder legitimo é uma emanação de sua Omnipotencia Eterna. Todo poder vem de Deus, diz o Apostolo, está sugeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal, como na espiritual; de sorte que obedecendo ao Pontifice, ao Príncipe, ao Pai a quem é realmente Ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. Feliz aquelle que comprehende esta celstial doutrina; livre da escravidão do erro e das paixões, dócil à voz de Deus e da consciência gosa da verdadeira liberdade dos filhos de Deus. (MACIEL, 1895, p. 161-162)

**Quadro 10** – SDs retiradas da prédica “Sobre a Obediência”

SD 33	A criatura deve estar sempre prompta a obedecer, nunca afrouxá nem desanimá. Na tristeza, e na alegria, na consolação e no soffrimento, louva e bem diz igualmente aquillo que fere e cura segundo os divinos conselhos em penetráveis a humana criatura
SD 34	Desapegado da terra e de suas vaidades, que chamam bens, que quer elle? O que Deus quizer, não tem outra vontade nem outro desejo. Se o filho de Deus se fez obediente até a morte, e morte da cruz, que homem há que recuse obedecer-lo?
SD 35	A familia, a cidade, a igreja não subsistem se não pela obediencia, a mais alta perfeição nas criaturas não é mais que uma perfeita obediência: ella só nos preserva do erro do peccado.
SD 36	livre da escravidão do erro e das paixões, dócil à voz de Deus e da consciência gosa da verdadeira liberdade dos filhos de Deus.

**Fonte:** Elaborado pela autora

O conteúdo desta prédica apresenta o ponto central da visão de mundo do líder religioso, assim como sua maneira subjetiva de entender as relações humanas, fundamentadas

na crença de uma vida após a morte, o que pode ajudar a entender os fatos que se desenrolaram em torno da saga de Belo Monte. Semelhante ao que se observou nas prédicas anteriores, nesta também se projeta a imagem de quem aconselha e orienta a vida na fé, mas esta, diferente do que se viu até aqui, apresenta um tom mais incisivo e de advertência, de alguém que tem autoridade para dizer o que diz, uma vez que é o líder daquele povo e que, portanto, tem a missão de fazê-los crer que a obediência é essencial para que se mantenham firmes na fé (SD 33).

Além disso, filiado à ideologia de que o cristão é outro Cristo, o sujeito apresenta a imagem de um homem humilde, desapegado dos bens materiais, de quem está disposto a tudo pelo que acredita, inclusive, a morte, pela qual passaram ele e muitos dos que o seguiam (SD 34). Tal imagem se fortalece, sobretudo, após os missionários, enviados pela Igreja para dispersá-los, deixarem o arraial. Neste contexto, o povo prefere “obedecer” ao Conselheiro às ordens dos capuchinhos.

O último trecho da prédica, inclusive, reforça a necessidade de se obedecer à hierarquia da Igreja, no entanto, parece já apontar para o seu posicionamento contrário ao novo regime recém-instaurado, a República, defendido pelos freis na visita ao arraial (SD 35). Se considerarmos que o arraial de Belo Monte crescia vertiginosamente, a necessidade de obediência à palavra daquele que falava em nome de Deus aos que ali viviam era cada vez mais urgente.

Com as SDs destacadas, aciona-se, na memória discursiva religiosa, o lugar de representante de Deus, de quem busca assemelhar-se ao Cristo: antes, tendo de suportar as dores e as perseguições, tal como o Filho de Deus; depois, alcançando a glória eterna. Fundamentalmente, por se tratar do discurso religioso, quanto mais próximo dos dizeres da Sagrada Escritura, mais coerente se mostrará. Por isso, a referência constante às passagens da Bíblia, especialmente as que narram a vida de Jesus, são constantemente presentes nas prédicas, como se vê no trecho da SD 34 – Se o filho de Deus se fez obediente até a morte, e morte da cruz, que homem há que recuse obedecer-lo? –, uma referência à passagem bíblica de Filipenses<sup>21</sup>.

Contudo, ainda que sejam os mesmos dizeres, os efeitos de sentido podem ser diferentes. Isto porque estão relacionados às condições de produção específicas, se consideramos a situação estrita em que são enunciados, assim como as formações discursivas pelas quais é interpelado quem os produz, isto é, aquele que assume o lugar de enviado de

---

<sup>21</sup> Ver em Filipenses 2, 8.

Deus, diante de um séquito formado por sertanejos, para os quais o lugar de beato era constituído na memória discursiva como exemplo de penitência e fé, conforme atesta Otten (1990), ao tratar das práticas do “catolicismo rústico”, praticado no interior do país:

Os missionários, por seus sermões e por seu exemplo de vida, fortaleceram no sertão esta visão de ânsia pela salvação eterna, de fuga do mundo, de rigorismo penitencial. [...] Já em tempos anteriores, nos movimentos de “santidade”, sobressaem o elemento penitencial e o entusiasmo pela peregrinação. A sintonia da alma popular com esta vida peregrina e penitencial revela-se no fato de que muitos acompanhavam e seguiam os missionários ou também os peregrinos leigos, chamados beatos. (OTTEN, 1990, p. 123)

## 5.2 O CONSELHEIRO DE 1897: ANÁLISE DE SUA IMAGEM NAS PRÉDICAS DO SEGUNDO MANUSCRITO

Reiteremos, ainda, que já o tenhamos assinalado algumas vezes, que as condições de produção são determinantes na prática discursiva e as formações imaginárias que os sujeitos protagonistas do discurso constroem dos lugares de onde enunciam integram essas condições. Por essa razão, destacamos em separado a análise das três prédicas a seguir, retiradas do manuscrito de 1897, as quais foram escritas ou ditadas pelo Conselheiro já depois de iniciado o conflito com as forças republicanas.

A primeira prédica que tomamos para análise, nesta subseção, diz respeito à ocasião em que o Conselheiro inaugura a Igreja de Santo Antonio, construída no arraial de Belo Monte com o apoio material e braçal de seus adeptos. Nela, o beato agradece a todos que "concorreram com as suas esmolas e com os seus braços" para a edificação da igreja, garantindo-lhes que a recompensa virá do Bom Jesus. Em seguida, explana sobre o surgimento do catolicismo, sobre o sacrifício de Cristo para a remissão do pecado original e a importância da obediência aos "Mandamentos da Lei de Deus". Dada sua extensão, 15 fólios, destacamos apenas os trechos iniciais e finais desta prédica, os quais acreditamos serem relevantes para nossa análise. Vejamos, a seguir, a primeira parte:

Seria sem dúvida uma consideração mui mal entendida, se eu me conservasse em silencio com relação ao assunto que a faz objeto de tanto júbilo no dia de hoje, como indigno encarregado da construção da Igreja de Santo Antonio, padroeiro deste lugar, cuja obra se acha feita em virtude do poderoso auxílio do Bom Jesus, no ato de receber a chave da Igreja do seu servo eu deixasse de publicar as maravilhas de tão belíssima pessoa. [...] Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e

moveu os corações dos fieis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo. Maravilhosas, como dizia Moisés nos transportes de seus júbilos, são as tuas obras, justos são os teus juízos. Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo Antonio se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio. Aqueles, porém, que concorreram com as suas esmolas e com os seus braços, podem estar certos que o Bom Jesus os recompensará generosamente; eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da Igreja do servo do Senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo que tanto os caracteriza. O dia de hoje, fieis, nos vem comemorar tão belo acontecimento para a nossa religião santa, quando se trata da realização de um templo tão útil, tão aceitável e agradável a Deus. (MACIEL, 1897, p. 537-541 apud NOGUEIRA, 1997, p. 181).

**Quadro 11** – SDs retiradas da prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”.

SD 37	Seria sem dúvida uma consideração mui mal entendida, se eu me conservasse em silencio com relação ao assunto que a faz objeto de tanto júbilo no dia de hoje, como indigno encarregado da construção da Igreja de Santo Antonio, padroeiro deste lugar, cuja obra se acha feita em virtude do poderoso auxílio do Bom Jesus, no ato de receber a chave da Igreja do seu servo eu deixasse de publicar as maravilhas de tão belíssima pessoa.
SD 38	Foi o Bom Jesus (nutro a mais íntima satisfação de declarar-vos) que tocou e moveu os corações dos fieis para me prestarem as suas esmolas e os seus braços a fim de levar a efeito a obra do seu servo.
SD 39	Impossível seria, fiéis, eu fazer a Igreja de Santo Antonio se o Bom Jesus deixasse de prestar-me o seu poderoso auxílio.
SD 40	eles devem ficar plenamente satisfeitos por terem concorrido para a construção da Igreja do servo do Senhor, na doce esperança de um dia serem participantes da sua glória, à vista do seu testemunho que demonstra o zelo que tanto os caracteriza.

**Fonte:** Elaborado pela autora

No trecho acima, retirado dos primeiros fólhos da prédica ora destacada, o sujeito discursivo, ocupando a posição de um “indigno encarregado da construção da Igreja de Santo Antonio”, apresenta-se como apenas um “servo” do “Bom Jesus”, sem cujo auxílio não teria conseguido construir o templo (SD 37). Tais dizeres também reforçam a formação imaginária evidenciada até aqui nas prédicas: do lugar de representante de Deus perante homens e mulheres que buscam fazer a Sua vontade acima de tudo, pois creem que a vida terrena é apenas uma passagem para alcançar a vida eterna (SD 40). Ao mesmo tempo, emerge também a imagem de um peregrino que reconhece a generosa colaboração tanto daqueles que contribuíam financeiramente quanto dos que ajudaram com o trabalho braçal, movidos pelo Bom Jesus, o que reforça a imagem de líder religioso humilde, prudente e sábio, que dedica a Deus tudo o que fora construído sob sua liderança (SD 38).

Ao longo da prédica, nos fólhos não transcritos aqui, o Conselheiro recorre a passagens bíblicas do Antigo Testamento, as quais fazem referência ao personagem bíblico Moisés, além de, como o faz em todas as prédicas, mencionar episódios da vida de Jesus, sobretudo o que trata da recusa dos Judeus às palavras do Filho de Deus. Estas passagens, encaixadas de forma aceitável e lógica, servem para fundamentar a crítica do beato aos maçons, protestantes e republicanos que não respeitam a religião do Bom Jesus. Mais, adiante, Conselheiro assim encerra a prédica:

Vejam, fiéis, se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos de nosso Bom Deus a construção dos templos. À vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos templos? Quem ainda se nutrirá da tibieza e indiferentismo para fim tão útil e importante, que se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com seus braços para a construção de tão belas obras. (MACIEL, 1897, p. 551-552 apud NOGUEIRA, 1997, p. 183).

**Quadro 12** – Outras SDs retiradas da prédica “Sobre o recebimento da chave da Igreja de Santo Antonio, Padroeiro do Belo Monte”.

SD 41	Vejam, fiéis, se não é de grande utilidade e agradável aos divinos olhos de nosso Bom Deus a construção dos templos. À vista destas verdades quem deixará de concorrer para a construção dos templos?
SD 42	...se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus, certamente não deixaria de concorrer com suas esmolas e com seus braços para a construção de tão belas obras.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Nas duas SDs destacadas acima, observamos um sujeito discursivo que, filiado à ideologia da obediência à vontade de Deus, preconizada pelo discurso religioso, justifica a importância da construção do templo, utilizando-se de determinados recursos linguísticos, tais como o uso das perguntas retóricas. Conforme ressaltam Pêcheux e Fuchs (1990, p. 172), a relação que existe entre os processos discursivos, objetivo do analista do discurso, e a língua é a de que “estando os processos discursivos na fonte da produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o lugar material onde se realizam estes efeitos de sentido”.

Assim, buscamos não uma análise da função linguística do que é dito/escrito, mas o seu modo de funcionar. Nesse sentido, o que observamos é que o uso das perguntas retóricas, por exemplo, não tem por objetivo obter uma resposta aos questionamentos acerca da utilidade ou não da construção dos templos, ou se poderá alguém deixar de comungar dessa verdade (SD 41). Na realidade, as perguntas de que se apropria o Conselheiro fazem funcionar um discurso de que, “à vista destas verdades”, não há outra possibilidade senão a de

crer que é dever dos fiéis colaborar para a construção da Igreja, pois “se bem considerasse a criatura os merecimentos que em vida mesmo alcança de Deus” não se recusaria a ajudar (SD 42).

Da mesma forma, o uso de adjetivos cumpre o papel de reforçar, positivamente, a construção do templo como uma realização da vontade de Deus. Assim como também o uso do verbo “Vejam” (SD 41) no modo imperativo afirmativo, o qual funciona, no discurso religioso, como uma recomendação ou uma ordem, segundo a palavra Daquele a quem o enunciador representa. Também o vocábulo “fiéis”, no contexto do discurso religioso, possui uma carga semântica bastante significativa, pois está relacionado àquele que é leal, constante, que não vacila. Desse modo, quando o enunciador utiliza repetidas vezes essa palavra, desperta no interlocutor as qualidades que a referenciam, assim como a formação imaginária do lugar desse interlocutor (SD 41).

A seguir, trazemos o primeiro trecho da prédica intitulada pelo Conselheiro “A companhia de Jesus – O casamento civil – A família Imperial – A libertação dos escravos”<sup>22</sup>. O tema recorrente é, portanto, o novo regime instaurado, a República:

Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fieis, de um assunto que só a incredibilidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. Hoje, porém, foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. Admiro o procedimento daqueles que têm corrido com o seu voto para realizar-se a república, cuja ideia tem barbaramente oprimido a igreja e os fieis: chegando a incredibilidade a ponto de proibir até a Companhia de Jesus; quem pois não pasma a vista de tão degradante procedimento? Quem diria que houvesse homens que partilhassem de semelhante ideia. A república é o ludíbrio da tirania para os fieis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroroso efeito!! (MACIEL, 1897, p. 560-562 apud NOGUEIRA, 1997, p. 185)

**Quadro 13** – SDs retiradas da prédica “Sobre a República”

SD 43	Agora tenho de falar-vos de um assunto que tem sido o assombro e o abalo dos fieis, de um assunto que só a incredibilidade do homem ocasionaria semelhante acontecimento: a república, que é incontestavelmente um grande mal para o Brasil...
SD 44	Hoje, porém, foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião.
SD 45	Admiro o procedimento daqueles que têm corrido com o seu voto para realizar-se a república, cuja ideia tem barbaramente oprimido a igreja e os fieis: chegando a

<sup>22</sup> Conforme já dissemos na seção em que apresentamos os manuscritos, o título pelo qual ficou mais conhecida essa prédica – Sobre a República – foi inserido por Nogueira (1997, p. 185).

	incredibilidade a ponto de proibir até a Companhia de Jesus
SD 46	A república é o ludíbrio da tirania para os fieis. Não se pode qualificar o procedimento daqueles que têm concorrido para que a república produza tão horroroso efeito!!

**Fonte:** Elaborado pela autora

Esta é a prédica mais extensa de todas. Ocupa nada mais nada menos que 34 fólhos do manuscrito, nos quais Antonio Conselheiro expõe veementemente sua oposição à República nascente. Aqui, o sujeito discursivo, filiado à formação ideológica do campo religioso-cristão, é interpelado tanto pela formação discursiva religiosa quanto política, posicionando-se veementemente contra o novo regime (SD 43). Ainda assim, percebemos que é a formação discursiva religiosa que o atravessa mais significativamente, uma vez que as razões que o motivaram a combater o regime são puramente religiosas.

Na sua perspectiva, a República é uma ameaça, pois é o “meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião” (SD 44), “cuja ideia tem barbaramente oprimido a igreja e os fieis”, chegando ao ponto de proibir a Companhia de Jesus, que somente fazia o bem (SD 45). Nas SDs destacadas, aciona-se a imagem daquele que é guardião da religião, cumprindo a vontade de Deus.

Distintamente das prédicas até aqui analisadas, nas quais a imagem projetada era de um conselheiro sereno, cuja missão era despertar nos fieis a fé e a obediência à vontade divina, na prédica em questão, o sujeito discursivo se mostra indignado com a incredulidade daqueles que defendem o governo republicano (SD 43), fazendo emergir a imagem de um homem mais severo. Sua discordância e total aversão são justificadas pelo fato de que o governo, ora vigente no país, foi o responsável por separar a Igreja do Estado, instituir o casamento civil, proibir a Companhia de Jesus etc. (SD 45). Para o Conselheiro, a República era ilegítima, pois o poder legítimo era emanado de Deus e só a quem Ele delegasse esse poder era permitido governar e, por isso, defendia o retorno da Monarquia.

Vejamos mais três excertos da referida prédica:

Homens que olham por um prisma, quando deviam impugnar generosamente a república, dando assim brilhante prova da religião. Demonstrado, como se acha, que a república quer acabar com a religião, esta obra prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; por que Deus protege a sua obra: ela tem atravessado no meio das perseguições; mas sempre triunfando da impiedade. Por mais ignorante que seja o homem, conhece que é impotente o poder humano para acabar com a obra de Deus. Considerem, portanto, estas verdades que devem convencer àquele que concebeu a ideia da república, que é impotente o poder humano para acabar com a religião. (MACIEL, 1897, p. 563 apud NOGUEIRA, 1997, p. 186)

É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? (MACIEL, 1897, p. 567-568 apud NOGUEIRA, 1997, p. 186-187)

É erro de aquele que diz que a família real não há de governar mais o Brasil: se este mundo fosse absoluto, devia-se crer na vossa opinião, mas não há nada de absoluto neste mundo, porque tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus, que dissipa o plano dos homens e confunde do modo que quer, sem mover-se do seu trono. A república há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa idéia. (MACIEL, 1897, p. 615 apud NOGUEIRA, 1997, p. 193)

**Quadro 14** – Outras SDs retiradas da prédica “Sobre a República”

SD 47	Demonstrado, como se acha, que a república quer acabar com a religião, esta obra prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo; por que Deus protege a sua obra: ela tem atravessado no meio das perseguições;
SD 48	É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei.
SD 49	... porque tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus, que dissipa o plano dos homens e confunde do modo que quer, sem mover-se do seu trono.
SD 50	A república há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa idéia.

**Fonte:** Elaborado pela autora

É notável o modo como Antonio Conselheiro se refere à República através do léxico que seleciona – “o assombro e o abalo dos fieis” (SD 43), “grande mal para o Brasil” (SD 43), “ludíbrio da tirania para os fieis” (SD 46), “princípio falso” (SD 48), “por si é má” (SD 48), “tão horrorosa idéia” (SD 50) –, o qual sinaliza também que o sujeito tem a representação imaginária de que tem autoridade para dizer o que diz. Uma vez que nossa sociedade é organizada segundo relações hierarquizadas, estabelecendo o que Orlandi (2002, p. 39) chama relações de forças, “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. É assim que Conselheiro assume a posição de quem tem respaldo para dizer o que diz, pois, na verdade, o que diz é palavra de Deus e os que o ouvem acolhem-na.

Nas SDs 49 e 50, fica explícito que o Conselheiro não incita a luta armada contra as forças republicanas, porque para ele não seria necessário, uma vez que “tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus” que se ocuparia de fazer cair por terra o regime republicano. Pelo que se observa, foram motivações religiosas que o mobilizaram na luta contra as forças

republicanas. E é interpelado pela Palavra de Deus que o sujeito desse discurso associa a sua imagem a de um líder, representante de Deus, destemido e defensor da religião católica. É assim que, alguns meses depois, o arraial se vê sob forte ataque bélico, já praticamente destruído.

Nesse contexto é que o Conselheiro escreve sua última prédica, intitulada “Despedida”. Dada a sua relevância para a análise proposta neste trabalho, e por não ser tão extensa, reproduzimo-la integralmente:

Praza aos céus que abundantes frutos produzam os conselhos que tendes ouvido; que ventura para vós se assim o praticardes; podeis entretanto estar certos de que a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, nossa luz e força, permanecerá em vosso espírito. Ele vos defenderá das misérias deste mundo; um dia alcançareis o prêmio que o Senhor tem preparado (se converterdes sinceramente para Ele) que é a glória eterna. Como não ficarei plenamente satisfeito sabendo da vossa conversão, por mim tão ardentemente desejada. Outra coisa, porém, não é de esperar de vós à vista do fervor e animação com que tendes concorrido para ouvirdes a palavra de Deus, o que é uma prova que atesta o vosso zelo religioso. Antes de fazer-vos a minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia não concebam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa reputação. Sim, o desejo que tenho da vossa salvação (que fala mais alto do que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira. Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus. É chegado o momento para me despedir de vós; que pena, que sentimento tão vivo ocasiona esta despedida em minha alma, à vista do modo benévolo, generoso e caridoso com que me tendes tratado, penhorando-me assim bastante! São estes os testemunhos que me fazem compreender quanto domina em vossos corações tão belo sentimento! Adeus, povo, adeus aves, adeus árvores, adeus campos, aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja. Praza aos céus que tão ardente desejo seja correspondido com aquela conversão sincera que tanto deve cativar o vosso afeto. (MACIEL, 1897, p. 624-626 apud NOGUEIRA, 1997, p. 196-197).

**Quadro 15** – SDs retiradas da prédica “Despedida”

SD 51	Praza aos céus que abundantes frutos produzam os conselhos que tendes ouvido; que ventura para vós se assim o praticardes
SD 52	Como não ficarei plenamente satisfeito sabendo da vossa conversão, por mim tão ardentemente desejada. Outra coisa, porém, não é de esperar de vós à vista do fervor e animação com que tendes concorrido para ouvirdes a palavra de Deus, o que é uma prova que atesta o vosso zelo religioso.
SD 53	Antes de fazer-vos a minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido.
SD 54	Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao

	santo temor e amor de Deus, todavia não concebiam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa reputação
SD 55	Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus.
SD 56	aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Na prédica, Conselheiro parece já estar consciente de sua morte, ou por já estar doente, ou por as tropas republicanas já estarem cercando o arraial<sup>23</sup>. Nela, reitera-se a imagem de alguém extremamente religioso, aconselhador, cujo mais profundo desejo é de que os seus conselhos tenham servido à conversão dos seus fieis seguidores (SD 51). Externando humildade, gratidão e ao mesmo tempo súplica, registra um pedido de perdão aos seus seguidores: “peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido” (SD 53), “não concebiam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa salvação/ peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus” (SD 54).

Esta prédica, particularmente, permite evidenciar as formações imaginárias que o sujeito discursivo tem do seu lugar –  $I_A(A)$  – e do lugar de seus interlocutores –  $I_A(B)$ . Interpelado pela concepção de que é o responsável pela expressão de fé daquele povo que o seguia, a imagem projetada no discurso é a de um peregrino humilde, pois reconhece que pode ser sido excessivo em suas palavras, que pode ter exagerado em suas exortações, mas, ao mesmo tempo, reconhece que era esse seu papel, exprimindo a imagem de um pai, que tinha a verdadeira preocupação para com seus filhos na fé. Nessa esteira, o sujeito mostra ter uma formação imaginária de seus interlocutores como aqueles que ouviram seus conselhos e esforçaram-se sinceramente para praticá-los, isto é, a de pessoas de extrema religiosidade e fé.

Na prédica em questão, o plural da segunda pessoa – vos converterdes, ouvirdes, vossa conversão –, usado para referir-se àqueles a quem direciona sua despedida, demonstra o modo como funciona o discurso da prédica e os possíveis efeitos de sentido que dela emergem. Assim, a forma como se expressa e as palavras que escolhe usar apontam para uma relação de proximidade e afetividade, além de uma sincera comoção e adesão à proposta de conversão – “se converterdes sinceramente a Ele” – ao referir-se à “gloria eterna” como “prêmio que o Senhor tem preparado”, ou ainda ao reconhecer “o fervor e animação” como prova do “zelo religioso” daqueles que o seguiam.

<sup>23</sup> Os historiadores não afirmam ao certo a causa da morte. Uns afirmam ter sido atingido por estilhaços de uma granada lançada sobre a Igreja onde estava; outros, dizem ter sido acometido por uma desintéria.

Desse modo, pedir perdão, reconhecer e arrepende-se dos erros, justificando-os pela vontade de acertar, podem ser vistos, da mesma forma, como mecanismo de antecipação, por parte de quem enuncia, da representação imaginária daqueles a quem se dirige, demonstrando que se importa com o que seus seguidores pensam/sentem a seu respeito, conforme demonstra a SD 55:

SD 55	Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus.
-------	---

Após expor as razões de sua empreitada, valorizar os esforços dos que com ele conviveram e reconhecer seus erros, pedindo perdão, Conselheiro encerra sua despedida em tom saudoso, expondo suas fragilidades, ao se apresentar também como pecador, como se vê na SD retomada a seguir:

SD 56	aceitai a minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino, que aspira ansiosamente a vossa salvação e o bem da Igreja.
-------	--

Longe de ser uma análise exaustiva – muito ainda poderia ser apontado, tanto em relação à noção de formações imaginárias quanto a outras noções propostas pela AD – podemos inferir que as sequências discursivas analisadas, consideradas as suas condições de produção, apresentam uma imagem recorrente dos protagonistas dos discursos, a partir das prédicas, na medida em que os sujeitos são interpelados pela mesma ideologia: religiosidade do catolicismo popular tradicional de fins do século XIX no interior do nordeste brasileiro.

Nessa perspectiva, o que funciona no processo discurso são as formações imaginárias apontadas até aqui, ou seja, a imagem que o sujeito discursivo Conselheiro faz do lugar de si e do lugar do outro, seus seguidores. Assim, temos no imaginário o lugar de beato peregrino, de conselheiro, que fala em nome de Deus, para sertanejos extremamente religiosos, para os quais a vida além da morte era uma certeza e um alívio para as dores terrenas. É assim que, por meio do processo de antecipação, é possível ao sujeito discursivo experimentar as posições sociais e se filiar a determinadas formações discursivas a partir desses lugares.

No quadro a seguir, com base do esquema pecheutiano, sintetizamos a análise empreendida nas prédicas, cujo objetivo foi evidenciar a imagem de Antonio Conselheiro do lugar de si, considerando-se também a imagem projetada por ele do lugar do outro, igualmente importante para que elaborasse seus dizeres de uma forma e não de outra. Na seção seguinte, retomaremos essas análises, com vistas a realizar um contraponto entre o

ponto de vista dos correspondentes dos jornais e do cordelista acerca do Conselheiro, assim como dele mesmo.

**Quadro 16** – Formação imaginária de Conselheiro acerca do lugar de si e do outro no processo discursivo, com base no esquema pecheutiano.

EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA RESPOSTA SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
I <sub>A</sub> (A)	Imagem do lugar de <b>conselheiro/peregrino</b> para o sujeito colocado no lugar de conselheiro/peregrino	<p>“Eu sou um humilde servo de Deus, apenas porta-voz de sua Palavra, responsável por fazer conhecer e cumprir a Sua vontade.”</p> <p>“Eu sou um guardião da verdadeira religião do Bom Jesus, obediente à lei de Deus e não a leis humanas, como a República.”</p>
I <sub>A</sub> (B)	Imagem do lugar dos <b>fieis/seguidores</b> para o sujeito colocado no lugar de conselheiro/peregrino	<p>“Eles são sertanejos que, como eu, sofrem as dores terrenas e são injustiçados pelos poderosos.”</p> <p>“Eles são meus filhos na fé, os quais têm um ardente desejo de conhecer a Palavra de Deus e fazer a Sua vontade.”</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora

## 6 UM CONTRAPONTO: A IMAGEM DO CONSELHEIRO CONSTRUÍDA PELO OLHAR DO OUTRO E POR ELE MESMO

Nesta seção, nosso objetivo é fazer um contraponto a partir dos resultados das análises feitas nas últimas duas seções, nas quais nos debruçamos sobre nossos *corpora* – as notícias, os cordéis e as prédicas. Partindo da superfície linguística, na qual fizemos recortes, organizadas em Sequências Discursivas (SDs), com o intuito de identificar o objeto do discurso, o percurso analítico possibilitou que chegássemos ao processo discursivo, ou seja, à fonte de produção dos sentidos nos discursos sobre Antonio Conselheiro. Retomemos, aqui, os pontos principais de nossa pesquisa, sintetizados no quadro a seguir:

**Quadro 17** – Síntese do percurso teórico-analítico da pesquisa

QUESTÃO DE PESQUISA	NOÇÃO BASILAR APLICADA NA ANÁLISE	OBJETIVO PRETENDIDO COM A ANÁLISE	<i>CORPORA</i> SELECIONADOS (SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS)
Que representações imaginárias são construídas sobre Antonio Conselheiro no discurso da imprensa contemporânea ao líder religioso e no discurso literário, a exemplo dos cordéis de José Aras? Por outro lado, que imagem do lugar de si é projetada pelo Conselheiro, a partir do que ele deixou escrito?	FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	Imagem de Antonio Conselheiro segundo o ponto de vista do outro	Discurso jornalístico – três notícias de jornais contemporâneos ao Conselheiro; Discurso literário – dois cordéis de Jose Aras, escritor e poeta euclidense.
		Imagem de Antonio Conselheiro segundo o seu próprio ponto de vista	Seis prédicas manuscritas: três do manuscrito de 1895 e três do de 1897.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Como dissemos nas primeiras páginas deste trabalho, o objetivo que nos moveu desde o início foi identificar e compreender o modo de funcionar dos diferentes discursos acerca da figura que mobilizou milhares de seguidores no sertão baiano, em fins do século XIX, sobre o qual foram projetadas imagens distintas. Além disso, pareceu-nos importante considerar também o que o próprio Antonio Conselheiro deixou escrito, a fim de observar, com base no esquema de Pêcheux (1990), qual imagem do lugar de si tem o sujeito discursivo das prédicas.

Nas palavras de Orlandi (2002, p. 27), “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face as suas questões”. Sendo assim, após definir sobre qual materialidade trabalharíamos, optamos por aplicar o dispositivo teórico-analítico da AD, mais especificamente a noção de formação imaginária.

Para Pêcheux (1990), entre os diferentes elementos estruturais que compõem as condições de produção de um discurso, estão as formações imaginárias. Segundo essa noção, como já vimos expondo, o que funciona no processo discursivo é uma série de imagens que designam os lugares que os protagonistas do discurso (A e B) se atribuem mutuamente, assim como do seu referente, isto é, sobre o que ou quem se fala. Uma vez que essas relações imaginárias, que representam a posição dos protagonistas no processo discursivo, intervêm diretamente nas condições de produção do discurso, ocorre o que autor denomina de antecipação daquele que enuncia em relação ao seu interlocutor, fundamentando, assim, a partir dessa antecipação, sua estratégia discursiva.

Nessa perspectiva, os sujeitos enunciadores produzem seus dizeres apropriando-se, mesmo que inconscientemente, das projeções dos lugares determinados pela estrutura social a partir das quais enunciam. Assim, os correspondentes dos jornais, ao produzirem seus dizeres sobre Antonio Conselheiro, ocupando a posição de sujeitos jornalistas, subjetivam-se, constituindo-se sujeitos de um discurso e filiados a uma formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, segundo a qual ao jornalista cumpre a função de informar sobre os fatos. Por outro lado, o sujeito enunciador dos cordéis, a partir do lugar de sertanejo, de quem conviveu com descendentes da guerra, os quais tinham um ponto de vista acerca do líder conselheirista divergente dos discursos que emergiam das notícias publicadas nos jornais baianos, assume uma outra posição-sujeito.

Importa reiterar, consoante Orlandi (2002), que as palavras significam de modo diferente, pois dependem do lugar, numa dada conjuntura social, de onde o indivíduo enuncia. Desse modo, os sentidos não estão (somente) no enunciado. E, ainda que a língua constitua o “lugar material” onde os efeitos de sentido se realizam (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 172), estes são constituídos pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o contexto em que são produzidos os dizeres, isto é, as condições de produção do discurso. Com base nesses pressupostos, após realizar as análises nos textos que compõem nossos *corpora*, construímos alguns quadros, nos quais expusemos, resumidamente, os pontos de vista dos sujeitos jornalista, cordelista e conselheiro, os quais serão retomados a seguir, com o propósito de unirmos as peças desse jogo discurso.

Na seção cujo foco foi analisar a imagem de Antonio Conselheiro a partir do ponto de vista do outro, tendo como *corpora* os jornais e os cordéis de José Aras, fizemos uma síntese dessa análise, com base no esquema proposto por Pêcheux (1990), apresentada no quadro 7, o qual retomamos na sequência:

**Quadro 7** – Imagem de Antonio Conselheiro construída nos jornais e nos cordéis - “De que lhe falo assim?” (PÊCHEUX, 1990, p. 83).

EXPRESSÃO QUE DESIGNA AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS	SIGNIFICAÇÃO DA EXPRESSÃO	QUESTÃO IMPLÍCITA CUJA RESPOSTA SUBENTENDE A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA CORRESPONDENTE
$I_{A_1}(R)$	Ponto de vista de $A_1$ (sujeito jornalista) sobre R (Conselheiro)	<b>Aspectos físicos:</b> indivíduo sujo, de aparência degradante, que não inspira confiança; <b>Aspectos morais:</b> misterioso; mentiroso; falso beato que aproveita da boa fé das pessoas e da religiosidade dos sertanejos que acreditam que ele faz milagres; monarquista; criminoso que incita as multidões contra a recém-implantada república; ameaça às autoridades políticas e religiosas.
$I_{A_2}(R)$	Ponto de vista de $A_2$ (sujeito cordelista) sobre R (Conselheiro)	Apóstolo, enviado de Deus para libertar o povo sertanejo; líder que conhece o sofrimento dos que o seguem; libertador dos oprimidos; herói, mártir, justo e inocente.

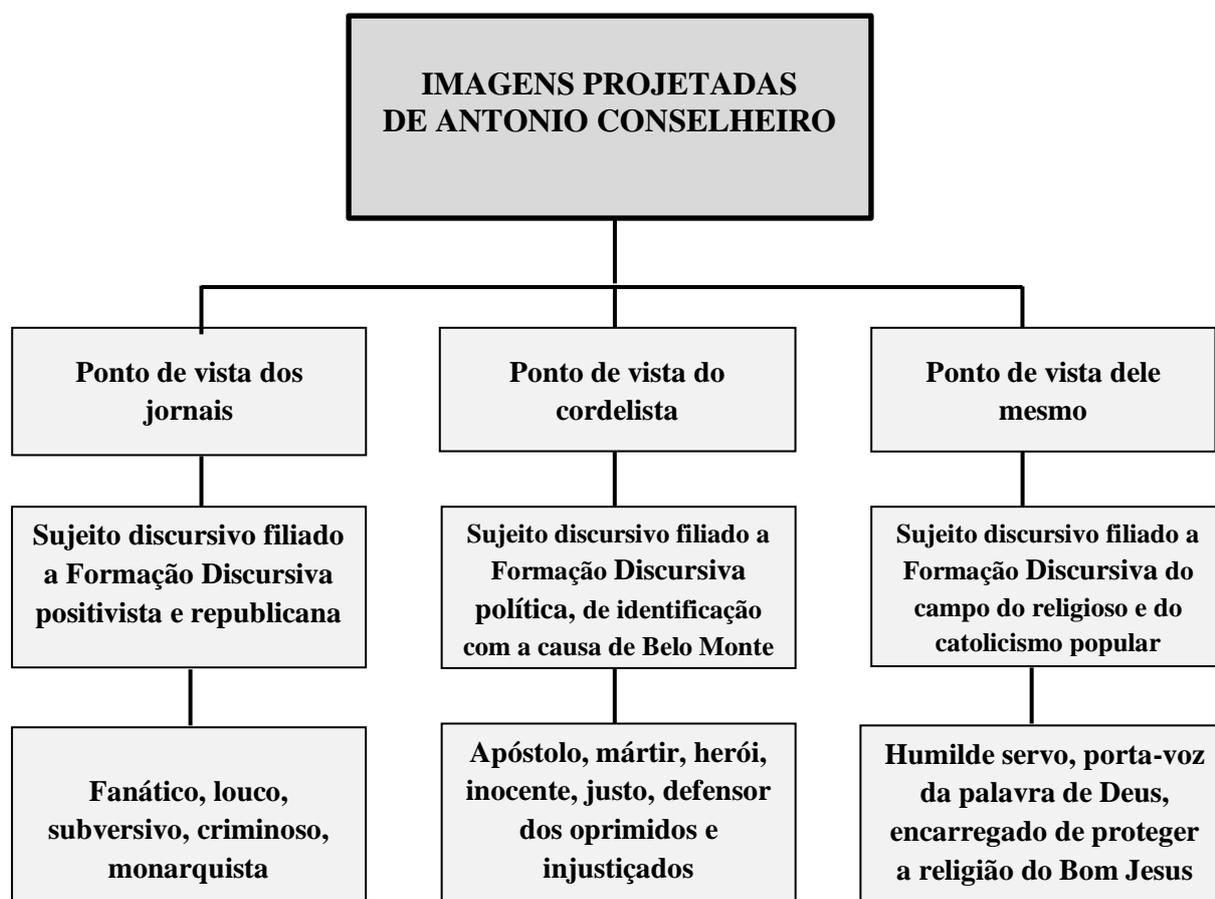
**Fonte:** Elaborado pela autora

Notamos, pelo quadro acima, que a imagem que  $A_1$  (sujeito jornalista) projeta do Conselheiro é completamente oposta a que é projetada pelo  $A_2$  (sujeito cordelista). Uma pergunta, por mais óbvia que possa parecer, é inevitável: como a imagem do mesmo homem, líder de Belo Monte, pôde ser projetada ora como criminoso perigoso, como uma ameaça às autoridades instituídas, ora como herói, justo e inocente? Dessa maneira, se, antes, empreendemos uma análise desses discursos, tomando por materialidades as notícias, os cordéis e as prédicas, separadamente, agora, é o momento de confrontarmos essas análises, a fim de elucidar o porquê das diferentes imagens construídas sobre o mesmo objeto discursivo – Antonio Conselheiro.

A análise que efetuamos permitiu-nos concluir que os diferentes sujeitos discursivos são interpelados por formações ideológicas diferentes e, por conseguinte, filiados a formações

discursivas também distintas. Isso porque, conforme preconiza a AD pecheutiana, as formações imaginárias que os protagonistas desses discursos têm do seu lugar e do lugar do seu interlocutor intervêm diretamente nas condições de produção do discurso, incidindo, portanto, no que é dito, como é dito e, por consequência, nos efeitos de sentido que emergem a partir desses dizeres. Buscamos ilustrar os que estamos dizendo no seguinte esquema:

**Esquema 2** – Imagens projetadas de Antonio Conselheiro nos diferentes discursos



**Fonte:** Elaborado pela autora

O que notamos, de acordo com o dispositivo teórico-analítico mobilizado nesta pesquisa, é que a imagem projetada do Conselheiro pelos três jornais cujas notícias foram analisadas é bastante semelhante. No que se refere aos aspectos físicos, ele é apresentado como indivíduo sujo, de aparência degradante, ou seja, uma descrição baseada em estereótipos. Interpelados, portanto, por uma formação discursiva, segundo a qual a aparência física diz do caráter da pessoa, um dos possíveis efeitos de sentido produzidos por esses dizeres é o de que a pessoa da qual se fala – nesse caso, o Conselheiro – é alguém que não merece confiança, ou que não tem a lucidez para orientar ninguém. A título de exemplo,

recuperamos duas das SDs das notícias, analisadas na seção 4 deste trabalho (a SD 2, do jornal *O Rabudo*, e a SD 7, do jornal *Diário da Bahia*):

SD 2	Esse misterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul, que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, <b>pessimamente suja, cabelos mui espessos e sebosos</b> entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bichos ( <b>piolhos</b> ). Distingue-se ele pelo ar misterioso, olhos baços, tez desbotada, e de <b>pés nús</b> ; o que tudo concorre para o tornar a figura mais <b>degradante</b> do mundo.
SD 7	Deixou crescer a barba e os cabelos, veste túnica de azulão pouco aceiada e alimenta-se muito tenuamente, sendo quase uma <b>múmia</b> .

No que tange aos aspectos morais, a imagem construída pelos sujeitos jornalistas é ainda mais incisiva, sendo Conselheiro apresentado desde um fanático, de religiosidade extremamente excessiva, até um mentiroso, um falso beato, cuja intenção é ludibriar as pessoas de boa fé. Porém, dentro do contexto de implantação da república e à medida que o movimento ganhava mais força e mais adeptos, a representação do líder foi sendo projetada como a de um criminoso perigoso que ameaçava a república nascente, como vimos em muitas das seqüências discursivas analisadas na mesma seção 4, das quais destacamos, também a título de exemplo, as SDs 11 e 17, dos jornais *Diário da Bahia* e *Diário de Notícias*, respectivamente:

SD 11	Se Antônio Conselheiro não é um <b>grande hipócrita</b> , que sob suas humildes aparências, oculta algum <b>tártufo</b> de nova espécie, não passa de um <b>fanático</b> . Será um <b>criminoso</b> ? Dir-nos-á a polícia que ordenou sua captura.
SD 17	O Conselheiro é um <b>indivíduo perigoso</b> , é um <b>elemento de desordem</b> , desde o tempo do império; dispõe de grande prestígio, entre as populações, às quais <b>ilude</b> com práticas religiosas.

O fato de essa imagem se repetir nesses dizeres se explica, segundo a perspectiva teórica que adotamos, porque nesses discursos – entendidos como efeitos de sentido que emergem das notícias – os sujeitos são interpelados pela mesma formação ideológica, segundo a qual a religiosidade do Conselheiro é tida como incongruente e ignorante. Além disso, filiados às formações discursivas do cientificismo, do determinismo biológico e do positivismo – correntes teóricas difundidas na época –, os sujeitos jornalistas veem o sertanejo mestiço, estabelecido no interior do Brasil do final do século XIX, pouco conhecido dos moradores do litoral do país, como um indivíduo sem cultura, fruto de uma sub-raça, distante do ideal de nação que os intelectuais do litoral, influenciados pelas teorias europeias, tanto almejavam.

A nosso ver, também, a mudança no tom do discurso acerca do Conselheiro não é por acaso. Enquanto nas duas primeiras notícias (datadas de 1874 e 1876, portanto, quando o Brasil estava ainda sob o regime monárquico) a imagem projetada do Conselheiro é mais próxima do fanático e/ou falso beato ou possível criminoso (numa referência aos fatos em torno de sua vida pregressa a de peregrino, quando surgiram boatos de que assassinara sua mãe), na notícia de 1893, ainda que seja a mesma imagem negativa projetada, observamos que são atribuídas outras características ao líder religioso. Nesta, assim como em outras tantas que circularam na época, além de fanático e louco, o Conselheiro é apresentado também como um subversivo, um bandido muito perigoso, que defende a volta da Monarquia, constituindo-se, portanto, numa ameaça ao regime recém-implantado no país – a República.

O que explica essa “ampliação” na construção da imagem do Conselheiro é o fato de que no texto da reportagem do *Diário de Notícias*, de 1893, ainda que ocupando a mesma posição, segundo a qual, no espectro das representações imaginárias, como já enfatizamos, a imagem que o jornalista tem do seu lugar é a de quem tem o dever de informar sobre os fatos em torno do movimento de Belo Monte, o sujeito discursivo, filiado a ideologia política, é agora interpelado também pela formação discursiva, segundo a qual era preciso defender a república e os interesses da elite do país, para a qual Belo Monte era um reduto monarquista e o seu líder um agitador das multidões.

Em contrapartida, quando tomamos para análise os cordéis “Defendendo o Conselheiro” e “Repousa Peregrino”, observamos que o cordelista enuncia a partir de uma outra posição ideológica, apontada já em seus títulos, subjetivando-se, assim, em sujeito do discurso a partir de outra formação ideológica. No jogo discursivo, portanto, as representações imaginárias do lugar de si – cordelista sertanejo que ouvia relatos dos descendentes de conselheiristas – e do lugar do outro – sertanejos e simpatizantes da causa de Belo Monte – permitem projetar uma outra imagem de Antonio Conselheiro. E não é somente a imagem que o sujeito cordelista tem do seu lugar no jogo discurso que importa, mas também e, principalmente, as formações ideológica e discursiva às quais se filia, determinando o que pode e deve ser dito.

Assim, enquanto nos jornais é projetada uma imagem negativa do Conselheiro, os cordéis constroem uma imagem completamente diversa, como vimos no quadro 7, retomado anteriormente. Segundo o ponto de vista de A<sub>2</sub> – sujeito cordelista –, Conselheiro é um apóstolo, enviado de Deus para libertar o povo sertanejo, que consolava e alegrava os fiéis que o seguiam, cuja palavra era consolo para os oprimidos, pois conhecia o sofrimento dos que o seguiam. No cordel “Repousa Peregrino”, o sujeito cordelista enfatiza que o tempo se

encarregará de reescrever a sua história. Nestes dizeres estão também os não-ditos, retomados ali: tudo o que, até então, havia sido propagado acerca do beato, conforme a história oficial registrava à época, seria revisto. O cordelista, ao partir de uma imagem que já se tinha do Conselheiro, erigida pela mídia impressa e pela literatura até então, apresenta uma outra imagem deste como libertador dos oprimidos, herói, mártir, justo e inocente, a qual deverá ser imortalizada. Assim sendo, observa-se que esses dizeres funcionam discursivamente como que para “desconstruir” uma imagem para “construir” outra.

Para o sujeito cordelista, portanto, o Conselheiro é “herói”, é “mártir”, um homem que tinha como propósito “libertar o povo do abismo” (SD 21), “apóstolo” (SD 19), cuja missão era levar palavras de consolo para os sertanejos que o seguiam e que, assim como ele, eram “filhos das pelejas” (SD 18), vítimas das agruras e intempéries dos “campos maninhos e das várzeas ressequidas” (SD 19), além de esquecidos pelos seus governantes, nas palavras do poeta, “alheios a menoscabos dos magistrados”.

Observamos, então, que a imagem que o sujeito cordelista projeta do Conselheiro em ambos os cordéis vai muito além da de apenas um homem de extrema religiosidade, ou seja, um beato, como tantos outros que peregrinavam pelos sertões pregando a palavra de Deus. Sob o seu ponto de vista, a imagem construída do famoso Conselheiro é a de um líder religioso, mas também político, sensível às dores dos que o cercavam, o qual ensinou não somente a rezar, mas a lutar contra as injustiças, sendo capaz, inclusive, de, mesmo depois da sua morte e da total destruição do arraial, inspirar os sertanejos na busca pela tão almejada justiça.

Noutra ponta, quando tomadas as prédicas com o propósito de averiguar a imagem que o próprio Antonio Conselheiro tinha do lugar de si, considerando, inclusive, o modo de funcionamento do discurso que emerge de seus manuscritos, notamos que a imagem conferida a si é de um servo de Deus, humilde encarregado de “reconstruir” a sua Igreja e salvar as almas. A começar pela forma como se mostra na folha de rosto de um dos manuscritos (conforme exposto na figura 2, neste trabalho), na qual se apresenta como “Peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel”, assim como pelo modo como passou a ser chamado, o conselheiro, a quem muitos acorriam para ouvir conselhos e a palavra de Deus.

Podemos dizer, portanto, que o modo de funcionar das palavras “peregrino” e “conselheiro”, naquele contexto, era constituído sócio-histórico-ideologicamente. Nessa perspectiva, aquele que se apresentava como “peregrino” denotava ser alguém desapegado dos bens materiais, assim como o papel de “conselheiro” era ocupado por quem dispunha de conhecimento da palavra de Deus e demonstrava sabedoria para orientar na fé. E é ocupando

essa posição (representação dessa situação objetivamente definível) que o enunciador das prédicas elabora seus dizeres.

Ancorados na perspectiva teórica segundo a qual os traços constitutivos do discurso religioso integram fundamentalmente as condições de sua produção, verificamos que as prédicas são fundamentadas, essencialmente, nas escrituras sagradas. Nelas, o enunciador apresenta-se apenas como porta-voz da palavra divina. Vimos também que, no funcionamento do discurso religioso, as imagens de peregrino/conselheiro e de fiel já estão dadas, isto é, já foram construídas a partir do lugar social que cada um dos sujeitos envolvidos na constituição desse discurso ocupa.

Nesse sentido, como destacamos nas análises das sequências discursivas extraídas das prédicas, consideradas as suas condições de produção, as imagens dos protagonistas dos discursos que delas emergem são recorrentes, uma vez que os sujeitos são interpelados pela mesma ideologia: a religiosidade do catolicismo popular tradicional muito presente no interior do nordeste brasileiro.

O que funciona nesse processo discurso, então, são as formações imaginárias desses lugares sociais: de peregrino e conselheiro e de fiel católico. Nesse sentido, podemos afirmar que, ainda que se trate do mesmo discurso religioso presente na *Bíblia* e no devocionário *Missão Abreviada*, por exemplo, a que teve acesso o beato, os efeitos de sentido são outros, pois estão relacionados a outras condições de produção, assim como a formações imaginárias específicas, isto é, ao contexto do catolicismo popular tradicional.

Desse modo, se, para quem enuncia nos jornais, a representação imaginária de tais práticas religiosas era tida como um fenômeno de fanatismo e expressão de uma religião primitiva, para aquele que enuncia nas prédicas, da mesma forma que para os seus interlocutores diretos, a formação imaginária que se tinha dos profetas que se erguiam nos sertões era justamente o contrário. Estes eram vistos como missionários, enviados por Deus, cujas palavras eram dignas de confiança.

Importa dizer ainda que, embora a imagem do Conselheiro projetada pelo sujeito cordelista seja positiva, não significa que seja a mesma que o próprio Conselheiro projeta do lugar de si. Aquele, como já destacado, inscrito numa formação ideológica política, vê Antonio Conselheiro como mais que um beato, portanto, como um líder que revolucionou o sertão, deixando um legado de luta por dias melhores. Este, como vimos, mostra-se como um simples servo de Deus. E mesmo quando é interpelado tanto pela formação discursiva religiosa quanto política, ao se colocar veementemente contra o novo regime (SD 43), o sujeito discursivo conselheiro o faz filiado à formação ideológica do campo religioso-cristão,

de forma que é a formação discursiva religiosa que o atravessa mais expressivamente, uma vez que as razões que o motivaram a combater o regime foram estritamente religiosas.

Concluimos, desse modo, que a imagem de Antonio Conselheiro, a partir das prédicas, não é a mesma que é projetada pelo ponto de vista do outro – jornais e cordelista. Em nada se assemelha à imagem de louco e fanático, muito menos a de criminoso, como as notícias apresentam. Também não é mesma que emerge do discurso presente nos versos de cordel, ainda que desta se aproxime. Enquanto para o sujeito cordelista o Conselheiro é mais que um profeta, é um herói, o Conselheiro das prédicas apresenta-se como humilde servo, e até quando se posiciona contra a república o faz por se considerar defensor da religião católica e do regime monárquico, o qual, segundo ele, era instituído por Deus.

## 7 ALGUMAS PALAVRAS (NÃO)FINAIS

Chegamos ao final dessa trajetória, cuja proposta de pesquisa consistiu em compreender o funcionamento dos discursos em torno da figura emblemática de Antonio Conselheiro, sobre qual tanto se disse e se escreveu. Numa perspectiva tripartida, tomamos por materialidades desses discursos a opinião de três notícias de jornais contemporâneos ao movimento de Belo Monte, o ponto de vista do sujeito cordelista nascido no período e entorno da guerra e o que escreveu o próprio Conselheiro em suas prédicas.

Este não foi um percurso fácil. Nem poderia. À pesquisadora, impuseram-se diversas limitações. Foram necessários alguns ajustes no que se refere às escolhas teóricas, mas também às primeiras expectativas. Sem nenhuma pretensão de exaurir as análises possíveis, esta pesquisa representou a possibilidade de compreender como são produzidos diversos discursos acerca de um mesmo fato e de um mesmo personagem, que foi capaz de mobilizar dezenas de milhares de seguidores – fossem estes movidos exclusivamente pela fé ou por virem em Canudos a oportunidade de uma vida mais digna –, mas que também despertou a fúria de um governo que envidou esforços militares e midiáticos para destruir o arraial por ele fundado.

Para que alcançássemos os objetivos propostos, foram necessárias muitas leituras dos textos que compõem os *corpora*, com vistas a encontrar indícios de um modo de funcionar dos discursos que deles emergem. Inicialmente, tomamos as superfícies linguísticas, nas quais fizemos os recortes, a fim de observar no que é dito, o como é dito e por que é dito desse modo e não de outro sobre Conselheiro, para depois chegarmos ao processo discurso, permitindo desnudar as ideologias ali presentes. Assim, buscamos compreender como funcionam esses discursos e não simplesmente interpretá-los, não tirar deles um sentido, mas atribuir-lhes sentidos.

Nas sequências discursivas dos diferentes textos analisados, constatam-se diferentes posições-sujeito, resultando em diferentes formações imaginárias do líder religioso, seja quando se trata do ponto de vista do outro – como referente nos discursos jornalístico e cordelista – seja como a imagem que tem do lugar de si, a partir modo de funcionar do discurso materializado nas prédicas.

Assim, temos, de um lado, a voz da elite e dos intelectuais do Brasil de fins do século XIX, representada pelos jornais, nos quais se observa uma posição-sujeito de quem fala em nome da ordem e da segurança da nação, contra o que criam ser um reduto de monarquistas que ameaçavam a primeira República. De outro, temos a voz de um sujeito cordelista que,

interpelado por uma outra posição ideológica, vê no movimento de Belo Monte um espaço de resistência, um exemplo de coragem e de luta pela justiça, num contexto em que os moradores do interior do nordeste brasileiro eram explorados pelos coronéis do sertão, os grandes proprietários das terras, e esquecidos pelo governo que pouco fazia em prol daquela região.

Em meio aos paradoxos de ponto de vista acerca de um mesmo fato e personagem, reconhecemos que a imagem negativa projetada pelos jornais foi decisiva para o desenrolar dos fatos ou, ao menos, para justificá-los, pois ainda que houvesse outras vozes dissonantes, em maior número e expressividade era essa imagem que ganhava mais repercussão. Como menciona o poeta cordelista, nos últimos versos do cordel “Repousa peregrino”, tudo se assemelhava à “velha história de Abel e Caim” (ARAS, 2003, p. 151), uma guerra entre irmãos, na qual morreram muitos brasileiros dos dois lados: soldados e conselheiristas. Todavia, por muito tempo, a história contada sob o ponto de vista dos vencedores apresentava estes como bandidos e degenerados e aqueles como heróis da nação.

De fato, como começamos dizendo no início deste trabalho, ainda não foi dito tudo sobre Canudos, até porque os sentidos não estão dados a *priori*, mas são constituídos continuamente. Eis a importância de se olhar para o “passado”, tanto para se entender o que foi a Canudos daquele tempo quanto para refletir sobre como funcionaram e funcionam os discursos em torno dela.

Nesse sentido, acreditamos que a perspectiva teórica da Análise do Discurso francesa contribuiu fundamentalmente, pois propõe ver o texto como unidade que permite ao analista ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é, portanto, percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação dos textos, não rotular os discursos como verdadeiros ou falsos. Assim, nosso objetivo foi explicitar os processos de significação decorrentes dos jornais, dos cordéis e das prédicas, visando à compreensão de como os sentidos se constituem nestes textos.

Esperamos, desse modo, ter contribuído para o rol dos estudos do discurso e do evento de Canudos. Conscientes de que não esgotamos, nem de longe, as possibilidades de análise, acreditamos ter contribuído, ainda que minimamente, para uma ampliação das discussões relacionadas ao evento de Belo Monte, de enorme relevância para se compreender tanto o Brasil de ontem quanto o de hoje.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Lizir Arcanjo. **Humor e sátira na guerra de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia/EGBA, 1997.
- ARAS, José [1953]. **Sangue de irmãos**. ARAS, Roque; MACEDO, Adalgisa Nady Aras (Org.). 2. ed. Revisada. Feira de Santana: EMGRAF, 2009.
- ARAS, José. **No sertão do Conselheiro**. Salvador, Contexto e Arte, 2003.
- BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. Tradução: Johannes Krestschmer; Raquel Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- CALASANS, José. **Cartografia de Canudos**. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo EGBA. 1997.
- CALASANS, José. Notícias de Antônio Conselheiro. (1969) republicado. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Nº 33: 2000 – 2002. P. 9-19.
- CALASANS, José. O Diário de Notícias e a campanha de Canudos. In: **Universitas**. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia, set/dez 1987.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- CONSELHEIRO, Antonio [1895]. **Apontamentos dos Preceitos da Divina lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens**. VASCONCELLOS, Pedro Lima (Org.). São Paulo: É Realizações, 2017.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DOBRORUKA, Vicente. A teologia de Antônio Conselheiro à luz de seu manuscrito de 1897: observações sobre pontos específicos do pensamento conselheirista. **Revista Múltipla**, Ano X, v. 13, n. 19, p. 85-114, Dez. 2005.
- FONSECA, Aleiton. **O pêndulo de Euclides**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª Expedição**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Piedade e Paixão: os sermões do Conselheiro. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; PERES, Fernando da Rocha (Org.). **Breviário de Antonio Conselheiro**. Salvador: EDUFBA, 2002.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 163- 252.

HOORNAERT, Eduardo. **Os anjos de Canudos**. Uma revisão histórica. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MACEDO, Nertan. **Antonio Conselheiro – A morte em vida do beato de Canudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1978.

MACIEL, Antônio Vicente Mendes. **Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, para a Salvação dos Homens**. (Apógrafo do evangelho e outros textos). Caderno manuscrito, Belo Monte, 1895. Salvador: Universidade Federal da Bahia – Centro de Estudos Baianos, 2001. 1 CD-ROM.

MACIEL, Antônio Vicente Mendes. Tempestades que se Levantam no Coração de Maria por Ocasão do Mistério da Anunciação. Caderno manuscrito, Belo Monte, 1897. In: NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1997.

NOVAIS FILHO, Joaquim Antonio. **Memória e Discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: a imprensa de Salvador (1876-1897)**. 2011. 109 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2012.

**O Rabudo**. Estância: SE, n. 7, p. 1-2, 22 nov. 1874.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. – 2ª reimpressão – Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto – Órgão de Divulgação do Ministério da Educação e do Desporto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 53-59, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: Princípios e procedimentos**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

OTTEN, Alexandre H. **Só Deus é grande: a mensagem religiosa de Antonio Conselheiro** (Coleção “Fé e Realidade” – XXX). São Paulo: Edições Loyola, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 61 - 161.

PÊCHEUX, Michel. FUCHS, Catherine. A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, F. HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990, p. 163- 252.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi *et all.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PERES, Fernando da Rocha. Fragmentária. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; PERES, Fernando da Rocha (Org.). **Breviário de Antonio Conselheiro**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PINHEIRO, José Carlos da Costa. Rede de intrigas/falas incendiárias. **Revista Canudos**, Salvador: UNEB, v.2, n. 2, p.149-159, out. 1997.

SANTANA NETO, João Antonio de. A cidade do Salvador e o romance histórico. In: **Salvador em discurso**: estudos discursivos. SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; SANTANA NETO, João Antonio de (Org.). Feira de Santana, BA: UEFS Editora, 2013.

SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro**: a fronteira entre a civilização e a barbárie. São Paulo: Annablume, 2001.

TOLEDO, Roberto Pompeu. O legado do Conselheiro: Cem anos depois, Canudos é uma ferida e um emblema do Brasil. In: FERNANDES, Rinaldo de (Org.). **O clarim e a oração**. São Paulo: Geração, 2002, p. 93-121.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Antonio Conselheiro, autor. **Revista Outros Sertões**: Bahia, 2008, v. 1, n. 2, p. 45-61, Dez. 2008.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um monumento**: os apontamentos de Antonio Conselheiro. São Paulo: É Realizações, 2017.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Terra das promessas, Jerusalém maldita: memórias bíblicas sobre Belo Monte (Canudos)**. 2004. 700f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de estudos pós-graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.